



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A FORMAÇÃO DOCENTE: SOCIALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DO PROJETO CONHECER PARA ACOLHER

VANESSA DESIDÉRIO
(organizadora)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Vanessa Desidério
(organizadora)

**Transtorno do Espectro Autista e a formação docente:
socialização de experiências do projeto conhecer para acolher**

1ª Edição

Goiânia, GO
IF Goiano
2025

Elias de Pádua Monteiro

Reitor do IF Goiano

Alan Carlos da Costa

**Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação
e Inovação**

Iraci Balbina Gonçalves Silva

**Assessora Especial do Núcleo
Estruturante da Política de Inovação
(NEPI)**

Conselho Editorial

Bruno de Oliveira Costa Couto

Diego Pinheiro Alencar

Edivaldo Barbosa de Almeida Junior

Eliandra Maria Bianchini Oliveira

Fátima Suely Ribeiro Cunha

Flavia Gouveia de Oliveira

Flavia Oliveira Abrao Pessoa

Greiton Toledo de Azevedo

Ítalo José Bastos Guimarães

Jacson Zuchi

Jesmmmer da Silveira Alves

José Carlos Moreira de Souza

Júlio César Ferreira

Kássia Cristina Rabelo

Laise do Nascimento Cabral

Lara Bueno Coelho

Leonardo Carlos de Andrade

Lidia Maria dos Santos Moraes

Luciano Nogueira

Marco Antonio Pereira da Silva

Marcos Fernandes Sobrinho

Maria Luiza Batista Bretas

Mariana Pirkel Tsukahara

Matias Noll

Mirele Amaral de São Bernardo

Natany Ferreira Silva

Natalia Carvalhaes de Oliveira

Nadson Vinícius dos Santos

Ondina Maria da Silva Macedo

Priscilla Noll

Rhanya Rafaella Rodrigues

Ricardo Diogenes Dias Silveira

Romário Victor Pacheco Antero

Thelma Maria de Moura Bergamo

Thiago Fernandes Qualhato

Tony Alexandre Medeiros da Silva

Uiara Vaz Jordão

Woska Pires da Costa

Equipe do Núcleo da Editora IF Goiano

Sarah Suzane Bertolli

Coordenadora do Núcleo da Editora

Daiane de Oliveira Silva

Assessora Técnica

Revisão textual

Beatriz Maciel

(Contaccta Comunicação)

Projeto gráfico e diagramação

Vitória Aguiar

(Contaccta Comunicação)

Bibliotecário responsável

Johnathan Pereira Alves Diniz

ISBN (e-book): 978-65-87469-83-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) – Instituto Federal Goiano

T772

Transtorno do Espectro Autista e a formação docente: socialização de experiências do projeto conhecer para acolher / Vanessa Desidério, organizadora. – 1. ed. Goiânia, GO: IF Goiano, 2025.

135 p., il.: color.

ISBN (e-book): 978-65-87469-83-6

1. Educação Inclusiva. 2. Transtorno do Espectro Autista (TEA).
3. Formação de Professores. 4. Formação continuada. 5 Inclusão Escolar.
I. Desidério, Vanessa. II. Instituto Federal Goiano.

CDU: 373.2/.6

*Dedico este livro a Deus, meu amigo fiel, à minha família,
aos pais, professores e profissionais que buscam se qualificar
para possibilitar uma sociedade mais inclusiva.*

“Quem tem discernimento está sempre pronto a aprender;
seus ouvidos estão abertos para o conhecimento”.

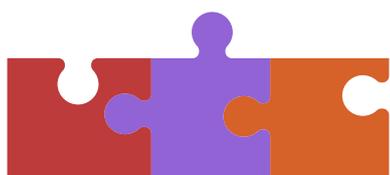
(Provérbios 18:15)

| Apresentação

Em 2022 descobri que minha filha caçula é autista, o que gerou impacto e inquietação pois sempre imaginei que ela seria totalmente autônoma e que com o passar do tempo as birras acabariam, mas o desconhecido dessa expectativa era que em certos momentos tais inquietações eram crises motivadas por transtornos no processamento sensorial e que apesar das estratégias e tratamento terapêutico elas sempre poderiam voltar. Com isso, precisei refazer meus passos para entender o motivo de alguns comportamentos da minha filha tidos como inadequados a fim de evitar a repetição deles durante o desenvolvimento dela. Sair da zona de conforto e deixar a minha área de atuação para descobrir como o cérebro atípico funciona foi uma necessidade. Em 2023, juntei forças e pessoas dispostas a ajudar outros na inclusão de pessoas autistas e criamos o projeto Conhecer para Acolher.

Inicialmente lançamos o curso de curta duração (30 horas) para orientar pais e educadores sobre os princípios básicos que norteiam a inclusão de pessoas com autismo nas escolas. O curso alcançou 2440 pessoas e sua natureza totalmente remota garantiu a participação de pessoas de vários estados brasileiros. Em 2024 lançamos a segunda turma do curso, acrescentando temas solicitados pela turma de 2023, e criamos o evento “Tecendo, Ensinando e Aprendendo sobre o Transtorno do Espectro Autista”, ou como gostamos de chamar, “TEA sobre TEA”. Cerca de 6% dos participantes do curso foram diagnosticados com autismo ou outros transtornos de desenvolvimento, ou seja, 708 pessoas que sabem na pele o que é conviver com o julgamento da limitação sem que suas potencialidades sejam consideradas, e isso nos ajuda a melhorar o curso a cada ano pois nos indica melhorias necessárias para ajudar o público de maneira eficaz.

Ao final de cada curso, os participantes são convidados a trazer suas experiências em forma de relatos. Esses escritos são úteis para parear experiências exitosas e limitações encontradas na inclusão, pois o espectro autista é muito variável, dificultando o treinamento parental ou escolar com base em um único padrão de comportamento.





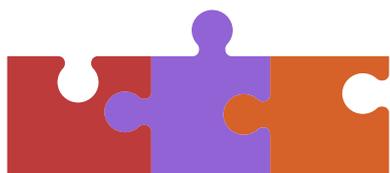
O projeto Conhecer para Acolher é um projeto de extensão cuja ação inicial foi a criação de um curso de curta duração planejado inicialmente para os docentes que atuam na formação profissional de nível técnico. No entanto, percebeu-se que a demanda do público externo é ainda maior que a demanda da comunidade interna. Nesse sentido, outras ações estão sendo desenvolvidas no sentido de apoiar a formação docente em todas as modalidades. O curso é uma formação inicial e por esse motivo também pode ser útil para pais e cuidadores.

O curso tem quatro módulos, os temas são relacionados aos conceitos, características e causas do autismo (1), papel do professor na inclusão de pessoas com TEA (2), importância do Serviço de Atendimento Educacional e a Sala de Recursos Multifuncional (3) e Plano de Ensino Individualizado para pessoas que estão no espectro (4).

Após o encerramento do curso, os cursistas foram convidados a partilhar da sua experiência de práticas educativas, refletindo sobre seu fazer-docente, sobre o processo da prática docente. Para tanto, foram orientados pela coordenação do projeto a escrever seu relato no formato de memorial de formação, cada relato foi avaliado e transformado em capítulo de livro. Os cursistas foram incentivados a narrar suas experiências e apresentar sugestões de melhoria. Esse senso crítico das suas práticas, deveria levar em consideração uma série de variáveis (histórica, cultural, demográfica, infraestrutural, emocional, entre outras) de forma que coopere com a formação humana integral do aluno.

O livro é dividido em duas partes, sendo a primeira uma apresentação e um relato da execução do projeto Conhecer para Acolher com o objetivo de incentivar outros gestores escolares a criarem ações semelhantes, e a segunda parte é uma coletânea de relatos dos cursistas, uma atividade não obrigatória sugerida pela coordenação do curso com o objetivo de compartilhar experiências dos participantes e promover a reflexão sobre o modo como eles tem feito o seu trabalho no acolhimento de pessoa com TEA. Além de avaliar os relatos, colaborei direta ou indiretamente com cada relato, como orientadora na escrita e na busca por referenciais teórico-metodológicos. Assim como cada autista é único, cada relato é único, apesar de todos eles terem como pano de fundo a experiência com a inclusão. Espera-se que os relatos ora apresentados sejam úteis para o planejamento e avaliação de outras formações com o mesmo objetivo: conhecer para melhor acolher.

Vanessa Desidério
Coordenadora do Projeto Conhecer para Acolher



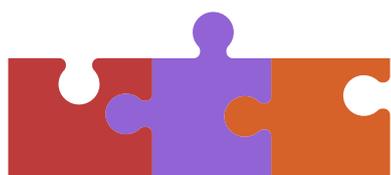
Prefácio

É com emoção e alegria que dialogo com o conteúdo expresso nessa coletânea apresentando-o ao público interessado em um dos temas mais desafiadores para aqueles que lidam com formação educativa formal e não formal, qual seja a inclusão de pessoas com deficiência, em especial daquelas com transtorno do espectro autista (TEA). Tal tema tem se colocado como emergencial à formação docente, porém já se pode observar que apenas a formação inicial de professores, nas licenciaturas, não tem dado conta da complexidade que é formar docentes para lidar em sala de aula com diversas deficiências, e com transtornos de espectros também diferentes que exigem formação continuada específica.

Penso que, o Projeto Conhecer para Acolher (descrito no capítulo 1 dessa coletânea) de autoria da coordenadora do Projeto Conhecer para Acolher, Vanessa Desidério, traz um chamado à realidade que se impõe aos professores e gestores escolares dos diversos níveis de ensino e modalidades do país, qual seja, conhecer para atuar com profissionalismo e dignidade humana no processo de inclusão escolar de pessoas com TEA. Trata-se, assim, de uma iniciativa que merece destaque por abordar a temática promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e de igual modo, possibilitando aos participantes narrarem suas experiências para que o registro dessas possa compor e recompor outras experiências no contexto inclusivo dos que lidam com TEA em seus processos de trabalho e de vida. Merece destaque também por mostrar uma demanda de educadores que requer e necessita de conhecimentos acerca do tema, e que busca por novas formações para melhor atender aqueles que, em certa medida, dependem de seus conhecimentos para se desenvolverem com dignidade.

Diante do que observei no Capítulo 1, passo a apresentar os demais (14) capítulos que compõem a coletânea, como um modo de revelar o enfoque interpretativo que pude desenvolver por meio da leitura de cada texto memorial e experiencial que será exposto para o público leitor. Capítulos que seguem um padrão pouco convencional de escrita acadêmica, mas que confesso considere interessante ler textos nos quais o eu e o nós se fazem presentes como pessoas verbais na escrita que fala de si com a mediação de outra pessoa, pois a coordenadora do projeto autora do Capítulo 1 se faz presente nos demais capítulos como pode ser visto a seguir.

No Capítulo 2 - Autismo e inclusão: lutando por direitos, além da inclusão de autoria de Ianka da Silva Dantas e Agenor Sousa Silva Junior em diálogo com Vanessa Desidério apresenta narrativas de experiências com o tema em suas vidas pessoais e profissionais e uma avaliação sobre a participação no projeto e no curso. A abordagem e a forma de construção textual exige do leitor atenção, no sentido de que são três autores relatando experiências diferentes ancorados em um diálogo teórico com a participação da coordenadora do projeto. Eles concluem avaliando a relevância da formação profissional para quem lida com TEA.





No Capítulo 3 - A professora e o autista: vivências no ensino fundamental é um relato da professora Ediane Pereira de França mediado por Vanessa Desidério no qual se observa sua formação inicial e o trabalho profissional, bem como sua apreciação sobre o curso em uma correlação salutar entre o aprendido e o feito em sua atuação em sala de aula com alunos com TEA.

No Capítulo 4 - Viver e aprender através de experiências com crianças que estão no espectro, de autoria de Maria Eliane Francelino da Silva Pontes e Jaqueline Alves da Costa com a colaboração de Vanessa Desidério, assim como, os capítulos 2, 3 e 4 as autoras expõem suas experiências e chamam a atenção para a necessidade de formação para que os professores possam compreender os sinais de TEA, e também sobre conhecimentos que agreguem a legislação que trata dos direitos das pessoas com deficiência.

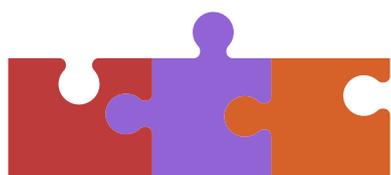
No Capítulo 5 - Desenho universal para a aprendizagem e autismo: adaptações curriculares para inclusão, de Tatiane Oliveira Santos Pereira Abreu e Renata Vasconcellos Rodrigues com suporte de Vanessa Desidério, são abordadas aprendizagens que foram apropriadas em um curso de especialização, e o trazem à discussão para tematizar a relevância do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e as adaptações curriculares para crianças com o Transtorno do Espectro Autista.

No Capítulo 6- A importância do conhecimento para efetivação do processo inclusivo, de Jessica da Silva dos Santos é também mediado por Vanessa Desidério e segue a modelagem dos capítulos anteriores. As experiências narradas abordam a riqueza do trabalho realizado pela autora em diálogo com autores que são suporte para sua atuação, sinalizando que os fundamentos teóricos possibilitam o desenvolvimento de seu trabalho e a autonomia do trabalho com alunos com TEA.

No Capítulo 7 - Construindo pontes de conhecimento: relato de formação continuada em autismo e inclusão de autoria, de Lidiane Kelly Gomes da Silva Barros com mediação de Vanessa Desidério, traz uma narrativa focada em suas aprendizagens no curso do Projeto Conhecer para Acolher e faz uma abordagem que realça a relevância das parcerias no processo de inclusão, bem como a questão das singularidades das crianças com TEA.

No Capítulo 8 - Duas gerações, uma jornada: a aluna e a professora, de autoria de Rozenilda Antônio da Silva Costa e Vitória Abigail Silva Costa também tem a colaboração de Vanessa Desidério. O capítulo traz os relatos de mãe e filha como particularidade e ambas tratam de suas aprendizagens sobre o tema autismo e inclusão na vida delas. Elas reforçam que no processo de trabalho com TEA deve-se cuidar da individualidade da pessoa como forma de melhor atender o que é singular em cada um.

No Capítulo 9 - Aprendi a aprender onde ensinavam a ensinar. O título do capítulo já denota e conota por onde caminham os relatos de Julia Oliveira Delfino Dias de Souza e Júlio Cesar Padua de Oliveira Delfino mediados por Vanessa Desidério. Nele os autores reverberam a necessidade de formação, seja acadêmica ou informativa, sobre TEA para uma melhor compreensão da inclusão das pessoas com TEA ao chamarem atenção para a escuta e o acolhimento.





No Capítulo 10 - Aprimorando as habilidades na educação especial de autoria de Lidayane Souza da Silva e Zonaide Barbosa da Silva tem a colaboração de Vanessa Desidério. Nele é feita uma abordagem problematizadora do tema ao sugerir como proposição que o TEA não é uma sentença, mas, uma condição, e assim sendo, deve ser compreendida para que o trabalho com inclusão possa se efetivar com mais prazer na educação especial.

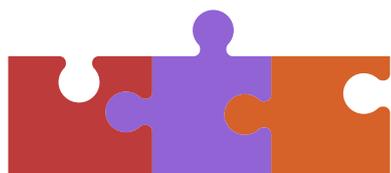
No Capítulo 11 – Acolhimento na inclusão de crianças autistas no ensino infantil de autoria de Fabiana Correia de Souza e Flávia Correia de Souza Guedes mediadas por Vanessa Desidério, aborda o cotidiano de observação de alunos com TEA e chama a atenção para questões como: rotina diária e uso de imagens nos processos inclusivos.

No Capítulo 12 - De aprendente à educadora de autoria de Paloma de Paula Gomes com a colaboração de Vanessa Desidério é um relato no qual a autora faz uma autoanálise de sua formação vinculada ao tema abordando-o de forma reflexiva com diálogo teórico pertinente. O memorial traz relatos de diversos cursos e realça a importância desses para a formação sobre o tema autismo e inclusão.

No Capítulo 13 - Estágio obrigatório em psicologia: a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no curso FIC autismo e inclusão escolar é de autoria de Ildete Pereira de Souza Magno com mediação de Vanessa Desidério. Nele é reforçada a questão envolta na formação de profissionais que atuam na área de TEA e a prática que se deriva de tal formação, bem como as possibilidades que o estágio obrigatório pode trazer para os formandos em psicologia que irão atuar em escolas.

No Capítulo 14 - Relato de uma mãe/professora com a colaboração de suas colegas: os desafios da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental II de autoria de Roxana Silva, Janaina Ráfia de Brito, Monique Macieli Costa de Andrade com colaboração de Vanessa Desidério. O capítulo enfoca questões pertinentes sobre a inclusão de alunos com TEA e o desenvolvimento de habilidades para a vida em sociedade, incluindo o trabalho como uma das categorias fundantes do pleno desenvolvimento da pessoa humana. Traz também a preocupação com a prática da inclusão pautada em pesquisa o que demonstra como o tema requer dos seus interlocutores conhecimentos teórico-práticos no cotidiano da inclusão na escola.

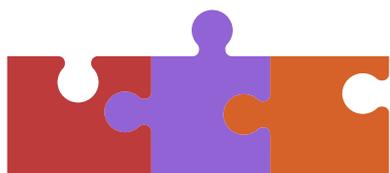
No Capítulo 15 – Memórias de uma professora aprendendo a conhecer para melhor acolher. Este é o último capítulo da coletânea e é de autoria de Ana Claudia Encarnação Reis com colaboração de Vanessa Desidério. Trata-se de um relato de formação inicial e continuada no qual o tema se mescla ao trabalho da autora e a permite concluir que a formação continuada é necessária para a compreensão do tema com vistas ao melhor acolhimento do aluno com TEA.





A todos, deixo público o meu agradecimento à professora Vanessa Desidério pela confiança, na certeza de que, pela leitura da coletânea, o trabalho realizado por ela, ao coordenar o Projeto Conhecer para Acolher, do qual faz parte o curso Autismo e Inclusão Escolar, é um passo importante para a formação de professores. A inclusão escolar de cada aluno com TEA deve ser sempre um caminho a ser trilhado por todos os envolvidos com a transformação, proporcionando, também, novas reflexões sobre a educação que se faz - com e em parceria - com a sociedade. Afinal, o conhecimento científico ainda é um dos melhores recursos usados nos processos educativos para que a civilização encontre uma via prudente para seu desenvolvimento humano, de forma mais acolhedora, sem distinções alheias ao viver com sabedoria, pois essa é promotora do acolhimento humano.

Lenina Lopes Soares Silva
Natal, junho de 2024



I Sumário

PARTE 1 – TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A FORMAÇÃO DOCENTE	11
Capítulo 1 – A formação docente e a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista na escolas	12
PARTE 2 – RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DOS CURSISTAS	27
Capítulo 2 - Autismo e inclusão: lutando por direitos, além da inclusão	28
Capítulo 3 - A professora e o autista: vivências no ensino fundamental	38
Capítulo 4 - Viver e aprender através de experiências com crianças que estão no espectro	45
Capítulo 5 - Desenho universal para a aprendizagem e autismo: adaptações curriculares para inclusão	51
Capítulo 6 - A importância do conhecimento para efetivação do processo inclusivo	61
Capítulo 7 - Construindo pontes de conhecimento: relato de formação continuada em autismo e inclusão	67
Capítulo 8 - Duas gerações, uma jornada: a aluna e a professora	75
Capítulo 9 - Aprendi a aprender onde ensinavam a ensinar	82
Capítulo 10 - Aprimorando as habilidades na educação especial	87
Capítulo 11 – Acolhimento na inclusão de crianças autistas no ensino infantil	92
Capítulo 12 - De aprendente à educadora	100
Capítulo 13 - Estágio obrigatório em psicologia: a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no curso FIC autismo e inclusão escolar	107
Capítulo 14 - Relato de uma mãe/professora com a colaboração de suas colegas: os desafios da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental II	112
Capítulo 15 – Memórias de uma professora aprendendo a conhecer para melhor acolher	124
CONSIDERAÇÃO FINAIS	130



PARTE 1 – TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A FORMAÇÃO DOCENTE



Capítulo 1

A formação docente e a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista na escolas

Vanessa Desidério ¹

1. INTRODUÇÃO

Quando o assunto é inclusão escolar, a primeira variável a ser lembrada é a formação docente, no entanto, para que a inclusão seja efetiva, existem diversos outros fatores que podem contribuir com a permanência e êxito do discente. A qualidade da educação inclusiva não deve pesar apenas sobre os ombros dos docentes, apesar disso, muito se deve ao trabalho do professor, em função do seu empenho e dedicação muitos desafios e obstáculos são superados.

Ramalho, Nuñez e Gauthier (2004) explicam que por vezes a formação docente parece ser a solução dos problemas da educação, diminuindo o efeito de um conjunto de fatores que configuram a sua complexidade. Vários saberes formam o docente, esse processo cresce com o desenvolvimento da pesquisa, que resulta da reflexão prática, sob uma perspectiva crítica, de forma coletiva, como condição de legitimação do saber, tendo alcance maior ou menor de acordo com o próprio processo de saber. Essa formação é agregada ao currículo, bem como o currículo é reformulado com base nesses saberes.

A falta de formação também compromete o desempenho escolar e a depender da situação pode influenciar na desistência, evasão ou desenvolvimento de traumas que comprometem a vida escolar do discente que está no espectro. Quando a formação docente vem acompanhada de apoio da gestão, políticas públicas, infraestrutura, participação familiar, motivação discente e outros atributos que colaboram com a inclusão, existem mais chances de transição da educação infantil para o ensino fundamental e superior com oportunidade de inserção no mundo do trabalho. Entretanto, assim como as escolas, os espaços de trabalho precisam ser inclusivos.

De forma geral, percebe-se que no processo de inclusão, os docentes sofrem pressão por formação continuada para assegurar a qualidade do ensino, enquanto lidam com diversos outros desafios tais como a sobrecarga de trabalho, precarização do trabalho docente e outros fatores que causam a falta de professores nos diversos espaços escolares brasileiros. Além desses problemas, a maioria das metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), não foram cumpridas e as que foram estão em processo de estagnação ou retrocesso (Senado Federal, 2023). O PNE 2014-2024 foi instituído pela Lei nº 13.005, de 25/06//2014 (Brasil, 2014) e contempla 20 metas, das quais destaca-se a meta sete (que busca fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da

^[1] Doutoranda no Curso de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN, Especialista em Docência para Educação Profissional - IFRN, Mestre em Engenharia de Produção e Graduada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Professora do Ensino Básico e Tecnológico no IFRN.



aprendizagem) e a meta quatro (que trata da Educação Inclusiva, prevê a universalização do acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado - AEE para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos com deficiência).

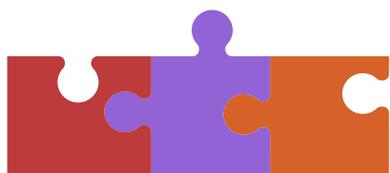
Para atender essas metas na Educação Profissional, existe o programa TECNEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, política pública educacional de inclusão que visa instrumentalizar as Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para atender às pessoas com necessidades educacionais específicas em cursos de formação inicial, técnicos, graduação e pós-graduação, em parceria com os sistemas estaduais e municipais, bem como outros parceiros. Define também diretrizes para promover a inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (PNEEs), buscando o respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades.

O Programa TECNEP criou os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), espaços para o desenvolvimento do processo de inclusão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) é um órgão institucionalizado pela Portaria n.º 1533/IFRN, de 21/05/2012 (IFRN, 2012). O TECNEP serve também para conscientização sobre direitos e deveres das partes envolvidas.

Essa é a estrutura planejada para atender a demanda nos institutos federais, no entanto, cada escola, a depender do orçamento, infraestrutura, entre outros fatores tornam a qualidade do ensino diferente, quebrando o princípio da isonomia no atendimento ao discente. É uma questão complexa, pois de forma histórica, a dualidade estrutural na educação profissional e na educação inclusiva, sempre existiram. A nível nacional, existem inúmeras realidades sociais divergentes seja na educação profissional da rede federal, estadual, municipal ou privada, na educação básica da rede pública e privada, de modo que a legislação vigente, apesar de ser uma política de proteção, não protege, pois não há condições concretas para amparar dignamente todas as pessoas que estão no espectro no âmbito educacional.

No Brasil, o direito à educação para todas as pessoas é garantido na Constituição de 1988, e no artigo 208, é assegurado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) às pessoas com deficiência, trata-se de um grande salto para a inclusão, mas entre o direito e o cumprimento, há uma lacuna de desafios que há mais de cem anos, permanecem abertos. Até porque a letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato, defende Carvalho (2014).

Segundo Macedo (2019), a inclusão é benéfica para alunos com e sem deficiência, visto que promove a empatia e respeito às diferenças. Outrossim, a Lei nº 13.415, de 16/02//2017, reforma conhecida como novo ensino médio, introduz alterações na LDB (Lei nº 9394, de 20/12//1996), incluindo o itinerário formativo “Formação Técnica e Profissional” no ensino médio e recebe críticas por fortalecer a dualidade





estrutural de exclusão que durante dois séculos foi criticada por pesquisadores e trabalhadores da educação, conforme Moura e Benachio (2021) e Piolli e Sala (2021). No caso de alunos com deficiência, essa vulnerabilidade se agiganta, na medida que a reforma condiciona para algumas escolas o tempo integral, sem garantir estrutura ou condição de adaptação para a pessoa com deficiência.

Entende-se que a inclusão deve envolver todos, no sentido de abrigar todos os saberes, poderes e fazeres em prol da real autonomia, pois ninguém escolhe ter ou não deficiência. As legislações vigentes são fruto de luta histórica de familiares e profissionais que ativamente têm buscado estratégias para que todos os ambientes sejam inclusivos e não somente as escolas.

Em relação ao docente que atua na formação profissional e tecnológica é mais comum uma graduação tecnológica ou bacharelado como requisito mínimo para ingresso em concurso público, ou seja, não é obrigatório ter a licenciatura, principalmente para os docentes que ministram disciplinas técnicas, as disciplinas propedêuticas são ministradas por docentes que geralmente passam por uma licenciatura. No entanto, há ainda os casos de docentes que, na época da sua formação na licenciatura, não existiam disciplinas de Educação Inclusiva na matriz curricular. Apesar dos planos de formação continuada com oferta de especializações diversas que se configuram como qualificações às licenciaturas, sabe-se que muitas são as fragilidades do trabalho docente ao longo dos séculos em todas as áreas da educação.

Cabe ressaltar que a formação pedagógica oferecida às instituições de ensino superior que formam docentes no país são subordinadas à normativas e regulamentações que visam atender situações emergentes de formação de professores a depender do momento histórico que o país vive, cabendo-se pensar hoje em novos referenciais para a formação de professores atendendo ao contexto atual (Moura, 2014).

Apesar do PNE 2004-2024 prever a licenciatura para todos os docentes da Educação Básica, nega essa exigência para os docentes da Educação Profissional, reforçando a dualidade histórica, explicam Oliveira e Nogueira (2016). Nos últimos dez anos, transições de governo e mudanças nas legislações recentes trouxeram grandes prejuízos. Diretrizes relacionadas ao novo ensino médio precarizaram e flexibilizaram ainda mais a formação docente, permitindo inclusive a terceirização e aplicação do notório saber na Educação Profissional.

Souza, Martins e Barcelos (2022) fizeram um estudo bibliográfico com teses e dissertações brasileiras publicadas no período de 2019 a 2021 e observaram que os estudos relacionados à formação docente no processo de ensino e aprendizagem na perspectiva da inclusão de alunos com TEA, privilegiam os processos formativos voltados às intervenções educacionais a partir de metodologias que envolvem análise do comportamento, formação colaborativa e práticas pedagógicas inovadoras. Segundo eles, os resultados desse mapeamento indicam produções acadêmicas com eixos diversificados dentro da temática da inclusão de pessoas com TEA com lacunas relevantes no que tange à abordagem da formação de professores como fator indispensável à inclusão educacional, mas a maioria dos trabalhos não faz uma análise mais profunda a respeito e tem como foco eixos que se relacionam com o tema, como por exemplo estratégias de ensino e de socialização.



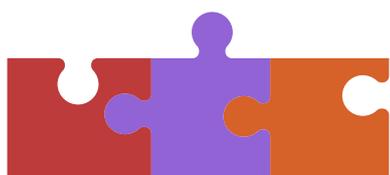
Quando criamos o Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Autismo e Inclusão Escolar, sabíamos da demanda externa, mas não esperávamos que os professores e gestores escolares estivessem tão ávidos por formação, ocorre que a realidade deles não é de preparo para receber alunos com autismo, a maioria já atende alunos com autismo sem ter tido a oportunidade de receber formação, as escolas não devem rejeitar o aluno, mas também não deveriam recebê-lo sem ter condições para oferecer o atendimento adequado. Nesse cenário, muitas vezes o docente é exposto ou taxado de despreparado, mas quem é responsável por promover essa formação? Os que se comprometem com o seu fazer, tendem a não esperar por respostas, vão atrás de toda formação acessível, pois a representação social docente ainda revela muito altruísmo. No entanto, o docente precisa ter acesso à formação de qualidade e gratuita, antes de qualquer julgamento. O passo seguinte é buscar a parceria da família e da escola, pois não se faz inclusão sozinho. É nesse sentido que compartilhamos a nossa experiência de formação docente através do relato que segue.

2. RELATO SOBRE A EXECUÇÃO DO PROJETO CONHECER PARA ACOLHER

A cada dia cresce o número de alunos diagnosticados com autismo nas escolas, e sem o tratamento adequado, os comportamentos inadequados podem ser um problema para a família e comunidade escolar. Correia (2023) explica que a comunidade médica prefere usar o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois os manuais diagnósticos internacionais utilizam essa nomenclatura para agrupar síndromes e transtornos semelhantes. Ao observar que o número de alunos com TEA matriculados na Educação Profissional de Nível Médio tem aumentado gradativamente desde 2019 e que os meus colegas professores, assim como eu, não se sentem preparados para atender esse público, busquei apoio para criar o projeto de extensão.

O nome do projeto Conhecer para Acolher surgiu da observação e da convivência com indivíduos que fazem parte do Transtorno do Espectro Autista (TEA), de forma a possibilitar o reconhecimento do conhecimento como ferramenta fortalecedora para a melhora do relacionamento com aqueles que vivem no espectro. Por mais que tenhamos boa vontade e amor, não é possível realizar um bom acolhimento para alguém que tem uma situação complexa e mal compreendida. Assim, prontifiquei-me a aprender e ensinar o que venho adquirindo com o tratamento da minha filha e também com outros pais e professores, pois além de mãe atípica, tenho alunos atípicos e preciso entender melhor as limitações e potencialidades de todos de modo a cooperar com a sua formação e real autonomia.

Desenvolver um projeto de extensão por conta própria é impraticável, então enquanto servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), busquei apoio da instituição. O primeiro passo foi apresentar o projeto e sua primeira ação, um curso básico sobre Autismo e Inclusão Escolar, para solicitar a aprovação do plano pedagógico do curso junto ao colegiado do campus. A etapa seguinte consistiu em divulgar as inscrições no site do campus e nas redes sociais oficiais da instituição de ensino.





Após a criação de módulos e listas de exercícios para fixação da aprendizagem, foram feitas as videoaulas para os momentos assíncronos e o agendamento das palestras para os momentos síncronos. O curso é gratuito e não foi difícil encontrar pessoas capacitadas e dispostas a acolher e orientar os cursistas através dos diálogos propostos. A maior dificuldade do projeto em 2023 foi lidar com a falta de habilidade digital dos cursistas uma vez que muitos não conseguiram acessar os materiais e ainda têm dificuldade para obter os certificados, impasse ocasionado pelo uso de endereços eletrônicos de outros ou até pelo esquecimento de senhas utilizadas ainda no ato da inscrição.

Os materiais ficaram disponíveis na descrição de um grupo no WhatsApp por meio de um link com drive em nuvem, porém alguns usuários tinham dificuldade para vislumbrar a descrição da comunidade online. Em 2023, os módulos tinham duração quinzenal e os quatro módulos desenrolaram-se em dois meses, período insuficiente para a concretização, por parte dos cursistas, das atividades propostas (assistir as videoaulas, ler os materiais de apoio de cada módulo e responder os formulários com exercícios de fixação). Dos 2440 inscritos, apenas 1088 conseguiram concluir o curso.

Na turma de 2024 resolvemos ampliar esse tempo, portanto cada módulo fica disponível por um mês e todos os exercícios podem ser resolvidos até o final do curso. Para facilitar o acesso disponibilizamos os materiais e videoaulas em uma plataforma de conteúdo digital e alguns vídeos de orientação para quem precisa de apoio para usar a plataforma.

Desde 2012, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é reconhecido como deficiência para todos os fins legais, conforme Lei nº 12.764, de 27/12//2012, conhecida como Lei Berenice Piana (Brasil, 2012). O TEA é uma condição com inúmeras combinações de transtornos do neurodesenvolvimento e comorbidades que afetam o aprendizado e o comportamento. Em virtude dessa diversidade, é maior o desafio da formação para aqueles que compõem a rede de apoio, já que além das barreiras físicas, há também as atitudinais. Por essa razão, a formação docente vem se tornando um tema emergente nas pesquisas sobre inclusão nas instituições educacionais visto que depende em grande medida da empatia e do comprometimento do profissional. Com esse relato, desejamos que outras instituições se aventurem a aprender e disseminar conhecimento para apoiar a inclusão, permanência e êxito de estudantes com autismo.

2.1 IMPORTÂNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS

Em 2023, o projeto recebeu em dez dias 2440 inscrições. A figura 1 apresenta o folder eletrônico (com médico mais jovem) para a divulgação de 2023 e a figura 2 apresenta a divulgação de 2024 (folder da médica mais experiente). Em 2024 foram mais de 12.000 inscrições, fato ocasionado pela ampliação do prazo para inscrições: em 2023 foram apenas 10 dias e em 2024, um mês. Não foi necessário investir em campanhas publicitárias, pois a maioria das inscrições foi feita por indicação dos que fizeram o curso anteriormente.

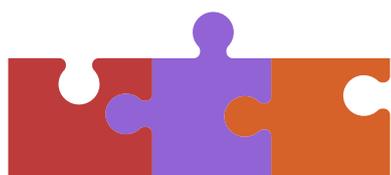


Figura 1 – Dados de Divulgação do Curso em 2023

**CURSO FIC SOBRE
AUTISMO E INCLUSÃO
ESCOLAR**

100% ON LINE

INSCREVA-SE!



**ABERTO PARA
COMUNIDADE DO IFRN
E COMUNIDADE
EXTERNA**



**PALESTRAS COM MÉDICOS,
PSICÓLOGOS E PROFESSORES**

Fonte: Elaboração pela autora (2024).

Figura 2 – Dados de Divulgação do Curso em 2024

**CURSO FIC SOBRE
AUTISMO E INCLUSÃO
ESCOLAR**

40 HORAS

INSCREVA-SE!



<https://bit.ly/tea2024>

**ABERTO PARA
COMUNIDADE DO IFRN
E COMUNIDADE
EXTERNA**



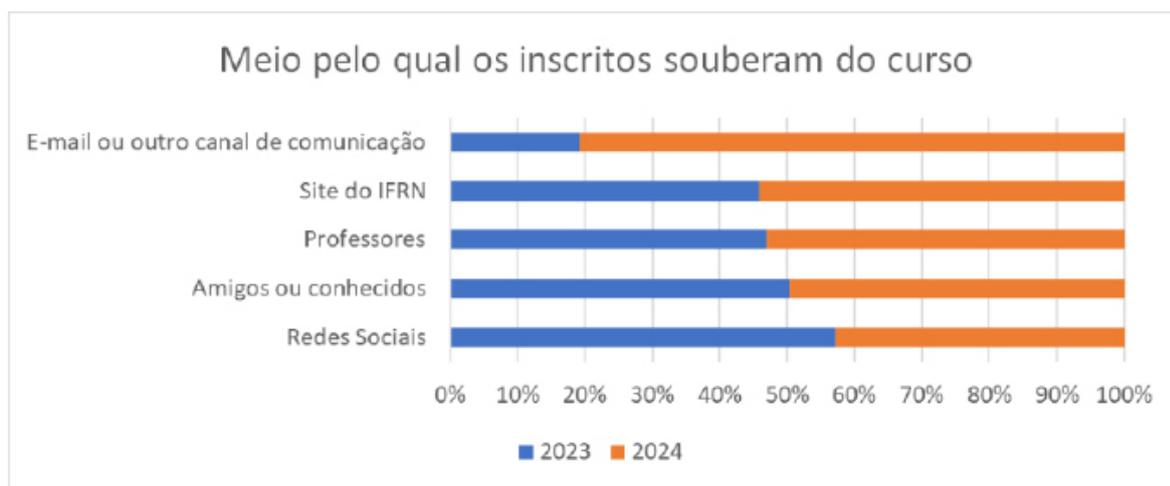
**TIRA DÚVIDAS COM
PROFISSIONAIS QUALIFICADOS**

Fonte: Elaboração pela autora (2024).

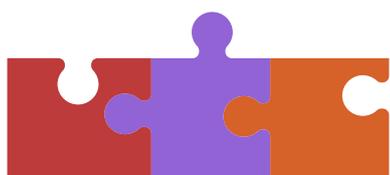
O projeto foi cadastrado como fluxo contínuo e até o momento não dispõe de recurso para impulsionar o engajamento das inscrições nas redes sociais, no entanto essa ferramenta poderia ampliar ainda mais o acesso à comunidade, pois dentro do campus é mais fácil fazer a divulgação. Em 2023 usamos apenas o grupo do WhatsApp para transmitir os comunicados aos cursistas, mas essa ferramenta aceita no máximo 1000 pessoas, então os demais (1440 pessoas) não conseguiram acessá-la. Ao final da inscrição, o formulário direcionava os participantes para o grupo, mas não tínhamos ideia que mais de mil pessoas inscreveriam-se em tão pouco tempo. Para sanar esse problema, em 2024 criamos outro grupo no WhatsApp e um no Telegram para atender um número maior de pessoas.

Quando perguntamos aos inscritos como tomaram conhecimento do curso, mais de 70% sinalizaram que foi por meio de amigos e conhecidos ou redes sociais. Apesar de termos usado o e-mail institucional para divulgar o curso e o site do campus, foram as redes sociais (grupos de WhatsApp e Instagram do campus) que mais ajudaram na propagação, fato recorrente em 2024. O gráfico 1 indica que não houve mudanças expressivas no quantitativo de pessoas que se inscreveram em função do curso ter sido indicado por amigos e por meio de redes sociais (79% em 2023 e 73% em 2024). Quanto ao indicativo de professores e do site do campus, o fenômeno de baixa mudança aparece novamente (19% em 2023 e 21% em 2024). Com os dados dos inscritos em 2023, enviamos e-mail para que os que não conseguiram concluir o curso refizessem a inscrição, favorecendo o aumento do número de pessoas que se inscreveram por ter recebido e-mail institucional (1,9% em 2023 e 8% em 2024).

Gráfico 1 – Comparativo de 2023 e 2024 em relação ao meio de comunicação para saber das inscrições



Fonte: Própria, dados do Formulário de Inscrição de 2023 e 2024



Apesar da pouca divulgação, observa-se uma grande carência pelo conhecimento ofertado no curso, que tem como objetivo contribuir com a disseminação de saberes sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) com fins de reduzir a discriminação, o preconceito e o capacitismo presentes nas escolas através de escolhas inclusivas. Essa rede de informações foi apresentada aos cursistas no Plano Pedagógico do Curso. A estrutura curricular era formada pelos módulos: 1) Conceito, características e causas do Autismo; 2) O papel do Professor na Inclusão do Autista; 3) Serviço de Atendimento Educacional Específico e Sala de Recursos Multifuncional adaptada à necessidade do Autista; e 4) Plano Educacional Individualizado para o aluno com Transtorno do Espectro Autista.

Além dos registros de presença por meio de formulário eletrônico, foi necessário fazer o registro de avaliação (exercício de fixação). Esse momento ocorreu de forma aditiva, com extratos dos exercícios de fixação de aprendizagem (formulários ao final de cada módulo). Essas atividades remetem ao conteúdo do módulo e são compostas por questões objetivas (com disponibilização de gabarito e feedback) e questões dissertativas diversas relacionadas à qualidade do curso a fim de conferir se o cursista fixou o assunto debatido.

Em 2024 espera-se que seja mais fácil a aplicação do curso, pois todo o material já está pronto. Ao final dos trabalhos em 2023, indagamos aos cursistas sobre quais outras formações eles teriam interesse e apenas 97 pessoas responderam a pesquisa, no entanto mesmo assim ela serviu de orientação para traçar as metas para o projeto em 2024. O gráfico 2 apresenta os resultados da pesquisa.

Gráfico 2 – Resultado da pesquisa sobre temas prioritários para tratar em 2024



Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.



O fato de a análise do comportamento ter sido a opção mais preterida pelos cursistas levantou a necessidade de buscar profissionais qualificados nessa área para conduzir as formações. Nesse sentido, o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidades Especiais (NAPNE) do campus foi de grande importância, pois auxiliou a formação de uma equipe preparada para o evento de fluxo contínuo de janeiro a dezembro/2024 - Tecendo, Ensinando e Aprendendo sobre Transtorno do Espectro Autista – TEA sobre TEA, programou-se um encontro anual de caráter híbrido e palestras mensais online com reuniões de grupos para discutir as pesquisas baseadas em evidências que cooperam com a inclusão. O evento híbrido está previsto para ocorrer no mês de abril (mês da conscientização sobre o autismo).

2.2 A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS

Em 2023 o projeto contou com a parceria de uma clínica de atendimento à pessoas com necessidades especiais de aprendizagem, tornando mais fácil o contato com palestrantes para os momentos síncronos. A gestora da clínica ficou responsável por preparar dois módulos e a coordenação do projeto, outros dois. Além disso, também tivemos o apoio da coordenação de extensão do campus e da coordenação de Educação à Distância (EaD) do IFRN. Esse apoio foi essencial para a gravação das videoaulas e para a realização das transmissões e gravações de palestras.

No mesmo ano (2023) solicitamos a diagramação do material, mas infelizmente a execução não ocorreu dentro do prazo estipulado, e para não prejudicar os alunos resolvemos manter o conteúdo em formato PDF. Em 2024 já houve a revisão dos instrumentos de apoio e estão sendo desenvolvido por uma equipe especializada no campus EAD. O IFRN oferece esse serviço por meio de chamado no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). Sem essas parcerias, seria impossível ofertar essa formação aos cursistas.

Em 2024 alguns cursistas que concluíram o curso em 2023 prontificaram-se em colaborar com a equipe de apoio ao projeto na divulgação e organização do evento. São pais, psicólogos e professores que se identificam com a causa e que também sonham com uma sociedade mais inclusiva. A cada dia nosso trabalho ganha novos contornos quando ouvimos os relatos dos cursistas sobre a evolução dos seus aprendentes com TEA após a aplicação de estratégias apreendidas no curso, o que garante um renovo de energias e sentimento de autorrealização impagável.

Em 2023, o projeto Conhecer para Acolher tinha apenas uma ação: o curso Autismo e Inclusão Escolar. Em 2024, além do curso, oferecemos palestras mensais com temas escolhidos pelos cursistas em 2023 (que ainda permanecem no grupo do WhatsApp) e os ingressos do ano de 2024 no grupo do Telegram. Esses momentos são possíveis em virtude da parceria com uma equipe multiprofissional que se doa em prol da formação de pais e professores para melhor acolher pessoas com TEA.

2.3 A IMPORTÂNCIA DE REVER OS PASSOS

Na inscrição, algumas perguntas relacionadas ao perfil serviram de apoio para o planejamento das ações do projeto Conhecer para Acolher. O gráfico 3 abaixo revela a pequena alteração do perfil dos interessados em relação a 2023, pois agora a maioria dos participantes têm como perfil ocupacional a ação



docente ou pedagógica. Em 2025 pretendemos criar uma questão geral após a definição da ocupação, de maneira que as pessoas interessadas em contribuir com o projeto possam dizer como desejam fazer isso. De forma individual, muitos sujeitos entraram em contato prontificando-se em fomentar as práticas desenvolvidas pelo projeto, principalmente pais atípicos.

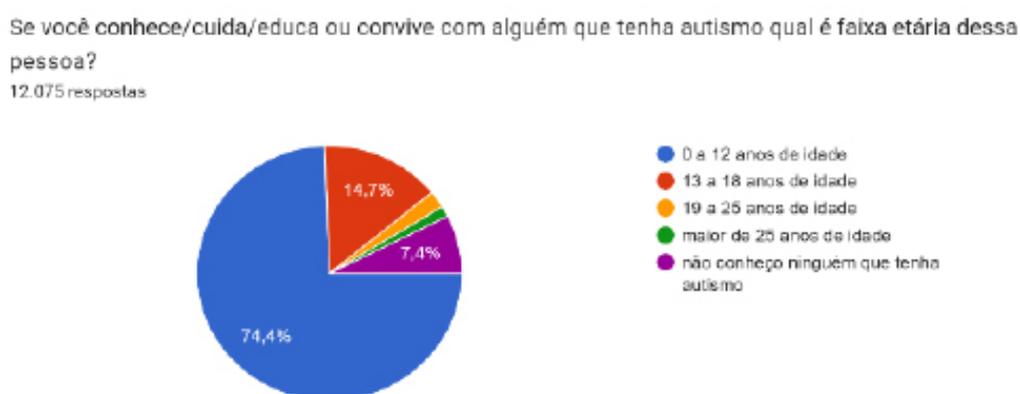
Gráfico 3 – Representatividade do perfil dos cursistas em 2024



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

Cerca de 80% dos inscritos são mulheres, docentes e pedagogas (gráfico 4), estão atendendo crianças autistas com até doze anos de idade. Esse não era nosso público alvo, pois o campus atende apenas adolescentes e adultos, mas foi através da demanda que percebemos a necessidade de apoiar a formação dos docentes que atendem a essa comunidade.

Gráfico 4 – Faixa etária das pessoas atendidas pelos inscritos

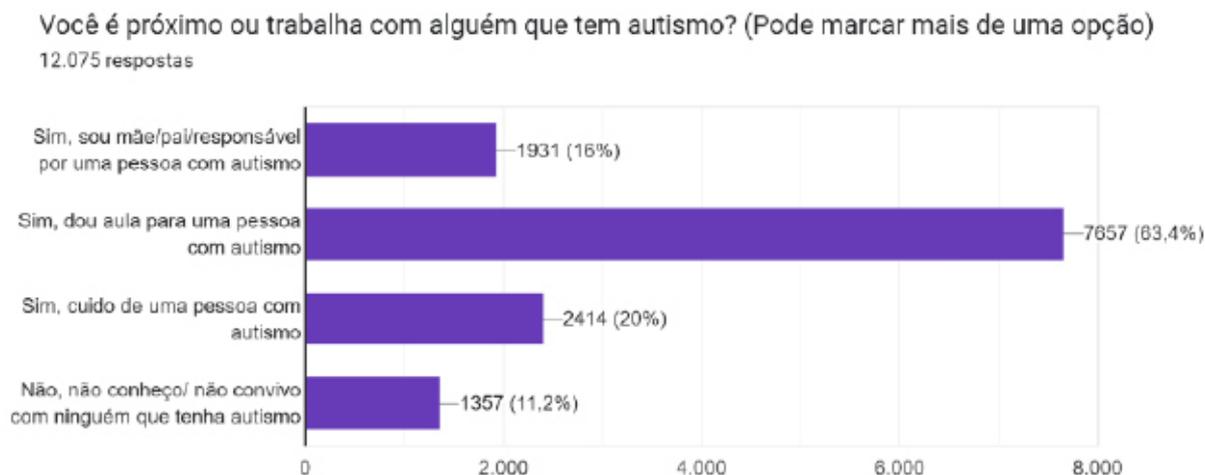


Fonte: Dados da Pesquisa, 2024



Assim como ocorreu em 2023, as pessoas que se inscreveram em 2024 tinham a necessidade de compreender melhor o transtorno visto que já lidavam com pessoas no espectro, seja em casa ou na escola (gráfico 5).

Gráfico 5 – Relação dos inscritos com pessoas que estão no TEA

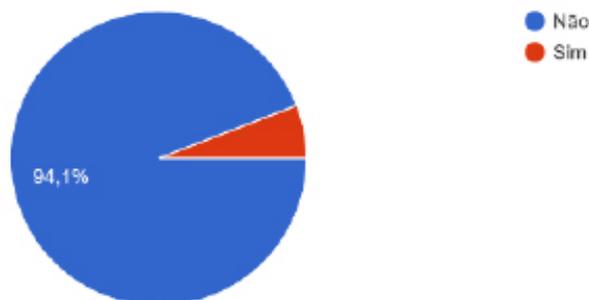


Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

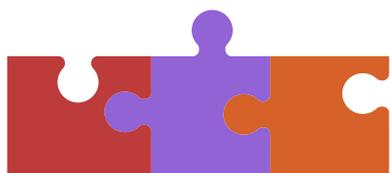
Em 2023 alguns cursistas sinalizaram que se sentiam motivados a participar em virtude das investigações que estavam desenvolvendo sobre o espectro. Desse modo, em 2024, acrescentamos ao formulário a questão descrita no gráfico 6. Apesar de ser um pequeno percentual (cerca de 6% em 2024), a avaliação permite projetar uma perspectiva de que essas pessoas além de buscar por respostas para si mesmas, possivelmente terão mais empatia com a condição do próximo. Isso não significa que os demais não venham a desenvolver esse sentimento, porém é mais provável que pessoas com alguma dificuldade de aprendizagem venham a compreender melhor como se dá o transtorno do outro.

Gráfico 6 – Pessoas diagnosticadas ou em avaliação de transtorno de aprendizagem inscrita

Você já foi diagnosticado com algum Transtorno de Aprendizagem (Transtorno de Hiperatividade e Atenção, Dilexia, Discalculia, entre outros) ou está em fase de avaliação diagnóstica?
12.075 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024



A experiência de planejar, reformular e adaptar o curso FIC Autismo e Inclusão Escolar e em 2024 o evento TEA sobre TEA tem sido muito rica para todos nós, professores, parceiros e cursistas que sentem de forma palpável a dedicação e o cuidado que esse tema requer. Há ainda inúmeros desafios que a formação não pode suprir, além dos muitos relatos de pais, professores e profissionais que estão buscando melhores alternativas para acolher em espaços diversos a pessoa com TEA.

As aulas do turma 2024 estão previstas para ocorrer no período de fevereiro a maio de 2024. Neste criamos o perfil @tea.tecendoeaprendendo, espaço digital de divulgação das palestras, dos materiais de apoio e das oportunidades de formação, conforme figura 3.

Figura 3 – Imagem da página no Instagram do evento TEA sobre TEA

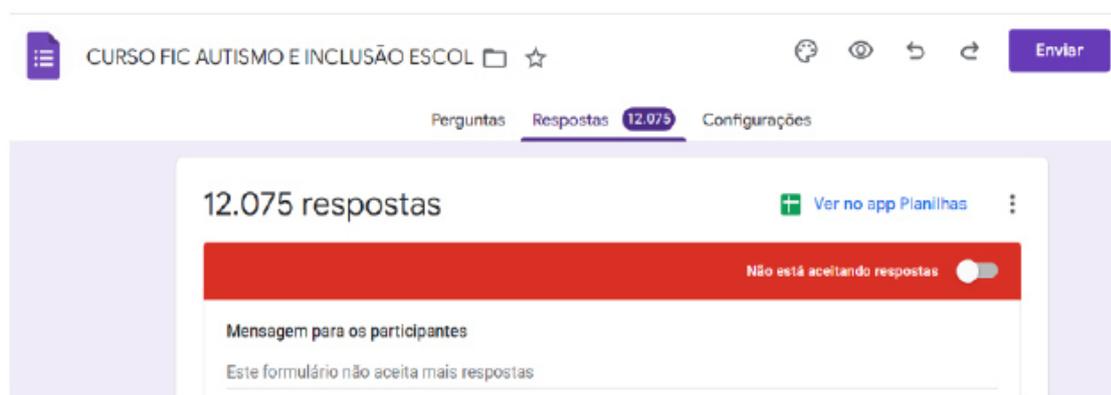


Fonte: acervo pessoal, 2024

Até junho de 2024 já estão confirmadas oito palestras, todas com temas solicitados pelos cursistas em 2023. Espera-se que além das formações por meio de palestras, cursos e oficinas, os membros sintam-se estimulados a participar de grupos de pesquisa com os professores do campus.

O dia 04 de fevereiro de 2024 marcou o fim do período de inscrições do curso, que recebeu mais de 12 mil inscritos. Várias pessoas solicitaram a reabertura do formulário, mas não foi possível fazê-lo pois já temos um desafio imenso em atender a todos os inscritos. A procura indica uma necessidade real de formação na área, informação exposta na figura 4.

Figura 4 – Registro do número de inscritos no curso FIC Autismo e Inclusão Escolar



Fonte: Acervo pessoal, print da formulário de inscrição, turma 2024 em 05/02/2024

O número de inscritos superou muito o planejado e assim como fizemos em 2023, desejamos ouvir relatos dos nossos cursistas sobre a experiência da formação.

Os relatos de experiência e memorial de formação (parte 2 desta obra) foram desenvolvidos pelos cursistas após orientação de seguir as normativas do modelo enviado pela coordenação (Desidério, 2023). Os autores dos escritos possuem experiências e formações diversas e por esse motivo cada relato é singular.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada palestra tem sido marcada por muita partilha e calor humano possibilitados pela presença de pessoas que estão fazendo a diferença na vida de outros, sejam pais, professores, auxiliares ou o profissional terapêutico. Durante o curso em 2023, inicialmente planejado para 40 pessoas, foi necessário reformular a metodologia e a forma de acesso além de enfrentar as dificuldades para emissão dos certificados, pois o campus contava apenas com dois servidores para atender todos os cursos presenciais e remotos. Por esse motivo, em 2024 colocamos os cursos e palestras em uma plataforma de eventos. No entanto, mesmo com essa solução, estamos analisando outras opções institucionais que sejam mais interessantes para os cursistas, pois apesar da instituição oferecer plataformas como Moodle e SUAP, elas não são de fácil manejo, condição que em 2023 foi perceptível uma vez que público não conseguia acessar essas plataformas apesar da divulgação de vídeos de apoio.

As adaptações metodológicas nos fizeram perceber que apesar dos desafios é possível oferecer uma formação de qualidade. Consideramos tornar o curso autoinstrucional, porém observamos que esse meio não permitiria encontros para sanar dúvidas específicas dos alunos como foi feito durante as palestras online, principalmente para aqueles mais vulneráveis que não conseguem ter acesso a profissionais da área pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e não têm condições de pagar pelo tratamento ou plano de saúde. Com isso, desejamos encontrar uma forma de manter a interação e a partilha de saberes e fazeres sem limitar o número de inscritos do curso, com fins de oportunizar a todos uma formação para melhor inclusão.

Ao final do curso incentivamos nossos cursistas a fazer relatos de experiência, opção que traz oxigênio para a equipe, pois os textos também são uma forma de avaliar nosso trabalho. Os erros e acertos do projeto Conhecer para Acolher fazem parte da nossa história de amor e dedicação à inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CORREIA, Ana Rita Rodrigues. **Diferenças de gênero e o Diagnóstico de Autismo no Gênero Feminino: Revisão Sistemática de Literatura**. Universidade de Beira Interior. Dissertação. Mestrado em Medicina. Maio. 2022

DESIDÉRIO, Vanessa. **Modelo de Relato para os cursistas: atividade não obrigatória**. Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar. IFRN. 2023. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/16ECN-qCcKJbZNi5WCMEg8VB5pc-9bdm44/edit>

IFRN. **Portaria nº 1533/2012** – Reitoria/IFRN, de 21/05/2012: criação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNES).

MACEDO, Elaine Caroline de. **Formação colaborativa de docentes em educação profissional e tecnológica inclusiva para o ensino de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**. Dissertação. Mestrado em Educação. UFRN, Natal, 2019.

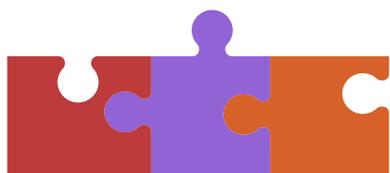
MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional** [recurso eletrônico] / Dante Henrique Moura. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014 (Coleção formação pedagógica; v. 3).

MOURA, D. H; BENACHIO, E. C. C. **Reforma do ensino médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico**. Revista Trabalho Necessário, v. 19, n. 39, p. 163-187, 27 maio 2021.

OLIVEIRA, M.R.N.S; NOGUEIRA, C.G. **A formação de docentes para a educação profissional e o Plano Nacional de Educação (PNE): quais as perspectivas?** Hollos, v.6, n.32, p.145-155, 2016.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. **A reforma do Ensino Médio e a educação profissional: da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) às diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio e para a educação profissional**. Exitus. Santarém/PA. v.11, p. 01-25, 2021.

RAMALHO, Betânia Leite. NUÑES, Isauro Beltrán. GAUTHIER, Clermont. **Formar o docente, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.





SENADO FEDERAL. **Plano Nacional de Educação entra na reta final sem cumprir maioria das metas.** Senado Notícias, Brasília, 15 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/02/plano-nacional-de-educacao-entra-na-reta-final-sem-cumprir-maioria-das-metas>. Acesso em 17 de agosto de 2023.

SOUZA, J. R. de, MARTINS, M. de F. A. ., & BARCELOS, K. da S. **A formação docente na perspectiva da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (2019-2021):** uma análise do Estado do Conhecimento. *Conjecturas*, 22(14), 671–684. 2022.

PASSEGGI, M.C. **Memorial de formação.** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

Zabala, Antoni. *A prática educativa: como ensinar.* Artmed, 1998.





PARTE 2 – RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DOS CURSISTAS

Os relatos das experiências dos cursistas receberam a contribuição da organizadora da obra na revisão teórica metodológica.



Capítulo 2

Autismo e inclusão: lutando por direitos, além da inclusão

Ianka da Silva Dantas ¹

Agenor Sousa Silva Junior ²

Vanessa Desidério ³

1. INTRODUÇÃO

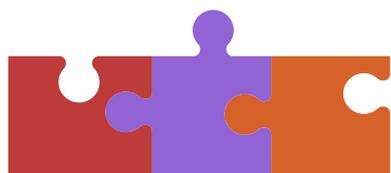
No contexto escolar, que é plural e diverso, a inclusão de crianças com necessidades específicas tem sido objeto de inúmeras discussões e pesquisas. Cada vez mais o foco é direcionado para a ideia de que cada aluno precisa ser contemplado dentro de suas particularidades uma vez que a individualidade é uma característica inacessível. No Brasil dispositivos legais garantem não apenas o acesso, mas também a escolarização de alunos considerados público-alvo da educação especial dentro das escolas. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996, bem como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), estabelecem essas garantias. O conceito e a prática de inclusão escolar têm evoluído em consonância com as transformações sociais e educacionais, portanto é de suma importância a exploração do processo educacional de crianças com características atípicas e o reconhecimento de como esse processo está sendo efetivamente implementado em termos práticos.

O cenário do autismo e da inclusão permanecem complexos, repletos de desafios e marcados por algumas conquistas. Compreender as diversas facetas desse contexto, investigar suas origens e estar receptivo a possíveis transformações no ambiente escolar é fundamental no trajeto da inclusão. Nesse sentido, compreender a maneira pela qual é possível efetuar a inclusão, fornecer adaptações estruturais e curriculares viáveis, entre outras medidas, emergem como etapas cruciais no processo de assegurar os direitos necessários para a plena evolução do indivíduo.

¹ Pós-graduado em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina (FACET). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Membro ativo do Grupo de Estudos em Educação Inclusiva (GEEI). Atua como psicopedagoga. Contato: iankadantas2015@gmail.com Cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – turma 2023

² Pós-graduado em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina (FACET). Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Membro ativo do Grupo de Estudos em Educação Inclusiva (GEEI). Atua com atendimentos clínicos. Contato: agenorjr0912@gmail.com Cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – turma 2023

³ Doutoranda em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Mestre em Engenharia de produção e Graduada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora do IFRN. Contato: vanessa.desiderio@ifrn.edu.br - Coordenação do curso, colaboração e orientação no relato





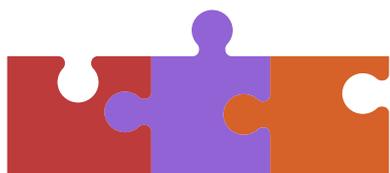
Neste relato de experiência será apresentada a fundamentação teórica do curso de formação continuada (FIC) Autismo e Inclusão Escolar, pois o curso proporcionou uma formação abrangente sobre temas como “O que é Autismo e como tratar?”, “Papel do professor na Inclusão” e “Serviço de Atendimento Educacional Especializado e Sala de Recursos Multifuncional adaptada à necessidade do Autista” e “Plano de Ensino Individualizado para alunos com Transtorno do Espectro Autista”.

Após o curso, fomos incentivados a fazer uma reflexão crítica sobre nosso fazer em sala de aula e nesse sentido, decidimos narrar sobre a experiência da pesquisa realizada para compreender melhor a necessidade dos nossos alunos que estão no espectro. Uma entrevista semiestruturada com uma mãe foi o instrumento de coleta de dados, a pesquisa do tipo descritiva, por meio de estudo de caso foi a escolhida. Para Leite (2008) a pesquisa descritiva serve de base para outros tipos de pesquisa e gera conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. A pesquisa permitiu insights que contribuem para essa jornada de melhoria contínua do nosso fazer docente, ela permitiu conhecer a experiência de uma mãe no processo de escolarização de seus filhos.

O curso foi oferecido de maneira virtual, uma iniciativa de grande relevância que conseguiu alcançar diversos estados do país, tais como Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Ceará, entre outros. O curso foi uma pincelada de compreensão, um convite à empatia e uma celebração das lutas e conquistas de todas as mães, pais, cuidadores e educadores que se dedicam a construir um mundo onde as cores da inclusão brilhem vibrantes e harmoniosas em cada criança.

Justificamos a importância desse relato com base na experiência direta no ambiente escolar com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), onde desempenhamos estratégias pedagógicas por meio da psicopedagogia e das pesquisas na área da inclusão. Torna-se essencial ressaltar a obrigação que carregamos em nosso papel social de abraçar, acolher e lutar pelo direito daqueles que frequentemente são percebidos como minoria em nossa sociedade, de forma a possibilitar que nos tornemos agentes de iluminação e, assim, despertemos naqueles ao nosso redor a sensibilidade necessária para trilharmos juntos em direção a uma sociedade caracterizada pela equidade.

Como o objetivo do relato era aprofundar a compreensão do processo educacional de crianças com características atípicas, focalizando especialmente na perspectiva de uma mãe que está imersa nessa realidade. O propósito foi investigar o processo de matrícula dessas crianças, bem como enfatizar a relevância da escola e das adaptações necessárias para alcançar uma inclusão eficaz. O trabalho foi estruturado da seguinte forma: introdução, narrativa autobiográfica, reflexões sobre a formação no curso e experiência profissional (relato de experiências), considerações finais e referências.



2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

2.1 NARRATIVA 1

O meu nome é Ianka, e faço parte de uma cidade pequena no interior do Piauí. Desde a infância me inquietava com a realidade de uma família da minha vizinhança cujo filho não frequentava a escola. Isso se devia ao fato de ele não falar e ter vários comportamentos repetitivos, além de não socializar e raramente participar dos eventos nos quais a família estava presente. Tudo indicava que ele poderia ter autismo. Nesse período, meus pais mantinham um relacionamento afetuoso com a criança e buscavam entender o porquê de ela não frequentar a escola, especialmente porque tínhamos a mesma idade. Dessa forma, meu interesse pelo tema foi sendo despertado e eu comecei a compreender no que queria trabalhar.

Ingressei no curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Piauí determinada a lidar com causas diversas, em especial trabalhar com as várias deficiências. Desde o primeiro semestre da universidade estagiei em algumas escolas e no terceiro período do curso participei do programa de iniciação pedagógica fornecido pela CAPES-PIBID. Estava interessada em ajudar os alunos que precisavam de uma atenção mais próxima para seu desenvolvimento e encontrei vários alunos com defasagem idade/série e com falta de estímulo. Foi nesse momento que, conversando com colegas da escola, propus a ideia de realizar um projeto de intervenção com foco nas habilidades acadêmicas.

Naquele período a escola era bastante resistente a alterar e repensar suas estratégias de ensino, mas com muita luta consegui convencê-los. Inicialmente pensei em criar um espaço lúdico que despertasse o interesse das crianças com deficiência, mas a escola tinha poucos recursos e eu estava no início da minha carreira acadêmica, então tive a ideia de criar uma rifa e vendê-la para familiares a fim de montar uma sala de apoio para funcionar no contra turno. Dediquei mais tempo do que o previsto pelo edital do PIBID e ao longo de 6 meses consegui, com a ajuda de outras colegas, fazer avanços significativos com os alunos nas habilidades de leitura e escrita. Em 2020, já imersa na área de inclusão, entrei no programa de residência pedagógica com o tema Alfabetização de crianças com autismo, com foco nas competências básicas, no entanto a pandemia alterou nossos objetivos de intervenção nas escolas públicas e tivemos que nos reinventar; foi quando comecei a intervir de forma remota com um aluno com microcefalia e múltiplas deficiências. Foi um desafio imenso e uma situação que acentuou meu anseio de buscar mais conhecimento e proporcionar dignidade a um aluno que não tinha muitos recursos financeiros, algo que também lembrava do meu vizinho que não frequentou a escola.

Comecei a pensar em formas de ajudá-lo remotamente e sem contato pessoal devido à situação restritiva. Passei a desenvolver recursos pedagógicos, alguns feitos de materiais recicláveis e outros que custeava com o dinheiro da bolsa. Foram dois anos da experiência mais enriquecedora que já vivi até hoje e também do momento em que comecei a estudar de forma enfática as habilidades que ele precisava aprender. As capacitações baseadas em ABA oferecidas pelos momentos formativos da residência forneceram conhecimentos valiosos e essenciais para minha atuação com ele, que ao final do programa obteve um resultado surpreendente, que tocou tanto a mim quanto a escola, que condicionava seu olhar





nas várias limitações que o educando possuía. A partir daí tive a certeza de que antes de qualquer processo é fundamental acreditar nas potencialidades de todas as crianças.

Após concluir a residência participei do Grupo de Estudos em Educação Inclusiva - GEEI e logo depois comecei a trabalhar como professora de apoio em uma escola particular. Nessa experiência encontrei crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Opositor Desafiador (TOD) diagnosticados. Ademais, identifiquei algumas características em outros alunos e com orientação aos pais incentivei que procurassem investigar algumas situações que percebi na sala, o que resultou em diagnósticos de autismo posteriormente. Concomitante a essa fase, estava concluindo minha pós-graduação em psicopedagogia. No ano seguinte, fui convidada a assumir a área de psicopedagógica não apenas dessa escola, mas também de outras duas, quando dediquei-me a analisar o processo de inclusão escolar.

2.2 NARRATIVA 2

O meu nome é Agenor e nasci na cidade de Picos, localizada no interior do estado do Piauí. Durante um breve período tive a oportunidade de viver em outras cidades dentro do mesmo estado e o primeiro contato que recordo com crianças com necessidades específicas ocorreu na minha cidade natal, nos primeiros anos do ensino fundamental. Naquela época, compartilhei a mesma turma com uma menina que tinha deficiência visual, que se destacava pelas boas notas que conquistava e mostrava a todos nós que sua limitação não a impedia de aprender. Mais tarde, na mesma escola, tive a oportunidade de compartilhar a sala de aula com um garoto com autismo. Uma característica marcante desse colega era a sua notável habilidade de lembrar as datas de aniversário de todas as pessoas ao seu redor; eu ficava impressionado com essa capacidade.

Foi nessa escola, uma instituição pública, que percebi a importância da adaptação para atender às necessidades de alunos com deficiência. A escola modificou sua infraestrutura e adquiriu os instrumentos necessários para o ensino de pessoas cegas. Nos planejamentos das aulas, a instituição sempre levava em consideração as necessidades específicas e as peculiaridades de todos os alunos, o que evidencia a preocupação do corpo escolar com o bem-estar e o aprendizado de todos os estudantes. Esses foram os primeiros momentos em que testemunhei a importância da inclusão, experiências profundamente enraizadas em mim até hoje.

Quando iniciei minha jornada no ensino superior, no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Universidade Estadual do Piauí - UESPI, tive a oportunidade de aprofundar meu entendimento sobre a inclusão. Isso aconteceu não apenas por meio das disciplinas teóricas, mas também através do contato com professores e colegas que eram verdadeiros defensores da inclusão e se dedicavam ao estudo dessas temáticas. Além disso, nas experiências práticas proporcionadas pela academia como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, a Residência Pedagógica (subprojeto de alfabetização de crianças com autismo), os Estágios Obrigatórios e o Grupo de Estudos em Educação Inclusiva - GEEI, pude consolidar meu conhecimento.



Após a conclusão da graduação, continuei participando ativamente do GEEI e busquei aprimorar minha qualificação para desempenhar com segurança o papel de professor. Decidi ingressar no curso de pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional e desejo de iniciar posteriormente a formação em Psicomotricidade, área de enorme interesse por sua importância para o desenvolvimento infantil.

3. APRENDIZADOS COM O CURSO FIC AUTISMO E INCLUSÃO

O curso FIC *Autismo e Inclusão* abrangeu três módulos de formação. No primeiro módulo aprendemos, por meio de uma análise teórica, o conceito de autismo apresentado na videoaula, quando fomos apresentados a uma trajetória histórica sobre os estudos do autismo e suas principais características, destacando a relevância de superar os paradigmas e preconceitos que circundam essa especificidade. De acordo com a última versão do Manual de Saúde Mental- DSM-5 (APA, 2014, p. 853), o autismo pode ser caracterizado por: “1) *déficits* na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades”. Conforme a Lei Berenice Piana (Brasil, 2012, p. 1), considera-se pessoa com autismo aquela que apresenta:

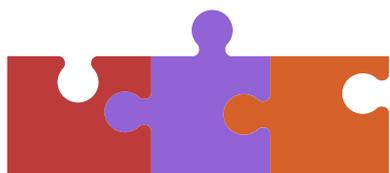
I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Isso implica que pessoas com autismo podem enfrentar dificuldades persistentes que requerem intervenções em curto, médio ou longo prazo. No caso dos indivíduos com TEA, suas capacidades de comunicação podem limitar a interação social no ambiente escolar e os padrões repetitivos e restritivos de comportamento podem influenciar como eles se engajam nas atividades. Todas essas questões demandam atenção na escola, e a comunidade escolar deve se esforçar para explorar as potencialidades de cada aluno, reconhecendo que todos possuem características e qualidades individuais únicas.

A escola assume o papel crucial de ser uma entidade social responsável por acolher singularidades. Isso ocorre porque é no ambiente escolar que os alunos têm a oportunidade de conviver com seus colegas e com outras formas de diferença, permitindo-lhes aprender e se desenvolver. Para Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020, p. 2), “por se tratar de um espectro de condições, o padrão comportamental e cognitivo das crianças com TEA pode variar bastante, o que impõe ao professor desafios específicos no manejo com o aluno com TEA e com os demais da turma”.

As escolas devem cada vez mais buscar competências técnicas como formação especializada, formação continuada e adoção de práticas pedagógicas flexíveis. Nesse contexto, nosso enfoque é dirigido





a essas questões para compreender a perspectiva de quem vivencia diretamente o processo de luta e garantia de direitos, bem como a busca por profissionais qualificados.

3.1 OBSERVANDO MÃES EM BUSCA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A partir dos aprendizados do curso fomos desafiados a aplicar o conteúdo trabalhado, e com essa intenção nos aproximamos de uma mãe atípica que vivenciou e enfrentou as necessidades e desafios na busca pela garantia dos direitos de seus dois filhos que, segundo o DSM-5, se enquadram no espectro do autismo. Nossa coleta de relatos foi realizada em maio de 2023 como parte de um projeto de apoio que visava entender as experiências de mães que enfrentam desafios em busca da garantia dos direitos de seus filhos. Este projeto surgiu da constatação de uma necessidade urgente de compreender as lutas e obstáculos que muitas mães enfrentam em nosso contexto atual.

Durante a coleta de relatos, tivemos o privilégio de conversar com diversas mães corajosas, cada uma delas enfrentando situações únicas, mas todas compartilhando o mesmo desejo profundo de assegurar o bem-estar e os direitos de seus filhos. Um dos relatos mais comoventes foi o da Sra. Ana (nome fictício). Através de um diálogo direcionado a essa mãe atípica, exploramos o questionamento “Você já se deparou com situações em que sentiu que tentaram excluir seus filhos dentro do ambiente escolar?”, a partir do qual tivemos como resposta da referida mãe o seguinte: “Já houve resistência a partir do momento em que se deu o início à busca de uma escola que atendesse à singularidade dele. As escolas particulares de Teresina negaram recebê-lo sem qualquer motivo, falaram não na minha cara” (Sra. Ana, 2023).

O que é particularmente preocupante e triste aos olhos dessa mãe atípica é que essa realidade ainda se repete para muitas outras mulheres em situações similares: um processo contínuo de luta para garantir direitos e a busca incansável por instituições que aceitem, compreendam e celebrem as diferenças. A existência de um direito efetivo à matrícula, respaldado pela lei, não assegura necessariamente que as escolas estejam desempenhando o seu papel uma vez que muitas crianças que se destacam por suas diferenças são estigmatizadas com termos pejorativos, e frases do tipo “vai atrapalhar a sala de aula” ou “não tem potencial de aprendizado” são recorrentes nesses contextos. Tal abuso reflete na prática docente, que ainda alimenta uma mentalidade incapacitante e discriminatória, infelizmente.

A escola desempenha um papel importantíssimo, bem como o papel do professor, tópico abordado no módulo 2, que tratou do papel do docente na inclusão. Nesse percurso foi possível aprofundar o entendimento a partir de autores que abordam essa temática, como Mantoan (2006, p. 1), que compartilha a seguinte perspectiva:

Quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas suas peculiaridades, ligadas a sexo, etnia, origem, crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto, ser gente é correr sempre o risco de ser diferente.



A mãe destaca que realizou a matrícula de seus filhos em uma escola pública localizada no município de Dom Expedito Lopes, no estado do Piauí. Através do relato da experiência de inserção na escola pública buscou-se analisar como a condição de deficiência foi abordada e como se desenrolou o processo de inclusão por parte tanto da escola quanto dos professores. A mãe compartilha:

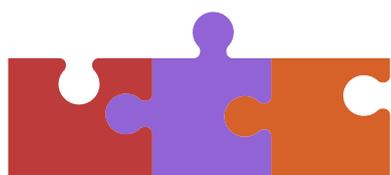
“Eu sei que as dificuldades são grandes para a adequação dos conteúdos e métodos, mas não seria o meu papel, né? Eu venho dos centros de referência, eu trago as diretrizes do que ele precisa, eu trago tudo mastigado. Mas, se eu quiser adequação de conteúdo, eu tenho que colocar a mão na massa e entregar praticamente pronto nas mãos delas. E a maioria das vezes, quem fica com os cuidados educacionais é o cuidador, que é para ser a professora. A gente sabe que não é cuidador, né? As professoras são como se não fossem professoras dele, elas transferem toda a responsabilidade para a cuidadora. Isso não é adequado.” (Sra. Ana, 2023)

Ao afirmar “[...] Eu venho dos centros de referência, eu trago as diretrizes do que ele precisa, eu trago tudo mastigado”, a mãe revela que está ciente das leis e dos direitos de seus filhos, mas apesar de estar embasada na legislação, ela ainda enfrenta dificuldades em ver esses direitos serem efetivados. Essa situação torna-se exaustiva e angustiante para a mãe, que experimenta a exclusão na “pele”. Embora essa realidade possa parecer absurda, não é incomum. As pessoas com deficiência têm seus direitos protegidos por marcos legais, mas frequentemente não há uma instância de fiscalização para verificar se as políticas de inclusão estão sendo implementadas na prática.

Outra questão recorrente na maioria das escolas é quando um aluno necessita de um cuidador (alguém responsável por atender às necessidades básicas como higiene, alimentação, etc.). Infelizmente esse profissional por vezes é confundido com um professor de apoio, o que leva a uma transferência equivocada da responsabilidade de ensinar, ação de dever do professor da sala de aula comum. Em alguns casos, as professoras parecem delegar toda a responsabilidade ao cuidador, fato distante de uma abordagem adequada (Lopes, 2013).

Uma das constatações possíveis neste momento da reflexão é que nossas tarefas ainda são inúmeras, mas devemos identificar prioridades, denunciar ações reprodutoras de iguais atitudes sociais para com essas pessoas, acompanhar ações do poder público em educação, cobrar compromissos firmados pelos governantes em suas campanhas eleitorais e em seus planos de governo, além de ampliar e sedimentar espaços de participação coletiva e juntar forças para resistir e avançar na construção de uma sociedade justa, cujos valores humanos predominem sobre os de mercado (Mantoan, 2006, p.5).

Quando uma escola direciona sua atenção não somente à inclusão, mas também ao efetivo progresso na aprendizagem, ela não apenas se dedica a atender às necessidades de estudantes típicos e atípicos, mas também assume o compromisso de avaliar o real desenvolvimento do corpo discente. Isso implica investigar quaisquer barreiras que possam estar dificultando o processo de aprendizado e, com base nessa investigação, determinar estratégias para intervir de forma eficaz. Dessa maneira, estaremos dando passos significativos em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva.





No módulo 3 do curso foi exposta a importância de uma escola que demonstre preocupação real com o tema e que ofereça um Atendimento Educacional Especializado (AEE) e uma Sala de Recursos Multifuncional (SRM). Essa Sala de Recursos Multifuncional “é um serviço de apoio à inclusão de pessoas com deficiência, a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é o espaço físico de atendimento para que esse profissional possa desenvolver as ações planejadas. Conforme prevê a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10” (Desidério, 2023, p, 2). O ambiente desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva e eficaz.

A instituição de ensino possui e exerce um papel fundamental ao oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), cujo propósito é complementar os conteúdos ensinados em sala de aula visando atender às necessidades individuais dos estudantes. O objetivo é garantir que todos os alunos possam acompanhar o ritmo de seus colegas para promover uma abordagem colaborativa e inclusiva (Mascaro, 2023).

Através desse apoio é possível criar estratégias significativas para aprimorar e enriquecer a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Conforme salientado por Silva (2022, p. 9), em teoria os “professores do ensino regular e professor de AEE deveriam ter uma parceria para avaliar e oferecer o atendimento especializado ao aprendizado pedagógico”. Essa cooperação fortalece a confiança dos professores em sala de aula porque eles passariam a ter uma rede de apoio para auxiliar a prática educacional.

Todos esses conhecimentos abordados no curso de autismo e inclusão se mostraram extremamente valiosos. Uma das experiências mais significativas foi a capacidade de correlacionar os estudos com casos reais, o que permitiu ampliar os conceitos teóricos ao aplicá-los em situações práticas. Isso nos proporcionou o entendimento de como as estratégias discutidas no curso podem ser adaptadas de maneira personalizada para atender às necessidades individuais de cada pessoa com TEA. Além disso, a participação em atividades diversas fomentaram o pensamento crítico e promoveram o estímulo à confiança para enfrentar situações desafiadoras na luta pelos direitos.

O curso proporcionou uma variedade de recursos enriquecedores, incluindo materiais teóricos e práticos bem como sessões ao vivo com profissionais renomados. Isso contribuiu para uma compreensão mais profunda e abrangente da inclusão e do autismo, capacitando-nos a aplicar esse conhecimento de maneira mais eficaz em nossas práticas profissionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação profissional emerge como um pilar essencial na construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Através desse processo de capacitação, educadores e profissionais da área da educação adquirem um conjunto diversificado de conhecimentos, habilidades e atitudes que os habilitam a atender às necessidades únicas de cada aluno de maneira sensível, eficaz e empática.



O curso de formação nos proporciona um valioso embasamento teórico nos preparando densamente para atuar de forma eficaz. No entanto, a aplicação desse conhecimento de forma eficiente só é possível quando se tem um conhecimento mais aprofundado ou contato direto com pessoas que têm o autismo. Compreender a realidade de uma mãe atípica que enfrenta desafios constantes na busca por uma educação de qualidade e inclusão social para seus filhos proporciona um aprendizado profundo, pois quando nos depararmos com os desafios centrais que ela enfrenta, somos convidados a uma reflexão profunda sobre nosso papel como cidadãos e como podemos contribuir para auxiliar essas pessoas que enfrentam experiências tão avassaladoras.

Também foi possível destacar a importância da colaboração entre profissionais, pais, cuidadores e a comunidade educacional para uma inclusão efetiva nas escolas. Observa-se que isso só é possível por meio de um trabalho conjunto envolvendo a todos, e para isso a formação desempenha um papel crucial ao gerar equipes coesas e multidisciplinares capazes de oferecer o apoio integral necessário para o sucesso dos alunos com autismo.

Portanto, a formação profissional não é apenas um investimento em capacitação técnica, mas também um investimento na construção de um ambiente educacional mais inclusivo, acolhedor e empático. À medida que educadores se tornam agentes de mudança, o impacto positivo se estende para além da sala de aula e chega às comunidades, contribuindo para uma sociedade que valoriza a diversidade e a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos independentemente de suas características individuais.

REFERÊNCIAS

APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association ; [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

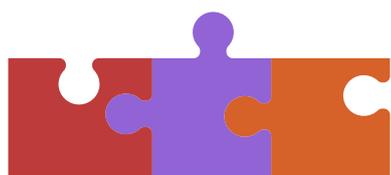
BRASIL. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil.

DESIDÉRIO. Vanessa. Módulo 1: conceitos, causas e características do autismo. Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar. IFRN. 2023.

Lopes, Gustavo Casimiro. Preconceito contra pessoas com deficiência ao longo da história. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 17, Nº 176, janeiro de 2013.

LEITE, Francisco Tarcísio. **Metodologia Científica**: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008.

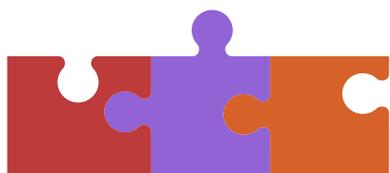
MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo : Summus, 2006.





MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; ESTEF, Suzanli. FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO POR MEIO DA PESQUISA-AÇÃO. **Revista Teias**, Rio de Janeiro , v. 24, n. 73, p. 198-208, abr. 2023. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052023000200198&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 set. 2023.

WEIZENMANN, Luana Stela. PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski. ZANON, Regina Basso. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**. v.4, 2020.





Capítulo 3

A professora e o autista: vivências no ensino fundamental

Ediane Pereira de França ¹

Vanessa Desidério ²

1. INTRODUÇÃO

O presente relato tem como objetivo apresentar a experiência da professora Ediane Pereira de França com uma criança autista em sala de aula, com a colaboração da professora Vanessa Desidério, coordenadora do Projeto Conhecer para Acolher. Essa experiência é fruto da observação e dos aprendizados no curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) Autismo e Inclusão Escolar, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) em 2023.

A realidade da professora Ediane é muito similar a de outras professoras que na sua formação inicial não receberam orientação para inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assim ao receber um aluno ou aluna com essa condição é desafiador.

No Brasil, aproximadamente dois milhões de pessoas nascem com TEA, significa 1% a 2% da população mundial (Correio Braziliense, 2022). O termo “transtorno” remete a “perturbação ou incômodo”, já “espectro” remete a “variação”, ou seja, cada pessoa com TEA pode ser afetada de forma diferente de outro com o mesmo transtorno, por causa disso uns conseguem olhar nos olhos, tem sensibilidade auditiva, andam na ponta dos pés, outros não. São muitas as características e não é preciso ter todas para ser diagnosticado com TEA. Desde que o autismo começou a ser estudado, as características vêm sendo estudadas e agrupadas por categoria para ajudar na avaliação diagnóstica, no entanto, as mais comuns e condicionantes para que seja autismo, são: déficits percebidos na comunicação social e no comportamento repetitivo ou com interesse restrito, gerando prejuízos persistentes para o indivíduo na vida acadêmica e profissional.

Santos, Oliveira e Ferreira (2020) explicam que o universo TEA é complexo, mas acolher e planejar uma ação adaptativa para a pessoa com TEA requer criar meios para que ela seja tratada como cidadã, que tem singularidades e complexidades que merecem ser respeitadas. Nos casos de estudantes com TEA, o mais importante a fazer é conhecer bem as características do espectro presentes no estudante, tentar a maior aproximação possível entre família e escola e receber esse indivíduo, preparando o ambiente para a verdadeira prática da educação inclusiva.

¹ Neuro psicopedagoga pela FAVENI, Cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – turma 2023

² Doutoranda em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, Coordenadora do Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar – orientadora

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Me chamo Ediane Pereira de França, sou natural de Macau, RN, e desde muito pequena sonhava em ser professora; pegava livros e minhas bonecas e virava o dia brincando de dar aulas a elas. Minha tia Francisca das Chagas (*in memoriam*) sempre foi uma inspiração: ela foi professora, fundou uma escola renomada em Macau, onde estudei até concluir o ensino médio e fui chamada para trabalhar como secretária e atuei por 3 anos. Eu amava esse universo, mas continuei a nutrir o desejo de ser professora.

Engravidei e casei aos 18 anos e fui adiando a minha vontade para cuidar da minha filha. Certo dia, resolvi dar aulas de reforço em minha casa e acabei fazendo disso uma atividade durante 4 anos, de modo que minha paixão pela educação só aumentou. Nesse período tive a oportunidade de fazer o curso de pedagogia na Faculdade Anhanguera, na cidade de Assú (RN) e esse ano concluí a pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva com Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica pela Faveni.

Costumo assumir que tive muita sorte na minha profissão, pois no ano seguinte à minha conclusão fui contratada por uma escola particular na cidade de Guamaré, RN, onde estou atuando até o momento. A figura 1 abaixo representa a minha vitória pessoal e a conquista de um sonho alcançado com esforço para conseguir minha tão almejada formatura. A caminhada foi longa e com vários obstáculos, mas hoje posso afirmar que venci.

Figura 1 – Foto da formatura do curso de pedagogia.



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Soube do curso através das redes sociais e fiquei muito motivada em participar, pois sabia o quanto ele poderia agregar a minha vida profissional e pessoal por ser uma atividade inspiradora, prática, organizada e muito bem planejada, que apresenta uma metodologia de desenvolvimento de pessoas com autismo visando o bem-estar de todos os envolvidos no processo de aceitação e desenvolvimentos de habilidades das pessoas do espectro. Ele me garantiu conhecimento, segurança, base e ideias de como chegar ao meu objetivo.



Sou professora e pela primeira vez tenho uma criança autista em sala, e esse foi um dos motivos para minha inscrição. O curso capacitou-me com formas de lidar adequadamente em diversas situações no cotidiano e com certeza agregou muito na minha formação acadêmica. Parabéns a toda a equipe por proporcionar tanta motivação e partir de agora, com meu aluno, quero oferecer um trabalho excelente, desenvolvido com muito amor e carinho.

3. REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO NO CURSO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Incluir o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar ainda é encarado como um grande desafio, pois compreende-se que para concretizar a inclusão dele na percepção plena da palavra é fundamental refletir e descobrir as diversas concepções imbricadas no sistema educacional tradicional. Nesse sentido, Mantoan (2003, p.27) destaca que “uma análise desse contexto escolar é importante se quisermos entender [...] a razão de se propor inclusão escolar, com urgência e determinação, como objetivo primordial dos sistemas educativos”.

Desse modo, venho relatar o processo de socialização de uma criança com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no 1º ano do Ensino Fundamental na rede particular de ensino na cidade de Guamaré (RN). Ao longo do relato, o leitor perceberá a descrição das metodologias utilizadas e poderá acompanhar como ocorreu a socialização do aluno com seus pares e quais foram os resultados alcançados com essa experiência.

Os alunos com TEA têm direito a serem matriculados em escolas, seja em redes de ensino públicas ou particulares. Elas devem dispor de acesso às metodologias de ensino adequadas e possibilitar um convívio agradável com outras pessoas para assim estabelecer uma rotina diária benéfica ao desenvolvimento do educando.

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiências têm oportunidades de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social (Stainback, 1999).

É importante salientar que a prática da inclusão escolar, segundo Mantoan (2003), refere-se à competência de compreender o outro a fim de ter a oportunidade de relacionar-se e participar do convívio com outras crianças, um acolhimento sem nenhum tipo de rejeição. O processo de aprendizagem da criança com TEA não ocorre de maneira momentânea, mas sim é um processo de longo prazo que requer comprometimento, paciência e tranquilidade no momento da mediação.

O aluno a que me refiro neste relato tem 7 anos de idade e logo nos primeiros dias na escola senti uma enorme dificuldade em lidar com ele, que ainda não tem laudo mas é acompanhado por profissionais



três vezes na semana em um centro de reabilitação na cidade onde reside.

Mediante seu bom comportamento, a criança recebia itens que a agradavam, entendendo como um reforço para aquelas ações. Recebi uma orientação para que durante os momentos de socialização eu viesse a andar de mãos dadas com as outras crianças, mas respeitando seus limites. O objetivo é que o aluno se sentisse cada vez mais aceito e pudesse estar sempre próximo aos demais colegas da sala e a sua professora. As instruções para a criança deveriam ser feitas de maneira clara, direta, de modo que favorecesse sua compreensão. Para a realização das atividades o aluno tinha por instrução figuras representativas, processo visível todos os dias desde sua chegada à escola, estabelecendo uma rotina.

No momento da refeição, o educando mostrava-se bastante independente e não apresentou dificuldades de usar os talheres, solicitando auxílio apenas quando necessário como em casos para lidar com embalagens de biscoito, ou em outras situações a depender do tipo do lanche do dia. A família dele, no entanto, já facilitava esse momento, pois geralmente enviava algo que permitisse ao menino agir de maneira autônoma. A criança demonstrava tranquilidade, conseguia manter-se um tempo calma e estabeleceu vínculos afetivos com colegas de sala, porém apresentava frustrações quando era pressionado a desenvolver algo ou quando seus desejos não era correspondidos, levando-o a um comportamento que demonstra irritação, comum na idade dele, mas que era combinando com certa resistência para aquietar-se.

Tive orientações da coordenadora acerca das atividades a serem desenvolvidas com o aluno e em relação aos comportamentos dele, ofertando orientações de como agir em determinadas situações porque ele tinha algumas crises em relação ao barulho e às vezes também chorava para não realizar algumas atividades escolares. Por não saber como agir nessas horas, parti em uma trajetória em busca de conhecimentos sobre o TEA com a finalidade de resolver determinadas situações com a criança e ajudá-lo da melhor forma possível para conseguir incluí-lo no meio social.

Depois que aprendi como lidar com ele, que é uma criança amável, gosta de abraços e é muito carinhoso, tudo tornou-se mais descomplicado e começou a fluir de maneira maravilhosa. As atividades eram voltadas para o raciocínio lógico e a cognição, e o aluno logo demonstrou habilidade no momento em que eram realizadas atividades com brinquedos do tipo LEGO, além da montagem com blocos. Observando o ambiente da sala, o aluno sempre sentava na mesma mesinha, adaptável para as idades das crianças.

Na sala de aula ele socializava bem com as outras crianças, as quais não tinham nenhum receio de estar em contato com o aluno. Procurei sempre integrar as brincadeiras coletivas, estimulando o convívio entre eles: no pátio da escola ele sempre estava presente durante as atividades, e as crianças gostavam de brincar e trocar objetos entre si, ajudando-o e colaborando com o seu desenvolvimento. As figuras 2 a 4 ilustram esses momentos.

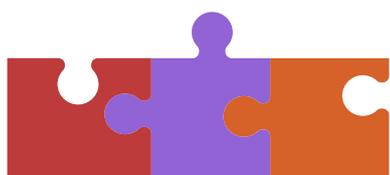


Figura 2 – Foto de atividade em sala.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Figura 3 – Foto de atividade em sala.



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.



Figura 4 – Acolhida com amigos.

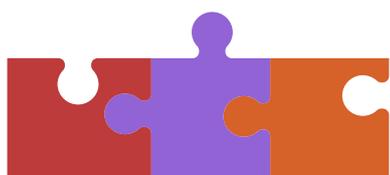


Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Essas fotos são apenas alguns registros do que trabalhamos em sala. O menino é uma criança esperta e de uma inteligência admirável. Como já citei, no início não foi fácil, mas no decorrer do ano tenho aprendido mais do que ensinado: ele demonstra todos os dias o verdadeiro sentido da palavra amor e conseguiu fazer-me mudar uma vez que sinto que hoje sou uma pessoa mais paciente e consigo passar aos meus alunos mais confiança. Meu aluno é um presente na vida e tenho certeza que esses aprendizados foram de suma importância tanto na minha performance profissional quanto pessoal. Apesar de saber que cada criança atípica é única, a experiência que vivenciei ajudou-me no preparo para o acolhimento de crianças no espectro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades verificadas no convívio com uma criança com TEA ocorreram, pois eu não tinha o conhecimento que adquiri no curso e que me permitiu um convívio ameno com a criança ampliou a minha compreensão de como lidar e trabalhar com ela. Dessa forma, consegui encontrar recursos para solucionar as dificuldades e promover soluções para o aluno aprender e socializar com os demais educandos. Essa experiência proporcionou-me uma aprendizagem única porque em meio aos conflitos pude desenvolver também minha paciência e a ciência de que tudo é possível com carinho ao que se faz e com respeito ao outro.





O curso chegou no momento certo. A partir da minha vivência posso afirmar que todo professor deveria em algum momento passar pela sensação de compartilhar e aprender com essas crianças que são mais que especiais.

Observo que é preciso aprender mais sobre o assunto, para que esse e outros alunos tenham mais chances de êxito na vida. Principalmente na parte emocional, quando estamos em sala de aula, nos tornamos parte da família desse aluno, esse senso de responsabilidade exige mais formação. Meu sonho de infância depende disso, eu quero ter condições de fazer o plano de ensino individualizado (PEI) do meu aluno de forma segura, poder avaliar corretamente os avanços deles, com mais compreensão de até onde posso adaptar, mas o meu trabalho também depende da família, da sociedade, das políticas públicas, do tratamento, são muitos os desafios.

A experiência permite concretizar conceitos sobre as características, potencialidade e limitações do autismo, de reconhecer preceitos legais que devem ser seguidos, tal como a construção do PEI, a motivação para fazer melhor e a reflexão sobre as práticas educativas que promovem melhor ensino-aprendizagem.

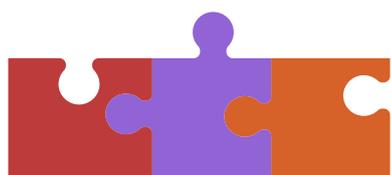
REFERÊNCIAS

CORREIO BRASILIENSE. **Cerca de 2 milhões de pessoas vivem com autismo no Brasil**. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/04/4997766-cerca-de-2-milhoes-de-pessoas-vivem-com-o-autismo-no-brasil.html>>. Acesso em 12/02/2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Porque? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003, p. 27)

SANTOS, Nádia Cristina dos Dantas Ferreira; OLIVEIRA, Liliane Silva Câmara de; FERREIRA, Maria Franciane. **A inclusão do discente com autismo na rede pública de ensino**. VII Congresso de Educação. Maceió-AL, 15 a 17 de outubro de 2020.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. **Inclusão – Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes médicas, 1999.





Capítulo 4

Viver e aprender através de experiências com crianças que estão no espectro

Maria Eliane Francelino da Silva Pontes¹

Jaqueline Alves da Costa²

Vanessa Desidério³

1. INTRODUÇÃO

Este relato tem por objetivo compartilhar experiências vividas com crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA, bem como partilhar a importância do curso ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte- IFRN. Soubemos do curso FIC-*Autismo e Inclusão Escolar* por meio de uma amiga professora, visto que temos planos em dissertar sobre as estratégias de ensino inclusivo e adaptações curriculares no âmbito escolar.

O curso evidenciou que cada aluno com autismo é único, desmistificando alguns saberes equivocados que por falta de compreensão aceitamos como verdade. Dado a singularidade de cada um e às variações do espectro, é necessário observar em cada pessoa com TEA as habilidades, os desafios e as preferências singulares. Desidério e Frutuoso (2023) explicam que devido à falta de conhecimento sobre a causa, formas de tratamento e diferentes características e comorbidades que podem afetar o indivíduo com TEA, criou-se um padrão estereotipado de pessoa autista ao longo dos anos, como se apenas pessoas com grande necessidade de suporte fossem de fato autistas. Isso gerou um preconceito em relação às que apresentam maior autonomia ou àquelas que não possuem deficiência intelectual.

Nesse sentido, os professores precisam adaptar suas estratégias de ensino para atender às necessidades específicas de cada aprendente, bem como a capacidade de ajustar o currículo, as atividades e as abordagens de ensino visto que é essencial fornecer um ambiente de aprendizado inclusivo que permita a participação e o sucesso de todos os alunos, incluindo os que estão no espectro.

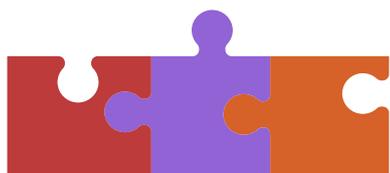
As vivências adquiridas no curso permitiram aos educadores cursistas repensarem a respeito do seu papel, fazendo com que modifiquem e aprimorem o seu fazer pedagógico. É notório que a proposta do curso inter-relaciona diretamente com a nossa formação acadêmica.

Uma vez que, o pedagogo, psicopedagogo e o Atendimento Educacional Especializado-AEE, buscam o mesmo objetivo, que é o desenvolvimento integral da criança e para isso, é necessária uma boa formação para exercer sua práxis com excelência.

¹ Pedagoga e Psicopedagoga - Cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – turma 2023

² Graduada em Sociologia, Pedagogia e Pós em Psicopedagogia - Cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – turma 2023

³ Doutoranda em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Mestre em Engenharia de produção e Graduada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora do IFRN. Orientadora.



Fomos incentivados a ler a lei n. 12764 de 27 de dezembro de 2012, que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Nela encontramos que:

O incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País (Brasil, 2012, Art. 2º)

Diante disso, é salutar repensar a importância da formação para toda a comunidade, a fim de quebrar as barreiras do preconceito e desinformação quanto às potencialidades e habilidades de pessoas com TEA em conviver em sociedade e na vida profissional.

É importante que pais e educadores conheçam conceitos científicos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) para compreender as características que geram sinal de alerta, mas ao perceber esses sinais, orientar os pais a buscar o diagnóstico médico, pois em alguns casos, existem comorbidades associadas ao TEA, tais como bipolaridade, epilepsia, esquizofrenia, entre outros.

Com a confirmação do diagnóstico é preciso tratar imediatamente, quanto mais cedo e mais intensivo for o tratamento terapêutico comportamental, maiores são as chances de ajudar a pessoa que nasce e sofre com TEA a ter mais autonomia e funcionalidade na sua interação com o outro. Não existe medicação para o tratamento do TEA. Quando é prescrita alguma medicação é para tratar outras comorbidades associadas, tais como falta de sono, ansiedade, entre outros.

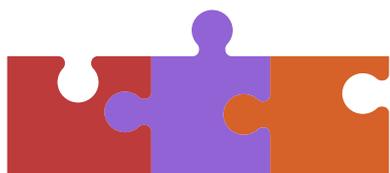
2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA DAS AUTORAS

2.1 PRIMEIRA AUTORA:

Eu sou Maria Eliane Francelino da Silva Pontes, casada, mãe de um menino que não está dentro do espectro e sou uma das escritoras desse relato. Sou natural de Upanema (RN) e vivi grande parte da infância no interior. A carência pelos estudos partiu do meu amadurecimento cognitivo e do reconhecimento de que as oportunidades eram desiguais para quem detém níveis educacionais distintos. Sou apaixonada pela educação, fato comprovado por minha formação acadêmica: pedagoga, pós-graduada em Alfabetização e Letramento e pós-graduada em Psicopedagogia. Diante disso, escolhi ser docente pela chance de transformar vidas por meio do ensino e de estratégias elaboradas junto a uma formação adequada com apoio da família, escola e do Estado.

2.2 SEGUNDA AUTORA:

Meu nome é Jaqueline Alves da Costa, moro em Mossoró (RN) e sou graduada em Sociologia e Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia e em Atendimento Educacional Especializado. O motivo pelo qual escolhi essa profissão foi tentar modificar um pouco a realidade da educação no nosso país, anseio alcançável por meio de uma educação de qualidade e professores acolhedores que trabalhem as diferenças de forma inclusiva. A educação especial assegura mais oportunidade educacional para que



futuramente as crianças possam ter um vasto campo de oportunidades e autonomia para se desenvolverem enquanto seres sociais e profissionais.

Trabalho há nove anos em uma rede educacional privada e sempre busco aprimorar meu conhecimento. O curso trouxe uma oportunidade de aprofundar-me no tema Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o que de novo a literatura acadêmica está abordando. Soube dele através de uma conversa com uma amiga que relatou que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) estava ofertando um curso em Autismo e Inclusão, dando-me a oportunidade de aumentar meus saberes sobre o assunto.

3. RELATO DE UM OLHAR ATENTO: SINAIS DE PARA O AUTISMO EM CRIANÇAS

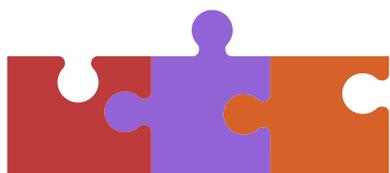
A experiência ocorreu em uma escola da rede privada, nessa escola havia um aluno que chamou bastante a minha atenção, porque para solicitar algo apontava ou levava-nos até o objeto, girava e brincava enfileirando coisas, balançava as mãos e mantinha pouco contato visual, adorava deitar na sala de aula, chorava sem motivo aparente e tinha uma socialização comprometida.

De acordo com o Gaiato e Teixeira (2018) os sinais de alerta para crianças dessa faixa etária são:

- Não fala frases com duas palavras que não sejam imitação (exemplo: quero água).
- Não copia ações ou palavras.
- Não segue instruções simples.
- Não anda de forma equilibrada.
- Não entende o que fazer com utensílios comuns como colher, telefone, escova de cabelo.
- Perdeu habilidades que já possuía.

Percebendo os sinais de alerta, a família foi comunicada pela escola no que se refere ao comportamento e o desenvolvimento esperado para a faixa etária de 2 anos, sendo orientada a procurar um profissional para melhor avaliá-lo e após acompanhamento, fomos comunicados sobre o laudo médico e as suas respectivas adaptações junto à equipe multiprofissional.

Nas carteiras de vacinação brasileiras, existe a informação dos marcos de desenvolvimento desde o nascimento, mas nem sempre eles são revisados ou observados cuidadosamente pelos pais e familiares da criança. Nesse sentido, o treinamento de pais é tão ou mais importante que o treinamento de professores, pois o tempo é fundamental, o diagnóstico e tratamento precoce contam muito para a qualidade de vida, e também ajudam na redução dos níveis elevados de estresse que afetam as famílias atípicas. Segundo





Gaiato e Teixeira (2018), o estresse parental é fruto da falta de manejo para com as dificuldades em lidar com as estereotípias, comportamentos restritos, de oposição e desafio, além da preocupação constante com o futuro da criança.

No curso FIC Autismo e Inclusão Escolar, vimos que apesar de haver diferentes formas de manifestação do transtorno no neurodesenvolvimento, essas duas características sempre foram observadas ao longo do tempo nas pessoas com autismo: dificuldade para se comunicar ou interagir e comportamento repetitivo ou restrito (Desidério, 2023). Nesse sentido, ao observar essas duas características de forma permanente no aluno, deve-se ficar alerta para buscar apoio de equipe multiprofissional se for necessário.

A experiência de um professor ao trabalhar com alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA, demanda atenção, compreensão, paciência, adaptação e criatividade. A habilidade de oferecer um ambiente de aprendizado inclusivo e de apoiar o desenvolvimento de cada aluno. À vista disso, busco por formações acerca do autismo, realizo cursos e oficinas voltado para esse público para aperfeiçoar a minha prática pedagógica. O TEA ainda é um universo desconhecido por muitos profissionais, pais e população em geral, mesmo com tantas referências. Nesse viés, o curso oferecido pelo IFRN viabilizou para muitas famílias, professores e profissionais que cursam pós-graduação a oportunidade de ter não apenas teoria, mas conhecimentos práticos, detalhes de vida cotidiana, guia e material atualizados fornecidos pelos organizadores do curso, suporte de excelência e profissionalismo que mostrou uma preocupação em sanar todas as dúvidas dos estudantes.

A educação inclusiva não se trata apenas de garantir a presença de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas, mas sim proporcionar uma educação de qualidade, que valorize suas habilidades individuais, respeite suas diferenças e promova seu pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

Aprendemos no curso que ao observar um aluno com características ou sinais de alerta para o autismo, é preciso ter sensibilidade e com muito cuidado fazer a família perceber a necessidade de investigar, pois muitos pais não aceitam as limitações de seus filhos e isso prejudica o seu desenvolvimento potencial. É bem verdade que se os pais da criança apresentada nesse relato não tivessem aceitado o aconselhamento, teríamos outra realidade, mas valeu a pena observar e ajudar a família, pois quanto antes melhor o tratamento adequado.

Sobre essa questão, Duarte (2019) sinaliza que os pais que não aceitam o diagnóstico dos filhos autistas, o fazem por questões pessoais e sociais que estão diretamente ligadas ao preconceito e falta de informação. As questões pessoais dizem respeito a quebra de expectativa, pois não se aceita que a criança tenha um neurodesenvolvimento diferente daquele esperado, ou por não aceitar que a criança apresente as demandas cansativas próprias da condição.





Apesar disso, Correia (2022) explica que os sinais de TEA podem ser observados desde os 18 meses de vida, nesse caso, quanto mais precoce o diagnóstico, melhor o prognóstico para a pessoa e para a família que terá que lidar com a pessoa que está no espectro. No entanto, é preciso o fortalecimento das políticas de inclusão e a busca contínua por conhecimento e capacitação de pais e familiares para que se perceba cedo esses sinais. O material disponibilizado no curso ofereceu um norte aos participantes, os instigando a buscar novos conhecimentos acerca do assunto. Também vimos o quanto a legislação inclusiva tem avançado no mundo e no Brasil. A sociedade tem voltado um olhar especial para as pessoas que antes viviam em lugares de segregação e hoje há uma luta de várias instituições para incluir essas pessoas em vários ambientes.

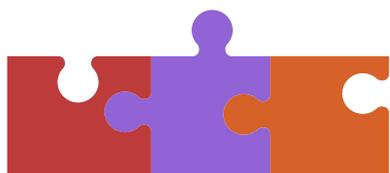
Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) a educação especial é compreendida como uma modalidade de ensino transversal, ou seja, perpassa todos os níveis de ensino. Nesse sentido, ela inicia na educação infantil seguindo ao longo da vida, reconhecendo as necessidades individuais e proporcionando apoio educacional contínuo e adaptado às demandas específicas de cada pessoa.

Outra questão importante é estar atento às mudanças de características conforme a faixa etária e o gênero, conforme a pessoa se desenvolve, pode mascarar essas características, trazendo prejuízos acadêmicos, sociais, emocionais ou profissionais, dificultando ou favorecendo o diagnóstico incorreto, isso é muito comum nas pessoas do sexo feminino, por esse motivo é mais fácil diagnosticar meninos (Correia, 2022). Essas informações nos ajudam a entender a prevalência de meninos com autismo nas escolas, enquanto as meninas geralmente recebem o diagnóstico de forma tardia.

É muito triste saber que cerca de 50% das crianças no espectro autista apresentam prejuízos na capacidade intelectual, que elas têm um prognóstico pior quando comparadas a crianças no espectro com inteligência normal, porque resistem ou têm mais dificuldades para aprender novas habilidades, novas atividades ou comandos (Gaiato e Teixeira, 2018) e que mais de 50% das pessoas que estão no espectro apresentam, além do autismo, outro transtorno como o Déficit de Atenção (APA, 2014). O fato de o curso ser voltado para pais e professores e juntar todos no mesmo espaço digital, com a oportunidade de trocar experiências através dos chats, ouvir os desabaços de pais e professores realmente preocupados e desejosos de ter uma luz é muito impactante.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em um contexto social em que muito se fala em educação inclusiva e uma grande busca por formação em função da sociedade associar a formação à melhor qualidade de ensino para as crianças. O acesso ao diagnóstico permite entender as necessidades educacionais dos estudantes mais precocemente. Enquanto educadores, é nosso dever aprimorar conhecimentos seja acerca das políticas públicas de inclusão, sejam das práticas educativas inclusivas, contudo, o docente não é o único responsável pela qualidade do ensino, existem muitas variáveis envolvidas. Cabe aos pais e familiares, à escola de forma geral também buscar esse conhecimento, para que como parceiros possamos identificar o quanto antes as características e sinais de alerta para o Transtorno do Espectro do Autismo - TEA.





Hoje a educação inclusiva está mais cercada por direitos e sancionada por leis, políticas públicas e decretos, mas eles dependem de ações concretas. Assim, em função da diversidade do público educacional, faz-se necessário uma transformação no cenário escolar, abarcando uma nova visão de sociedade. Sabendo que incluir não é apenas estar dentro da escola, a educação inclusiva tornou-se uma pauta central nos debates educacionais e sociais.

Na medida do possível, a escola pode ser parceira da família ofertando formações que promovam o diagnóstico precoce, mas sem ultrapassar os limites que cabem somente à família. Durante o curso, muitos pais relataram que inicialmente não aceitavam o diagnóstico do filho e que por esse motivo, orientava os professores a não insistir, pois esse é um assunto muito delicado, que deve ser trabalhado com muita responsabilidade.

A experiência permitiu compreender as características do Transtorno do Espectro Autista, apresentadas no módulo 1 do curso, a refletir sobre a importância e papel do professor no quesito de apoio ao diagnóstico (módulo 2), a planejar ações em conjunto com a equipe de apoio multiprofissional para adaptar atividades a realizar com a criança (módulo 3) e a pensar no futuro desse aluno que precisará ter um acompanhamento pedagógico individualizado (módulo 4).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

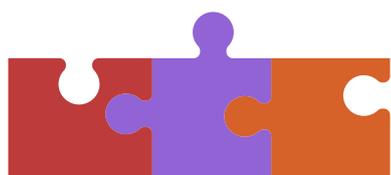
BRASIL. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil.

CORREIA, Ana Rita Rodrigues. **Diferenças de gênero e o Diagnóstico de Autismo no Gênero Feminino: Revisão Sistemática de Literatura.** Universidade de Beira Interior. Dissertação. Mestrado em Medicina. Maio. 2022.

DESIDÉRIO, Vanessa; FRUTUOSO, Hortevan. **Inclusão de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista na Educação Profissional e Tecnológica.** Editora IFRN, Natal, 2023.

DUARTE, A.E.O. **Aceitação dos pais para o Transtorno do Espectro Autista do filho.** Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad. Volumen 5, Número 2, Junio 2019, ISSN: 2387-0907. DOI: <https://dx.doi.org/10.17561/riai.v5.n2>

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **O reizinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis.** Nversos, 2018.





Capítulo 5

Desenho Universal para a Aprendizagem e autismo: adaptações curriculares para inclusão

Tatiane Oliveira Santos Pereira Abreu ¹

Renata Vasconcellos Rodrigues ²

Vanessa Desidério³

1. INTRODUÇÃO

O curso FIC Autismo e Inclusão Escolar, foi de suma importância para aquisição de novos conhecimentos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo fonte também de pesquisa para a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da especialização em Educação Especial e Inovação Tecnológica ofertado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em parceria com o consórcio formado por universidades públicas do Rio de Janeiro - CEDERJ, cursada pelas autoras deste relato, sendo este TCC usado como fonte para a escrita deste texto. no qual estamos trazendo algumas considerações sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), adaptações curriculares para crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como a troca de diálogos entre as autoras sobre as suas experiências na aplicabilidade do DUA na prática diária em ambiente escolar enquanto docentes.

Acreditamos que ao partilhar nossos saberes com nossos colegas, eles terão a oportunidade de aplicar esse conhecimento de acordo com a sua realidade, pois durante o curso percebemos que eram muitas as demandas de formação e de estratégias para lidar com os estudantes autistas em sala de aula, assim embora o DUA não seja uma abordagem curricular nova para a inclusão de todos os alunos com ou sem necessidades educacionais especiais em sala de aula, ainda na atualidade muitos profissionais da educação desconhecem o mesmo.

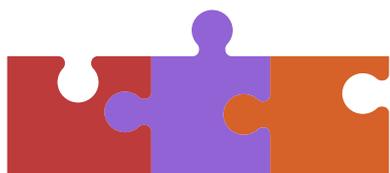
Alguns dos referenciais teóricos com os quais dialogamos ao longo da nossa escrita foram: C o l l et al (2004); Barbosa (2006); Oliveira e Machado (2009); Ortega (2009); Rodrigues e Spencer(2010); Nunes e Madureira (2015); Souza, Pletsch e Orleans (2017); Zerbato e Mendes(2021); Kerches(2022).

Também utilizamos como referência normativa as seguintes legislações: Lei n° 12.764 de 2012 a Lei Berenice Piana; Lei de n° 13.861/19 e Lei n° 13.977/20.

¹ Pedagoga (FFP/UERJ), pós-graduanda em Educação Especial e Inovação Tecnológica (UFRRJ) e em Informática aplicada à Educação (IFRJ), bolsista PROATEC (GRUPECEJA- FFP/UERJ), professora da rede municipal de São Gonçalo. Cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – turma 2023

² Pedagoga (UERJ) pós graduanda em Educação Especial e Inovação Tecnológica (UFRRJ), professora da rede municipal do Rio de Janeiro. Cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – turma 2023

³ Bacharel em Administração e Mestre em Engenharia de Produção pela UFRN, Especialista em Educação Profissional e Doutoranda em Educação Profissional pelo IFRN. Colaboradora e Orientadora nos relatos.



2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA DAS AUTORAS

Tatiane Abreu, veio a conhecer de fato o autismo na Faculdade de Formação de Professores (FFP-UERJ), universidade na qual cursou a sua graduação, na disciplina de educação especial, atuou como monitora da disciplina de Educação Especial e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Autismo e Intervenções Assistidas por cães (GEPAC- FFP/UERJ). Os estudos e pesquisas, bem como a participação no GEPAC e o contato com crianças dentro do espectro autista, serviram como inspiração para a escrita de sua monografia para a conclusão da sua graduação, intitulada como “Conhecendo o Transtorno do Espectro Autista: outro olhar a partir das (auto)biografias”, a pesquisa e a escrita desse trabalho, e a convivência com crianças com TEA na ocasião foram vitais para sua formação acadêmica e humana, uma vez que quebrou uma série de rótulos e estereótipos populares e midiáticos sobre o autismo, trazendo um olhar singular para as necessidades educacionais especiais de seus alunos com autismo em sala de aula.

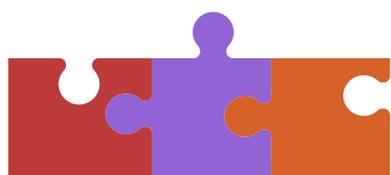
Ela atuou como acompanhante terapêutica de uma criança com TEA para uma clínica em uma escola. Atualmente exerce a função de professora de educação infantil numa turma regular com três crianças com autismo sendo duas com nível de suporte 3 e uma com nível de suporte 2 e como professora de apoio de duas crianças com TEA, uma com nível de suporte 2 e outra com nível de suporte 3, na rede municipal de educação de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro.

É bolsista PROATEC de um projeto de Inovação Tecnológica, no Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Políticas, Experiências e Contextos da EJA (GRUPECEJA-FFP/UERJ). Tutora presencial no curso de Pedagogia/UNIRIO- CECIERJ- Polo Regional UAB/Cederj de Rio Bonito nas disciplinas de Educação Especial e de Psicologia e Educação, também é tutora presencial de apoio para o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), ambas as funções exercidas na Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ. Possui especialização em Informática Aplicada à Educação (IFRJ) e em Educação Especial e Inovação Tecnológica (UFRRJ).

O interesse da Renata Vasconcellos Rodrigues, pela docência nasceu através de sua mãe que era professora e atualmente está aposentada, sendo uma profissional dedicada aos seus alunos, inclusive foi aluna de sua mãe no 1º ano do ensino fundamental I (antes chamado de CA). Cursou Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), ao longo da sua graduação teve a oportunidade de explorar diferentes disciplinas e áreas de conhecimento, o que lhe proporcionou uma formação acadêmica sólida e diversificada.

Ela participou ativamente de atividades extracurriculares como grupos de pesquisa (obteve bolsa de pesquisa na Educação Especial), congressos e workshops, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento das suas habilidades e competências como estudante e pesquisadora.

Durante a graduação, passou no concurso público para Professor do Ensino Fundamental I da Prefeitura do Rio de Janeiro e um ano após a conclusão da graduação tomou posse. Apesar de todo o conhecimento adquirido durante a bolsa de pesquisa, a graduação e a prática da sala de aula, ela sentiu a necessidade de dar continuidade aos seus estudos e atualizar-se.





Ingressou no programa de pós-graduação Lato sensu em Educação especial e inovação tecnológica. Durante esse período, pode aprofundar-se ainda mais em sua área de interesse, desenvolvendo uma pesquisa que culminou na elaboração de uma monografia nomeada Autismo e o Desenho Universal da Aprendizagem: Adaptações Curriculares para Inclusão. Aprender mais sobre a Educação Especial, as Tecnologias e sobre principalmente o Desenho Universal da Aprendizagem tornou suas aulas mais inclusivas, pois ela passou a considerar as especificidades de cada aluno.

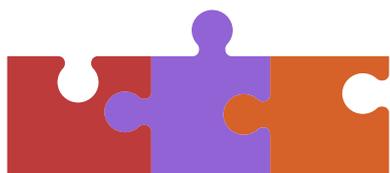
3. CONTRIBUIÇÕES DO CURSO FIC AUTISMO E INCLUSÃO PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

O curso FIC Autismo e Inclusão foi muito importante para a nossa formação acadêmica e atuação profissional, atualizando informações sobre o TEA e partilhando novos conhecimentos sobre o autismo. Em relação aos conceitos, características e causas do Autismo, enfatizou que no Brasil, o TEA ganhou maior visibilidade após a promulgação da Lei Berenice Piana (Brasil, 2012). Promoveu reflexões sobre o conhecimento que os professores devem ter a respeito do autismo e suas características para que possam auxiliar e compreender as necessidades educacionais de educandos dentro do espectro no dia a dia no ambiente escolar.

O curso também nos trouxe indagações sobre qual é o papel do professor na Inclusão do Autista e a função da escola em relação à garantia de que todos os alunos tenham de fato a efetivação da inclusão na escola regular. A instituição deve estar para além de conteúdos pedagógicos, atuando como mediadora dos saberes pedagógicos, da vida diária e da preparação para a convivência social a fim de auxiliar no desenvolvimento das potencialidades do corpo discente, complementando a aprendizagem dele.

O professor nesse processo age como mediador e agente da inclusão desses e de todos os sujeitos que são diferentes entre si e que possuem o mesmo direito à educação. Cabe destacar que na escola todos os funcionários precisam ser sujeitos de promoção da inclusão, pois o aluno constitui e tem acesso a toda organização escolar e não apenas ao professor. Foram apresentados ao longo do curso os serviços de Atendimento Educacional Específico e a Sala de Recursos Multifuncional, ambos adaptados à necessidade do Autista. Nesse sentido, os profissionais que atuam na aplicação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) foram instruídos sobre a forma como deve ser realizado esse atendimento, bem como quais são as características do espaço em que é realizado. Ademais, foi apontado também o Plano Educacional Individualizado para o aluno com Transtorno do Espectro Autista.

A dinâmica do curso foi satisfatória para nós cursistas porque o conteúdo, além de trazer muitas informações importantes sobre o TEA, tinha uma linguagem clara e precisa. A mediação durante o curso e a disponibilidade da organizadora do curso, bem como o compartilhamento por parte dela de informações sobre o autismo, trouxe a nós estudantes segurança e interesse pelo encontro, nos aproximando da temática abordada e fazendo com que cada vez mais quiséssemos buscar informações para atender as demandas dos nossos alunos com autismo.



3.1. O QUE APRENDEMOS SOBRE O AUTISMO

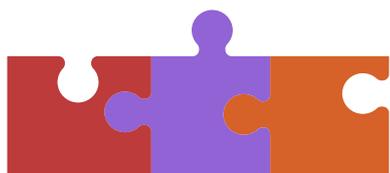
Em 1943 o psiquiatra americano Leo Kanner publicou o primeiro estudo sobre o Autismo, o qual foi elaborado a partir de suas observações sobre um grupo de crianças com características clínicas específicas que assumiam comportamentos diferentes daqueles já conhecidos pela literatura das síndromes psiquiátricas. Ele usava os termos “autismo” e “autista” durante a pesquisa e assim foi definido o referido construto. Segundo Rodrigues e Spencer (2010), Kanner no ano de 1949 evidenciou o Autismo Infantil Precoce, que tinha como principais características a dificuldade de contato com outros sujeitos, a fixação por objetos e situações sem modificá-los/variá-los, bem como “fisionomia inteligente, alterações na linguagem do tipo inversão pronominal, neologismos e metáforas” (Rodrigues e Spencer, 2010, p.18).

Nos anos de 1980 e 1990, o autismo passou a ser definido pelo psiquiatra Michael Rutter (1978) como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, um marco no entendimento do transtorno. A definição e a crescente produção de pesquisas científicas influenciaram a formulação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-3), publicado em 1980, quando o autismo é posto pela primeira vez como uma categoria diagnóstica separada. O DSM-5, publicado em 2013, consolidou as diferentes conclusões relacionados ao autismo em uma única categoria diagnóstica chamada “Transtorno do Espectro Autista”⁴. Isso ajudou a garantir uma abordagem mais abrangente na avaliação e diagnóstico do transtorno. Em 2022 a nova versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, o CID 11, adotou a mesma nomenclatura do DSM-5 e incorporou todos os diagnósticos que antes eram classificados como Transtorno Global do Desenvolvimento (Kerches, 2022).

O autismo passou de concepções relacionadas à psicanálise para a compreensão dos transtornos cerebrais, acontecimento de suma importância para o início do movimento de neurodiversidade, explica Ortega (2009). A socióloga e autista Judy Singer foi a primeira pessoa a utilizar a palavra neurodiversidade, termo que foi criado com a intenção de promover a igualdade e a inclusão de pessoas neurodivergentes. Atualmente a expressão é vista por muitos como um movimento de cunho social que tem auxiliado na conscientização do autismo, relembra Ortega (2009). A Lei 12.764/12, conhecida como Lei Berenice Piana (Brasil, 2012) a qual instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, garante aos autistas os mesmos direitos assegurados às pessoas com deficiência.

A Lei de nº 13.861/19 estabelece que as informações referentes aos autistas começassem a ser incluídas nos censos demográficos, e a Lei nº 13.977/20, conhecida como “Lei Romeo Mion”, em homenagem ao filho Marcos Mion, cria uma carteira de identidade específica para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). Ela pode ser feita gratuitamente e certifica a esses sujeitos o atendimento de maneira prioritária a serviços em estabelecimentos públicos e privados, com destaque para a área educacional e de assistência social. Entretanto, ainda não é acessível para todos os estados.

⁴ O autismo está descrito na 5ª edição do Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-5) dentro dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, com a nomenclatura de Transtorno do Espectro Autista, levando em consideração as principais características da idade: dificuldade na interação e na comunicação social, além da repetição e restrição comportamental e de interesses em atividades. Ainda não existe uma causa determinante para o autismo. Seu laudo é feito através de uma equipe multidisciplinar.





Se a cada ano cresce o número de crianças que têm acesso ao diagnóstico de autismo é preciso criar políticas de inclusão eficazes. Nesse sentido, a escola deve pensar e realizar estratégias pedagógicas para suplantiar todas as barreiras que impeçam o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes. O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surge como uma estratégia que contempla as especificidades dos estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), uma vez que “permite a criação de meios de acessibilidade ao ensino para um aprendizado sem barreiras.” (Zerbato e Mendes, 2021, p. 1), oportunizando a elaboração de múltiplas estratégias de ensino que possam ser utilizadas por alunos com diferentes necessidades de aprendizado.

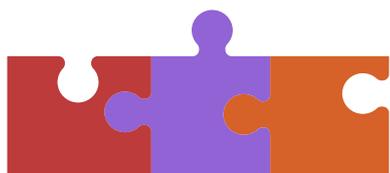
Independente de haver o diagnóstico de transtornos de aprendizagem, cada pessoa tem uma maneira própria de aprender e padronizar o método de ensino como se todos respondessem da mesma forma (como se faz nas escolas tradicionais) é restringir o direito ao pleno desenvolvimento dos alunos, pois não se pode limitar à aprendizagem a parte cognitiva, é preciso o desenvolvimento integral do indivíduo, buscando a formação humana integral do cidadão, defendem Moura (2014) e Zabala (1998).

Contudo se há clareza das limitações e potencialidades de aprendizagem e a necessidade de adaptação de material, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surge como uma estratégia que contempla as especificidades dos estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), uma vez que “permite a criação de meios de acessibilidade ao ensino para um aprendizado sem barreiras.” (Zerbato e Mendes, 2021, p. 1), oportunizando a elaboração de múltiplas estratégias de ensino que possam ser utilizadas por alunos com diferentes necessidades de aprendizado. Nesse sentido, facilita a vida do docente, ao passo que a depender do caso, não necessitará criar muitos modelos de avaliação, mas poderá usar um modelo que contemple a maior parte das necessidades de aprendizagem do seu aluno com ou sem transtorno.

3.2 COMO O DESENHO UNIVERSAL PODE CONTRIBUIR COM A APRENDIZAGEM E AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES

Em 1990, nos Estados Unidos, foi criado o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), também nomeado como Universal Designer Learning (UDL) por David Rose, Anne Meyer e outros pesquisadores do Center for Applied Special Technology (CAST) (Nunes e Madureira, 2015; Souza e Pletsch; Orleans, 2017; Zerbato e Mendes, 2018). O DUA tem como objetivo desenvolver práticas pedagógicas que possibilitem o acesso ao currículo, a plena participação e o desenvolvimento de todos os estudantes (CAST, 2012; Quaglia, 2015 *apud* Nunes e Madureira, 2015).

O Desenho Universal para a Aprendizagem é uma abordagem curricular que pretende promover a redução de fatores que envolvem o pedagógico e que poderiam, de alguma maneira, causar o impedimento do processo de ensino-aprendizagem, a fim de confirmar a participação de todos os alunos (Nunes e Madureira, 2015). Assim, o planejamento de atividades precisa contemplar todos os educandos em sala de aula uma vez que o docente elabore maneiras diferentes para o ensino de um mesmo conteúdo.



Por exemplo, em uma turma de Educação Infantil, ao elaborar figuras concretas/reais de um determinado conteúdo para crianças com TEA, o professor pode usar o mesmo material para dar aula para os demais alunos, ou até mesmo ao elaborar uma atividade com “carros”⁵, um hiperfoco de um aluno com Autismo, que seria aplicada aos demais alunos.

Embora o DUA seja considerado por muitos como uma abordagem curricular promissora para a inclusão escolar, esse recurso tem sido pouco usado nas escolas do Brasil (Zerbato e Mendes, 2021). Nelson (2013 *apud* Zerbato e Mendes, 2018) salienta que o DUA tem seus fundamentos em abordagens científicas que envolvem a aprendizagem e destaca que:

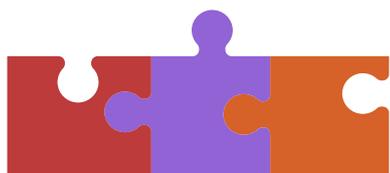
- (i) A aprendizagem está relacionada tanto aos aspectos emocionais quanto aos biológicos do indivíduo, isto é, a quantidade de sono e alimentação adequada, as predisposições e as emoções, são fatores que precisam ser respeitados;
- (ii) É importante que os alunos tenham experiências significativas, tempo e oportunidade para explorarem o conhecimento;
- (iii) As emoções têm uma importância fundamental uma vez que motivam a aprender, a criar e a conhecer;
- (iv) O ambiente é muito importante. Os conhecimentos aprendidos precisam ser significativos e se essas aprendizagens não forem usadas em outros ambientes, tais conhecimentos e conexões estagnam-se. Destaca-se nesse princípio, não só a relação entre diferentes contextos de aprendizagem, mas também a transferência dessas aprendizagens para outros ambientes;
- (v) A aprendizagem deve ter sentido para o sujeito, de modo que as informações se relacionem e estejam interligadas com quem aprende. Se não for assim, há memorização, mas não aprendizagem;
- (vi) Cada indivíduo é único e, conseqüentemente, isso nos remete para os estilos, ritmos e modos singulares de aprendizagem em cada indivíduo;
- (vii) A aprendizagem é aprimorada com desafios e inibida com ameaças, ou seja, o indivíduo precisa tanto de estabilidade quanto de desafio (Nelson, 2013 *apud* Zerbato; Mendes, 2018, p. 150).

Essa abordagem está para além das ações tradicionalmente pensadas para inclusão escolar pois não descarta a ação técnica específica e todo o aparato necessário para a inclusão: ela faz uso de recursos de comunicação, adaptação de materiais, dentre outros, com o objetivo de garantir o acesso e participação de todos à aprendizagem e ao conhecimento.

⁵Um exemplo de atividade lúdica usando carros no ensino da vogal “A”, que costumamos fazer em sala de aula:

- Fazer a vogal “A” de forma ampliada no chão usando durex colorido.
- Pedir que os alunos um por um passe com um carrinho em cima da vogal “A”.
- Pedir que os alunos cubram a vogal “A”, com carrinhos.
- Fazer o mesmo processo com as demais vogais.

Obs.: pode ser feito um volante usando material reciclável e brincar de faz de conta, falando para a criança que ela é a motorista e que deve passar por cada vogal com o seu carro, nesse caso andando em cima da letra.



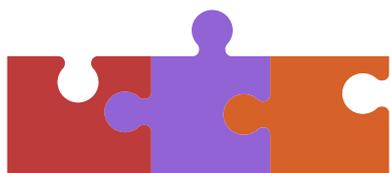


Nesse sentido, o DUA seria uma nova forma de apresentação do currículo, em que os conteúdos a serem ministrados com os estudantes seriam apresentados mais de uma vez de maneiras diferenciadas, tornando a aprendizagem mais prazerosa para todos e mais significativa, pois as propostas estariam dentro da realidade de mundo dos estudantes. Souza, Pletsch e Orleans (2017) destacam ainda que o DUA surge como uma proposta que visa o acesso e a aprendizagem de todos em uma partilha variada dos conhecimentos científicos. Nunes e Madureira (2015), bem como Zerbato e Mendes 2018, descrevem os princípios do DUA como sendo : a) Princípio do Engajamento: oferecimento de múltiplos meios para o envolvimento do aluno, em que deve ocorrer por parte do docente a estimulação do aluno por meio de seus interesses e motivações; b) Princípio da Representação: reconhecimento de que os alunos aprendem de maneiras diversas, e que deste modo a apresentação dos conteúdos deve ser feita de maneira diversificada; c) Princípio da Ação e expressão, onde cada aluno expressa a sua aprendizagem de modo diferente, assim como também participam de formas diferentes, logo o docente deve promover múltiplos meios de ação e expressão.

Segundo Domingues *et al.* (2014 *apud* Nunes; Madureira, 2015), ao aplicar os princípios do DUA colaboraremos para a redução das barreiras existentes no ensino e aprendizagem, pois propiciariamos o sucesso dos educandos. Desta maneira, ao usar essa abordagem em sala de aula, oportunizamos um aumento da aprendizagem de todos. Fica clara a importância e potencial do DUA para a inclusão de todos os estudantes em sala de aula, pois ela permite pensar a diversidade presente em nossas escolas, respeitando o tempo de aprendizagem e forma que todos têm de aprender em ambiente escolar para sair do ensino tradicional e massivo de inserção de conteúdo. Isso transforma a prática pedagógica em uma ação mais acessível na medida em que oferta a todos o acesso ao currículo.

As adaptações curriculares podem ser definidas como alterações de objetivos, atividades, planejamentos e avaliações no currículo de modo que possa atender a demanda de todos os estudantes. Tais modificações são realizadas com finalidade de garantir o direito de aprendizagem de todos em sala de aula para tornar igualitárias as oportunidades. É de suma importância salientar que a diversidade e a personalização são aspectos que devem ser levados em consideração pelas instituições escolares quando forem elaborar adaptações voltadas para alunos com autismo (Coll *et al.*, 2004).

A avaliação individual torna-se fundamental na obtenção de informações sobre o desenvolvimento do estudante a fim de compreender o andamento da aprendizagem, quais são as suas motivações e outras informações que são importantes para o aperfeiçoamento de estratégias para favorecer a aprendizagem. A obtenção desses conhecimentos sobre o aluno permite identificar o que o aluno é capaz de fazer, como ele faz e qual é o seu estilo de aprendizagem, auxiliando na adequação curricular para manter, modificar ou incorporar atividades educacionais mais favoráveis. Assim, é perceptível que não é o aluno quem deve se adequar ao currículo, mas o currículo que deve atender às especificidades do estudante.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecemos a abordagem curricular DUA em uma das disciplinas da especialização em Educação Especial e Inovação Tecnológica (UFRRJ), e ela nos despertou um imenso interesse por permitir que a inclusão ocorra para todos em sala de aula. Seus princípios dão acesso ao currículo para todos os estudantes com ou sem necessidades educacionais especiais.

Ao longo desse ano aplicamos em sala de aula atividades que englobavam o DUA e percebemos que ocorreu entre os estudantes um maior interesse em realizar as atividades propostas e um avanço no que se refere a aprendizagem de todos. Salientamos que apesar dos avanços quando se pensa na verdadeira inclusão, percebe-se que a existência de uma lei não garante que os direitos sejam assegurados na prática do dia a dia. Existe muita desinformação no meio escolar e são muitas as barreiras que dificultam a adaptação e inclusão dos alunos com TEA: além das adversidades arquitetônicas, a rigidez do currículo e a falta de formação dos professores para cooperar com as adaptações atrapalha o processo de inclusão.

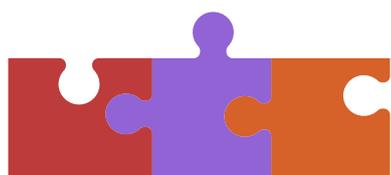
Para que o autista tenha acessibilidade ao currículo e a garantia da aprendizagem plena, é necessário implantar adaptações curriculares que considerem suas necessidades específicas, levando em conta todas as suas limitações e potencialidades. A inclusão por meio do Desenho Universal para Aprendizagem não beneficia apenas os estudantes com autismo, mas também contribui para o desenvolvimento de um ambiente escolar inclusivo, onde todos os alunos se beneficiam de práticas pedagógicas mais diversificadas e flexíveis.

A implementação de adaptações curriculares baseadas no DUA são fundamentais para a inclusão de alunos autistas, proporcionando-lhes igualdade de oportunidades e uma educação de qualidade. Outro fator que merece destaque é a formação inicial e continuada dos professores para a escola atual como necessária para quebra de barreiras dentro da sala de aula, no que se refere a adaptação de materiais didáticos e do ambiente quando necessário, a fim de maximizar a aprendizagem de todos os sujeitos. Cursos como o FIC Autismo e Inclusão Escolar ofertado pelo IFRN são importantes aliados para disseminar o conhecimento sobre o autismo e qualificar profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M.C.S. **A rotina nas pedagogias da educação infantil: dos binarismos à complexidade.** Currículo sem fronteiras, v.6, n°1. pp.56-69, Jan/Jun 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 28 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. DF, 27 de dez. 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em 06 Jun. 2023.





BRASIL. **Lei nº 13.861**: Inclusão do Transtorno do Espectro Autista nos censos demográficos. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13861.htm. Último acesso em: Acesso em: 28 maio. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.977**, de 8 de janeiro de 2020. Instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências; e altera a Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei no 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm >. Acesso em 04 Jun. 2023.

COLL; MARCHESI; PALACIOS, COLS. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtorno do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. São Paulo: Editora Penso, 2004.

KANNER, Leo. (1943). Autistic Disturbances of Affective Contact. **Nervous Child**, n. 2, p. 217-250.

KERCHES, Deborah. **TEA na CID-11: o que muda?**. AUTISMO E REALIDADE, 2022 [homepage]. Disponível em: < <https://autismoerealidade.org.br/2022/01/14/tea-na-cid-11-o-que-muda//>>. Acesso em 06 Jun. 2023.

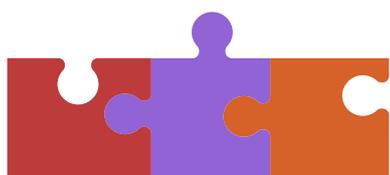
MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional** [recurso eletrônico]/ Dante Henrique Moura. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014 (Coleção formação pedagógica; v. 3).

NUNES, Clarice; MADUREIRA, Isabel. **Desenho Universal para a Aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas**. Da Investigação às Práticas, v.5, n.2, p. 127 - 143. 2015.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. [recurso eletrônico] : DSM-5 / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre :Artmed, 2014.

ORTEGA, Francisco. **Deficiência, autismo e neurodiversidade**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.14, n. 1, p. 67-77, fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232009000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Jun. 2023.

RODRIGUES, Janine Marta C.; SPENCER, Eric. **A criança autista: um estudo psicopedagógico**. Rio de Janeiro: Wak, 2010.





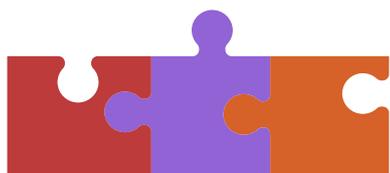
RUTTER, M. Diagnosis and definitions of childhood autism. *J Autism Dev Disord* 1978;8(2):139-61

SOUZA, Flávia Faissal; PLETSCHE, Márcia Denise; ORLEANS, Luis Fernando. **A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar.** Educação e Cultura Contemporânea, v. 14, p. 264-281, 2017. Disponível em: <<https://gedh-uerj.pro.br/producao-cientifica/a-diferenciacao-curricular-e-o-desenho-universal-na-aprendizagem-como-principios-para-inclusao-escolar/>> . Acesso em: 28 maio. 2023

Zabala, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Artmed, 1998.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Desenho Universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar.** Educação Unisinos, vol. 22, núm. 2, 2018, Abril-Junho, pp. 147-155 Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: < http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S217762102018000200147&lng=es>. Acesso em 28 maio. 2023.

ZERBATO, A. P. .; MENDES, E. G. . **O desenho Universal para a aprendizagem na formação de professores:** da investigação às práticas inclusivas. Educação e Pesquisa, [S. l.], v. 47, p. e233730, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/193215> >. Acesso em: 28 maio. 2023.





Capítulo 6

A importância do conhecimento para efetivação do processo inclusivo

Jessica da Silva dos Santos¹

Vanessa Desidério²

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Guimarães *et al.* (2013), até o século XX, pessoas atípicas eram isoladas em manicômios longe dos grandes centros, mas não apenas pessoas atípicas, qualquer indivíduo considerado com um desvio de conduta da norma ou padrão social da época tinha o mesmo destino de alienação. Com o passar do tempo houveram mudanças, mas ainda não o suficiente para que estas pessoas tenham a devida atenção que merecem e a melhor forma de conseguir isso é através do conhecimento. Para que a sociedade se torne mais inclusiva, é necessário que todos tenham acesso e conhecimento à realidade de pessoas com deficiências, mas infelizmente faltam políticas públicas e ações concretas nesse sentido. Projetos como o curso FIC Autismo e Inclusão Escolar, fornecem informação e vivências mostrando que existem diversas formas de existir e que para haver inclusão todos devemos nos movimentar em direção ao processo de busca pelo conhecimento, que exige vontade e ação.

Eu sou estudante de Psicologia e a oferta de fazer este curso surgiu através de um dos grupos de Whatsapp da faculdade. Ciente que o que eu sei sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é pouco, percebi que tinha que aproveitar essa oportunidade, por isso me inscrevi.

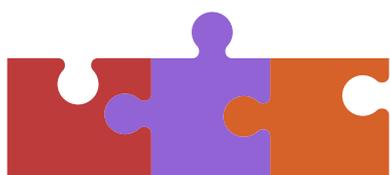
Este relato tem como propósito apresentar a relevância do conteúdo que recebi e que me ajudou a desmistificar a visão que tinha sobre o autismo ao compreender a existência de estudos baseados em evidências e como são aplicados no tratamento de pessoas atípicas e típicas na análise de comportamentos considerados inadequados pela sociedade.

Através do material de apoio sugerido pelo curso (Gaiato e Teixeira, 2018), aprendemos que a análise do comportamento permite melhorar a questão da inclusão, pois ajuda o docente a compreender o que gera o comportamento inadequado e a lidar com frustrações, quebrando assim o olhar enrijecido de que todos autistas são iguais, de que as demandas são as mesmas.

O curso sobre autismo e inclusão, com certeza, agregou não apenas para a minha vida acadêmica, mas também para a minha vida pessoal, pois promove a ciência do conhecimento e o desprezo dos mitos sobre autismo que cercam as redes sociais e que já fazem parte do senso comum.

¹ Graduanda em Psicologia - Cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – turma 2023

² Doutoranda em Educação Profissional pelo IFRN. Colaboradora e Orientadora nos relatos.



2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Antes de começar, gostaria de me apresentar. Eu me chamo Jessica, sou carioca e continuo vivendo no Rio de Janeiro. Atualmente, estudo na faculdade Estácio de Sá com uma bolsa de estudos e sou graduanda de Psicologia. Meu maior interesse em começar este curso era conhecer mais sobre essa área que, hoje eu sei, é vasta. Eu posso dizer que o bacharelado em psicologia ensinou-me muito, principalmente que além de toda teoria e método que eu adquiri e vou adquirir, tenho sempre que lembrar de enxergar aquela pessoa que está na minha frente como ela é. Acredito que seja algo importante não só para a profissional Jessica, mas também para a pessoa que quero ser. Algo que foi passado pelo Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar é que ao iniciar qualquer relacionamento, como por exemplo, no caso de uma professora e um aluno atípico, o que primeiro deve ser buscado por essa profissional é o vínculo com esse aluno e para isso ela precisa ter um olhar humanizado.

Com certeza a oportunidade de fazer essa formação foi um ótimo ponto de partida para propagar na sociedade o quanto pessoas que têm deficiência no geral precisam de atenção e não podem e não devem lutar sozinhas por seus direitos. Tornar a informação acessível é a melhor forma de fazer isso.

3. RELATO DAS MINHAS REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS

No Brasil é notório o *déficit* na inclusão de pessoas com deficiência nos espaços escolares e não escolares, mesmo depois de desenvolverem projetos e leis para atender as demandas dessas pessoas, na prática esses direitos muitas vezes não se consolidam. Na sociedade quem mais sente esse desamparo são, principalmente, as pessoas com deficiência, os cuidadores e os centros educacionais. Em ambientes como hospitais e outros centros de saúde, infelizmente ainda existem profissionais que não têm formação para lidar com certos tipos de demandas, e por não saber lidar com pessoas autistas, tornam as ações difíceis para eles. As mães são as primeiras cuidadoras e, para evitar comportamentos inadequados, tendem a ceder aos filhos autistas como medida de prevenção às crises, principalmente em hospitais, explica Martiningo e Moreira (2022).

Muitas pessoas acreditam que existe uma maneira ou protocolo único a ser utilizado com todos os autistas, mas assim como cada pessoa é singular, cada autista é único. Por serem indivíduos únicos com diferentes limitações e potencialidades, com possibilidades de comorbidades e hiperfocos diferentes, entre outras características aprendidas no módulo 1, não dá para nivelar pelo suporte ou pela comorbidade, não dá pra nivelar por categoria alguma, no plano terapêutico ou no plano de ensino deve-se levar em conta a singularidade de cada autista.

No módulo 1 recebemos um material em pdf (apostila) que orientava a ler a Lei Berenice Piana, a estudar os materiais de apoio e a ver as vídeo aulas. Abaixo as imagens dos materiais que recebemos, na figura 1 (material do módulo 1), figura 2 (material de apoio), figura 3 (vídeo aula).

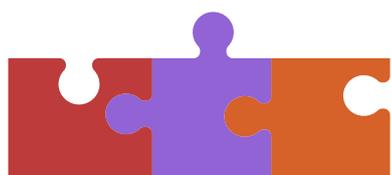


Figura 1 - Representação do material do módulo 1 do curso Autismo e Inclusão Escolar



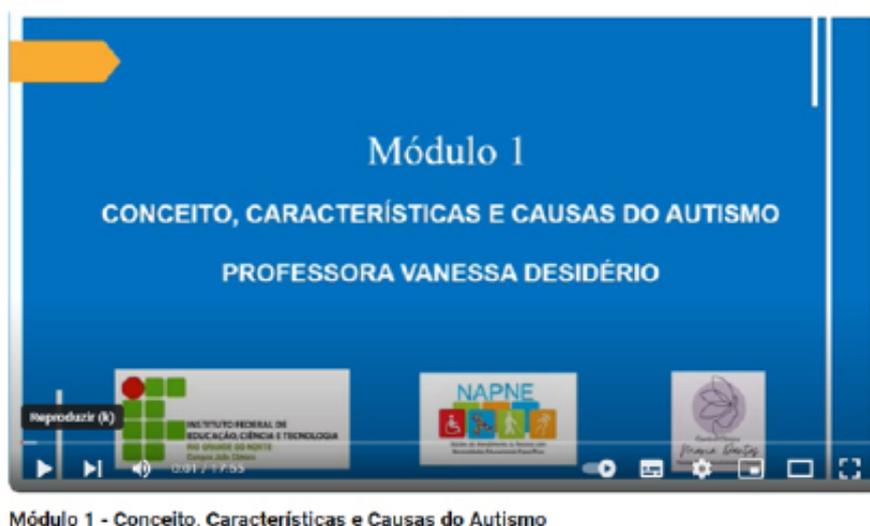
Fonte: Acervo próprio, 2024

Figura 2 - Material do apoio do módulo 1 do curso Autismo e Inclusão Escolar



Fonte: Acervo próprio, 2024

Figura 3 - Representação da vídeo aula do módulo 1 do curso Autismo e Inclusão Escolar



Fonte: Acervo próprio, 2024



Além dos materiais representados nas figuras 1, 2 e 3, tivemos acesso a palestra com um neuropediatra e uma psicóloga e ao final do módulo, tivemos que responder um questionário eletrônico que cobrava o que estudamos. Assim foi nos quatro módulos e o que mais me chamou a atenção, foi essa diferença de características das pessoas que recebem o mesmo diagnóstico, mostrando como é complexo estudar esse tema tão vasto.

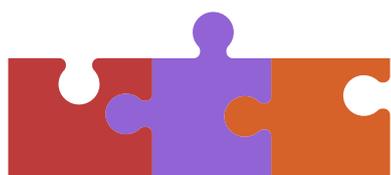
Alguns têm seletividade alimentar, outros têm sensibilidade a ruído, mas não significa que todos terão uma dessas características. Existe também a crença rígida que todas as pessoas com autismo têm deficiência intelectual e, portanto, não têm a capacidade de estudar e aprender, ou o inverso, que todos os autistas são super inteligentes. Na verdade o autismo não afeta inteligência, pode-se encontrar um autista com inteligência considerada normal, outro com altas habilidades e outro com deficiência intelectual, há ainda a possibilidade de um autista ter altas habilidades em linguagem e transtorno de aprendizagem como discalculia, é um mundo muito diverso e cada caso é diferente. São muitos os desafios para quem vai fazer o diagnóstico, imagina então viver nessa condição!

Em função dessas variações, Gaiato e Teixeira (2018) indicam começar pelo Plano Individual de Tratamento - PIT, trata-se de um projeto de tratamento que leva em consideração todas as especificidade da pessoa que está no espectro e, por ser personalizado, permite explorar todas as potencialidades da pessoa que tem TEA.

Sabe-se que o transtorno de aprendizagem é algo presente na vida de muitos autistas, mas não quer dizer que alguns destes não consigam aprender com o devido acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, como um(a) psicopedagogo(a), que vai atender a demanda individual de cada um. Pessoas têm limitações e potencialidades não importa quem seja, algo que só pode ser descoberto durante a convivência com o sujeito e isso requer tempo, atenção e dedicação.

Todas as pessoas com autismo precisam de algum nível de suporte, seja na área de comunicação, regulação emocional, social, sensorial ou outras. Existem 3 níveis de suporte, sem o suporte adequado há prejuízo na qualidade de vida do indivíduo, por esse motivo que é considerado um transtorno, ninguém gosta de saber que sempre vai precisar de suporte de outra pessoa, mas é a realidade de quem tem autismo, a vida toda vai precisar de suporte, em algumas áreas mais e outras menos, essa é uma das condições do espectro. Em alguns casos, a necessidade maior é o suporte de profissionais da área da saúde, outros na área educacional, quanto maior o nível, mais suporte e menos autonomia o indivíduo tem, por isso precisa de cuidados contínuos. O objetivo do tratamento é dar autonomia real para a pessoa que sofre com o transtorno, por isso, quanto mais cedo começar o tratamento melhor.

A dificuldade para se comunicar ou interagir e o comportamento repetitivo ou restrito são duas características que precisam ser percebidas para fechar o diagnóstico. Também foi pontuado a importância da escola como um espaço para o desenvolvimento de competências e habilidades para a vida diária e acadêmica, muitas vezes construída por imitação (Oliveira Neto, 2022). Com os estímulos corretos, há ganho de autonomia, habilidades sociais e cognitivas, linguísticas e motoras, sendo essencial que o





professor possua a formação adequada para compreender as oportunidades de desenvolver o potencial do seu aluno, respeitando as suas limitações transitórias ou permanentes.

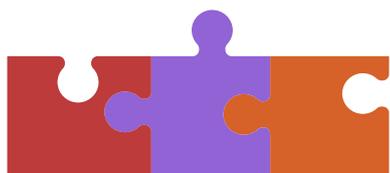
A adaptação institucional e curricular para atender todos alunos sejam alunos típicos ou atípicos é responsabilidade da escola por lei, mas sem a família não funciona, aprendi que o melhor tratamento é construído por equipe multiprofissional e rede de apoio da família, para promover a inclusão de fato e não apenas a integração. Acolher e ter ações inclusivas, como adequar a metodologia aos discentes, deve fazer parte do processo de aprendizagem.

Iniciativas como a proposta deste curso permitem aos indivíduos autistas, seus familiares e todos os que têm o convívio direto nessas realidades receber o conhecimento necessário ou a visibilidade que eles precisam nessa caminhada. Mostrar as diversidades, explicitando que as pessoas com TEA têm dificuldades, cria a empatia necessária para buscar adaptações no ambiente em que pessoas com TEA estão inseridas, nos faz lembrar também que elas têm potencialidades que podem ser desenvolvidas proporcionando um melhor aprendizado e possibilitando que sejam pessoas mais desvoltas e autônomas. Com acolhimento e o apoio focado nos detalhes que cada um apresentar, certamente, haverá desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre tive certo incômodo pela ausência de conteúdos sobre o autismo na faculdade, e o curso mostrou-me que essa experiência foi apenas o início e que há inúmeras fontes de saber, sobre as quais pretendo debruçar-me para conhecer mais e mais das diversas realidades que existem. Apesar do curso ser de curta duração, ele ofertou uma experiência enriquecedora sobre o tema proposto de forma muito acessível e de fácil entendimento tanto para um estudante de ensino superior quanto para uma pessoa que apenas gostaria de aprender mais sobre o autismo.

É verdade que ainda existe uma caminhada extensa quando falamos de inclusão de pessoas atípicas, sejam elas autistas ou não. Continuar nessa busca por conscientizar as pessoas é essencial e, para potencializar essa investida, é preciso incentivar profissionais a interagirem mais com tais necessidades, para conhecer outras condições e situações comportamentais e vir a prestar um bom serviço ao acompanharem as famílias que tenham pessoas atípicas em sua composição.





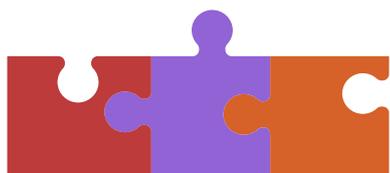
REFERÊNCIAS

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **O reizinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**. Nversos, 2018.

GUIMARÃES, Andréa *et al.* **Tratamento em saúde mental no modelo manicomial (1960-2000):** Histórias narradas por profissionais de enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2013 Abr-Jun; 22(2): 361-9. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Nqmhpjwx99tRHMv6fR8HLCc/?lang=pt&format=html#>

MARTININGO, Julia Padovan; MOREIRA, Márcio Borges. **Estratégias de atendimento a pessoas com o diagnóstico de TEA no ambiente hospitalar**. Instituto Walden4, 2022.

OLIVEIRA NETO, Rivaldo Bevenuto de. **Contextualização e conceitos das deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades**. Editora IFRN, Natal, 2022.





Capítulo 7

Construindo pontes de conhecimento: relato de formação continuada em autismo e inclusão

Lidiane Kelly Gomes da Silva Barros ¹

Vanessa Desidério ²

1. INTRODUÇÃO

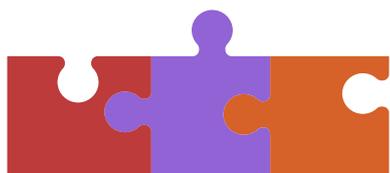
O presente trabalho trata-se de um relato de experiência que tem por objetivo descrever algumas aprendizagens no curso de Formação Inicial e Continuada – FIC *Autismo e Inclusão Escolar*, ação do Projeto *Conhecer para Acolher*. Sendo um gênero discursivo que permite registros de vivências e percursos de formação, e ao mesmo tempo possibilita a reflexão e autorreflexão acerca das mesmas, este relato é um documento que serve como registro pessoal e reflexivo das experiências e aprendizados de um estudante ao longo de um curso ou programa acadêmico. Seu objetivo principal é autorreflexão e autodescoberta, pois ele permite ao aluno ponderar sobre o que aprendeu durante o curso e como sua compreensão do campo de estudo evoluiu.

O curso FIC foi ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus João Câmara, em parceria com o Núcleo de Apoio às Pessoas Com Necessidades Específicas (NAPNE) e com a Clínica Maria Dantas, que conecta profissionais de grande relevância para a formação oferecida. O curso aconteceu através de aulas síncronas pelo canal do YouTube e tomei conhecimento dele por intermédio de uma colega de trabalho que atua na sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE. Fiquei bastante entusiasmada para participar, pois estava matriculada como aluna especial no curso de Mestrado em Educação Especial na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a formação era uma oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a temática da inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O curso teve como objetivo contribuir com a disseminação do conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) a fim de reduzir a discriminação, o preconceito e o capacitismo nas escolas através de escolhas inclusivas.

Estudar sobre autismo é fundamental por razões que perpassam desde a compreensão das necessidades das pessoas autistas até a promoção de uma sociedade mais inclusiva. O curso contribuiu significativamente, pois abordou esclarecimentos e novas aprendizagens sobre o autismo e a inclusão, conhecimentos importantes tanto para a minha formação acadêmica quanto profissional. Eu, Lidiane Kelly, sou uma mulher cristã, casada, tenho 31 anos, sou pedagoga e atuo na área da educação. Atualmente trabalho em duas escolas, onde sou coordenadora pedagógica em uma delas e na outra desenvolvo atividades como alfabetizadora, mas em ambas escolas estudam alunos com TEA, embora eu não lide tão diretamente com eles.

¹ Pedagoga, Especialista em Práticas Assertivas e em Gestão e Coordenação Escolar, Mestranda em Ciência da Educação-Cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – turma 2023

² Professora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, Coordenadora do Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar – turma 2023





A escrita deste relato trouxe-me memórias e reflexões acerca das aulas assistidas, dos materiais lidos e tem sido uma ferramenta poderosa de promoção do meu desenvolvimento profissional, pois ajudou-me no aprimoramento das minhas habilidades de autorreflexão, comunicação, escrita, pensamento crítico e tomada de decisões.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Falar sobre mim é algo que não costumo fazer, mas tentarei. Sou Lidianne Kelly Gomes da Silva Barros, nasci em Assú/RN, Terra dos Poetas, a Atenas Norte-Rio-Grandense, uma cidade do interior do Rio Grande do Norte, cerca de 240 km da capital Natal. Vim a este mundo no dia 20/05/1992, data que carece de uma observação: é a mesma em que comemoramos o Dia do Pedagogo.

Sou filha de pai analfabeto, Josivaldo, e mãe que apenas completou o Primário, Luísa, e sou a primogênita de 3 filhas. Minha infância foi simples, muito humilde, porém tive a bênção de sempre conviver com pessoas que me encorajavam, principalmente minha mãe. Durante o Ensino Médio conheci a professora Edna Medeiros, de Língua Portuguesa, que me apresentou ao mundo do ensino. Ela era do turno matutino na escola onde eu estudava, e no período da tarde em sua casa ela ministrava aulas particulares, ou reforço como chamavam, e convidou-me para ajudá-la; foi assim que iniciei as atividades docentes. Logo organizei na minha casa um lugar para ministrar aulas e isso foi de muita relevância na hora de escolher a minha área de formação acadêmica.

Em 2010 iniciei o curso de Pedagogia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado de Assú. Durante a graduação fui contemplada com bolsas de pesquisa e estágios, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Em 2011 fui auxiliar de sala de aula e acompanhava uma aluna com diagnóstico de deficiências múltiplas, mas conhecia pouca coisa sobre a área de educação inclusiva. Na verdade pouco se falava sobre. Em 2014 tive minha primeira experiência com um aluno com TEA, algo que me amedrontou de início, mas foi uma experiência maravilhosa. Ele era uma criança amável, inteligente e educada e logo conquistei sua confiança. Comecei a interessar-me pela educação inclusiva, mas logo precisei sair da minha cidade para trabalhar. Hoje sou professora efetiva nas prefeituras de São Paulo do Potengi (desde 2016) e de Natal (desde 2017) e sou aluna do curso de especialização em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Após iniciar o curso FIC decidi especializar-me na área, pois apesar de não estar atuando diretamente com alunos com TEA, senti o desejo de aprofundar o meu conhecimento na temática.

A participação no curso foi de muita relevância para a minha vida nas áreas profissional, acadêmica e pessoal e desta forma posso afirmar que o conhecimento sobre o autismo é essencial para criar ambientes mais inclusivos e acolhedores para as pessoas do espectro em escolas, locais de trabalho e na sociedade em geral. A formação proporcionou-me uma nova visão ao ouvir não só profissionais, mas também mães de crianças autistas falando dos desafios e dos grandes avanços e vitórias de seus filhos, de maneira que hoje acredito que posso contribuir na causa da inclusão das pessoas independente de suas deficiências, e assim ajudá-las em seu desenvolvimento, aprendizagem e acolhimento.



O curso despertou em mim mais empatia e compreensão, e espero ter a cada dia mais capacidade e sabedoria para combater estigmas e preconceitos infundados a fim de promover uma atitude repleta de respeito a todos.

Relatar essas experiências resgatou saberes que eu já havia estudado e ofertou outros que pude conhecer durante o curso e a cada aula. Os diálogos com as colegas de escola sobre o que tínhamos lido ou assistido permitem, de acordo com Bruner:

Vivemos em um mar de histórias, e como os peixes que (de acordo com o provérbio) são os últimos a enxergar a água, temos nossas próprias dificuldades em compreender o que significa nadar em histórias. Não que não tenhamos competência em criar nossos relatos narrativos da realidade – longe disso, somos isso sim, demasiadamente versados. Nosso problema, ao contrário, é tomar consciência do que fazemos facilmente de forma automática (Bruner, 2001, p.140).

Dessa forma, o exercício de relatar memórias formativas nos traz a oportunidade de redigir nossos pensamentos, o que aprendemos, nossos rascunhos, registros pessoais e nos proporciona uma reflexão sobre quem somos e quem queremos nos tornar daqui em diante.

3. REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO NO CURSO

Apesar de hoje não estar trabalhando diretamente com alunos com TEA, assumi um cargo de coordenação há pouco mais de um mês e percebi que tenho contribuído pouco para esses alunos. A escola conta com duas professoras de AEE, professores auxiliares, mas preciso aprender mais sobre inclusão e esse curso ampliou alguns conhecimentos previamente adquiridos, mas um tanto vagos. Agora um pouco mais ciente, posso citar o conceito de autismo, datado de 1911 e que apesar de ser debatido há mais de um século eu ainda não compreendia por completo: segundo Barbosa (2014) autismo é uma palavra que deriva do grego *autós* e que significa “de si mesmo”.

Outro fato muito importante que eu não sabia é que não existe nenhum indivíduo com TEA igual a outro, pois a afetação do neurodesenvolvimento pode ter inúmeras combinações nosológicas, categorização médica que se refere à classificação de doenças. No curso aprendemos que Kanner foi o primeiro a estabelecer o autismo como um distúrbio único, e não mais como apenas um sintoma da esquizofrenia uma vez que anteriormente o transtorno era concebido como esquizofrenia ou mesmo uma perturbação. Ao observar onze crianças, o autor pode descrever o que chamou de distúrbios autísticos inatos do contato afetivo, sendo que ela uma natureza “até agora não descrita e bastante rara, parece... seria mais frequente do que a raridade dos casos indica” (Kanner, 1943/1997, p. 167). O autor caracteriza a síndrome como uma incapacidade inata e descreve como sintomas os traços obsessivos, a estereotipia e a ecolalia. A pioneira caracterização do autismo por Kanner serve, ainda hoje, como referência para as definições encontradas nos manuais diagnósticos.



Um dado desconhecido, mas que ao acessar o material do curso pude tomar conhecimento, é a Classificação Internacional de Doenças, conhecida pela sigla CID. Ela até então era a CID 10, porém a CID 11 reuniu todos os transtornos que fazem parte do espectro do autismo, como o autismo infantil, a Síndrome de Rett, a Síndrome de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância (F84. 3) e o transtorno com hipercinesia, por exemplo, em apenas um único diagnóstico: o TEA (Transtorno do Espectro do Autismo). Essas foram algumas aprendizagens do módulo 1.

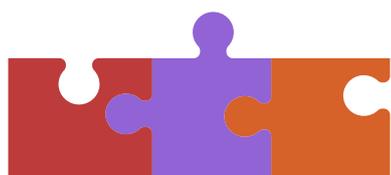
Já no módulo seguinte tivemos debates sobre o papel do professor na inclusão do aluno com TEA e a inclusão de pessoas com deficiência na educação escolar mostrou-se um tema cada vez mais relevante e desafiador. A busca por uma educação inclusiva visa proporcionar oportunidades de aprendizagem e participação plena a todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações. Essa ação implica romper com paradigmas e superar obstáculos que permeiam os sistemas educacionais tradicionais.

A inclusão na educação é um conceito que busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso igualitário e participação plena no processo de ensino-aprendizagem. O conceito de inclusão é fundamentado nos princípios de igualdade, diversidade e respeito pelos direitos humanos e vai além da simples presença de alunos com deficiência nas escolas regulares: a inclusão envolve a criação de ambientes educacionais que sejam acolhedores, adaptáveis e que atendam às necessidades individuais de todos os alunos. Seu objetivo principal é garantir a todos os estudantes oportunidades de aprendizagem de qualidade.

No Brasil existem políticas e legislações específicas que foram criadas para apoiar a inclusão escolar. Cito a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação para todos sem qualquer forma de discriminação. Isso inclui o direito à educação inclusiva para pessoas com deficiência e outras necessidades especiais como é acentuado no Art. 208 a Constituição: o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A inclusão escolar foi tema de encontros internacionais tais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien (Tailândia), e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994 em Salamanca (Espanha) com a cooperação da UNESCO. Nessa última, 92 governos e 25 organizações internacionais aprovaram a Declaração que tem como princípio fundamental o “dever das escolas de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (Brasil, 1997, p. 17).

Além disso, fomos orientados a estudar a legislação da área, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/ Lei nº 9.394/96), que estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil. Ela reforça o princípio da educação inclusiva e determina que as escolas assegurem o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência. A LDB, no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.



A Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão/LBI), conhecida também como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania. Ela traz em seu Art. 2º o seguinte texto:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, p.2)

Embora a inclusão de pessoas com deficiência na educação seja um objetivo importante e necessário, fato concreto pela existência de inúmeras leis e políticas públicas que garantem o acesso de alunos com necessidades especiais e a permanência deles na escola, ainda há dificuldades que podem surgir ao implementar esse processo. Entre a promoção de leis e a execução existe um enorme vale de dificuldades.

Promover a inclusão escolar de alunos com deficiência é uma tarefa importante e desafiadora. Existem várias estratégias que podem ser adotadas para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de qualidade, dentre elas cito a capacitação e sensibilização dos professores, o treinamento delas para que possam entender as necessidades dos alunos com deficiência, o aprendizado de técnicas de ensino inclusivas e o desenvolvimento de estratégias de apoio adequadas. Aprendemos sobre adaptação no currículo regular para atender às necessidades dos alunos com deficiência, atividade que pode envolver a modificação de materiais didáticos, o uso de recursos de aprendizagem alternativos e a criação de exercícios diferenciados.

No terceiro módulo estudei um pouco sobre Serviço de Atendimento Educacional Especializado e Sala de Recursos Multifuncional adaptada à necessidade do TEA. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço de apoio à inclusão de pessoas com deficiência, já a Sala de Recursos Multifuncionais (SEM) é o espaço físico de atendimento para que o profissional possa desenvolver as ações planejadas. Conforme prevê a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização (Brasil, 2009, p. 2):

- I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II - Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III - Cronograma de atendimento aos alunos;
- IV - Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V - Professores para o exercício do AEE;

VI - Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII - Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Compreendi que as salas são espaços nas instituições educacionais, como escolas, destinadas a oferecer suporte educacional especializado para estudantes com deficiências. Esses ambientes integram uma abordagem inclusiva na educação que busca garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades de aprendizado independentemente de suas diferenças ou deficiências. A principal finalidade das salas é proporcionar um ambiente onde os alunos com deficiência possam receber atendimento individualizado, adaptações curriculares e recursos adicionais para atender às suas necessidades específicas. Isso pode incluir apoio para alunos com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, Transtornos do Espectro Autista (TEA) e outras condições que possam afetar sua capacidade de aprendizagem e desenvolvimento.

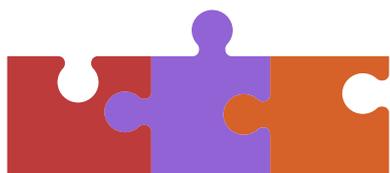
No quarto e último módulo o conteúdo abordado foi o Plano Educacional Individualizado para o aluno com Transtorno do Espectro Autista, documento também é conhecido pela sigla PEI. Ele é um instrumento de planejamento que irá acompanhar o processo de aprendizagem e progresso de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, cuja referência é a trajetória individual de cada um.

Nesse sentido, aprendi que um planejamento só tem sentido se for executado e acompanhado, para, se preciso for, ser reformulado. Dessa forma o PEI precisa ser posto na prática visto que é:

Um planejamento de ações específicas para um estudante e levará em consideração suas habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, bem como a idade cronológica, nível de escolarização para assim, traçar objetivos educacionais a serem alcançados em curto, médio e longo prazo (Glat, Vianna e Redig, 2012, p. 84).

Por meio do PEI é possível individualizar e personalizar os processos de ensino (Marin *et al*, 2013), mas ele não é exclusivo para autistas, e sim auxilia todas as pessoas com deficiência ou com necessidades específicas de ensino, seja discalculia, dislexia ou outras. No caso de aluno autista, quanto mais informações o professor tiver, mais estruturado e completo será este documento, por isso é importante a participação da família e até dos profissionais da saúde que assistem o aluno.

O PEI centrado no indivíduo é um documento que deve conter quais tipos de serviços, recursos humanos, acessibilidade, objetivos, suportes e avaliações pretendem ser executados. Não se deve usar o PEI de um aluno para outro por ele ser um plano individual que perderia todo o sentido caso fosse aproveitado para lecionar outro educando. O PEI deverá ser construído de forma colaborativa a partir do estabelecimento de uma parceria efetiva entre o professor de sala e demais profissionais que trabalham com o desenvolvimento cognitivo do aluno autista. Quando elaborado na instituição escolar, a coordenação





pedagógica da escola em parceria com os docentes devem elaborar e desenvolver o PEI considerando as competências e habilidades da criança, faixa etária do aluno, aspecto funcional, déficits apresentados e avaliação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreende-se que frente a todos esses desafios é fundamental desenvolver estratégias e políticas efetivas que promovam a inclusão de pessoas com deficiência na escola, sejam elas autistas ou não. A identificação e implementação de práticas inclusivas bem-sucedidas, a busca por parcerias entre escolas e instituições especializadas, a mobilização da comunidade escolar e a conscientização da sociedade são aspectos essenciais para garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes. Promover a inclusão de pessoas com TEA na escola é um desafio complexo, mas necessário e enriquecedor para toda a comunidade escolar.

O curso FIC ajudou a ampliar alguns conhecimentos adquiridos em estudos e leituras anteriores e tirou dúvidas que eu tinha por não atuar diretamente com alunos com TEA. A formação ajudou a compreender muito sobre o autismo por ter uma proposta maravilhosa, que não é cansativa e que permite aos participantes das palestras a aplicação de uma linguagem simples e de fácil compreensão, favorecendo a aprendizagem. Hoje posso afirmar que me sinto um pouco mais preparada para trabalhar junto a crianças com TEA.

REFERÊNCIAS

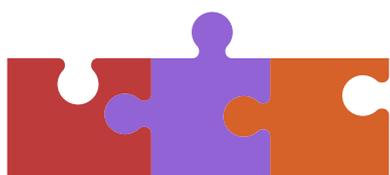
BARBOSA, Priscila Maria Romero. Autismo. **Revista Educação Pública**. Publicado em 02 de dezembro de 2014. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/40/autismo>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 set. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Ação Social. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1997.

BRASIL. **Resolução CNE; Nº, C. E. B. 4/2009**: Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.



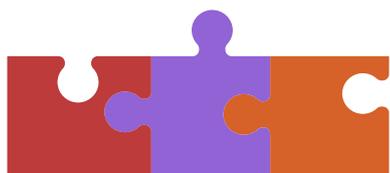


BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.

BRUNER, Jerome. **A cultura da educação**. Porto Alegre. Artmed Editora, 2001.

GLAT, Rosana; VIANNA, Márcia Marin; REDIG, Annie Gomes. Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Revista Universidade Rural**, Série Ciências Humanas, v. 34, p. 79-100, 2012. Disponível em: Acesso em: 02 set. 2023.

MARIN, Márcia; BRAUN, Patrícia. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise (Orgs.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.





Capítulo 8

Duas gerações, uma jornada: a aluna e a professora

Rozenilda Antônio da Silva Costa¹

Vitória Abigail Silva Costa²

Vanessa Desidério³

1. INTRODUÇÃO

Este relato é uma reflexão sobre duas gerações na mesma jornada de conhecimento. Mãe e filha fizeram o curso juntas e compartilharam sua percepção e aprendizado apresentando no presente escrito o olhar de mãe e professora na educação infantil e de filha e aluna do curso técnico de nível médio sobre o Transtorno de Espectro Autista (TEA). Nesse sentido foi possível construir uma nova perspectiva após o curso FIC *Autismo e inclusão*, formação à distância que ocorreu em módulos com carga horária total de 30h.

A formação foi de suma importância para todos os alunos inscritos, pois permitiu a obtenção de mais saberes a respeito do Transtorno de Espectro Autista (TEA). Além disso, foi perceptível o desenvolvimento de medidas que visavam uma qualificação adequada para dar suporte a alunos com necessidades especiais específicas, seja um aluno que convive com um colega autista ou um professor. Nossa vivência deu-se pelo contexto em que estamos inseridas: uma professora de alunos atípicos e uma aluna colega de alunos atípicos.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA DAS AUTORAS

2.1. AUTOBIOGRAFIA DA ALUNA

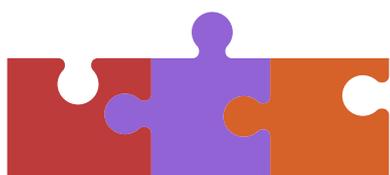
Meu nome é Vitória Abigail Silva Costa, estudo no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus João Câmara, e faço o curso o técnico em administração integrado ao Ensino Médio. Nascida em Natal/RN no dia 05 de fevereiro de 2005, sou filha da professora Rozenilda Antônio da Silva Costa. Desde muito pequena gosto de ler e escrever; lembro-me que aos 2 anos de idade a minha mãe já ensinava-me em casa o nome das cores, as letras e diferenciava as vogais e consoantes.

Em 2011, aos 6 anos, já havia aprendido a ler e escrever e todos os dias à tarde sentávamos para ler juntas pequenos textos. Naquela época iniciei o estudo da música e comecei a aprender a leitura de partituras através da flauta doce para dar início ao meu primeiro contato com a música e com a escola.

¹ Pedagoga pela UFRN, professora do ensino infantil e cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar, Turma 2023

² Aluna do Curso Técnico de Administração pelo IFRN - cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar, Turma 2023

³ Coordenadora do Curso Fic Autismo e Inclusão e professora no IFRN - Orientadora





Em 2013, aos meus 8 anos, ganhei um diário. Nele escrevia meus pensamentos e os acontecimentos do dia a dia, ação muito importante para a construção de uma atividade proposta na escola da 5ª série, que era criar um livro da vida escolar do aluno. No ano de 2015 houve exposição escolar com os trabalhos do último ano do Ensino Fundamental 1.

Em 2021 iniciei o curso técnico em administração integrado ao Ensino Médio, uma experiência acadêmica muito importante. No início foi tudo bastante desafiador, mas tenho percebido o quão bom foi ter iniciado o curso técnico. Atualmente, sou bolsista de pesquisa na área de ciências sociais aplicadas, na qual investigo a inclusão de pessoas com Transtorno de Espectro Autistas (TEA) no mundo do trabalho. Tenho convivência com dois colegas autistas e já fui bolsista do setor de Gestão de Pessoas (COGPE) do campus onde estudo.

2.2. AUTOBIOGRAFIA DA PROFESSORA

Meu nome é Rozenilda Antônio da Silva Costa. Nascida em 23 de fevereiro de 1974, sou formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no curso de pedagogia e atualmente trabalho em uma instituição privada de Ensino Infantil e Ensino Fundamental I e II. Sempre gostei de ler revistas e jornais de época desde criança. Em 1996 tive a minha primeira experiência em sala de aula como professora de ensino fundamental na escola municipal Sônia Varela, e em 1997 trabalhei na escola municipal Irene Ginane (1997-2004) exercendo as funções de professora e diretora; ambas as escolas estão alocadas no município de João Câmara/RN. Em 2001 fiz prática de estágio na escola Rafael Fernandes em uma turma do 3º ano do ensino fundamental e nos anos seguintes fiquei responsável por uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na escola Estadual Antônio Gomes, também em João Câmara/RN. Desde 2022 atuo como docente na escola Fonte do Saber, onde sou responsável pelo Ensino Infantil e tenho contato direto com alguns alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA).

3. REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO NO CURSO E RELATO DE EXPERIÊNCIAS

3.1 REFLEXÃO E RELATO DA FILHA E ALUNA

O curso FIC *Autismo e Inclusão* foi de suma importância para compreender o Transtorno de Espectro Autista (TEA) de forma mais aprofundada, um diferencial na minha formação acadêmica, um saber útil para o projeto de pesquisa do qual faço parte e também para a minha formação pessoal no sentido de que posso compreender melhor meus colegas que têm o transtorno. O curso auxiliou na compreensão das características e do desenvolvimento das pessoas com Autismo, o que nos faz refletir sobre como podemos oferecer suporte aos colegas que possuem o TEA e contribuir com medidas que promovam o melhoramento necessário para a integração deles através de perspectivas inclusivas. Além disso, é possível ter uma melhor compreensão acerca das necessidades de inclusão no âmbito escolar e de políticas públicas que contribuam de fato com a inclusão.

Há alguns meses eu pesquisava sobre a inclusão de pessoas com TEA no mundo do trabalho e comecei a observar meus colegas autistas. Para fins de sigilo, vou chamar eles de colega A e colega B. Apesar de possuir uma noção prévia do assunto adquirida pela leitura de artigos científicos, o curso



possibilitou apreender de forma mais específica sobre o desenvolvimento de pessoas com o Autismo porque englobou desde o tratamento a ser dado para criança até a forma adequada de oferecer suporte ao adulto. Meus dois colegas estão cursando o ensino profissional de nível técnico assim como eu, eles não são da minha turma, mas temos uma boa convivência no campus, apesar dos dois terem a mesma condição, eles têm características diferentes de autismo.

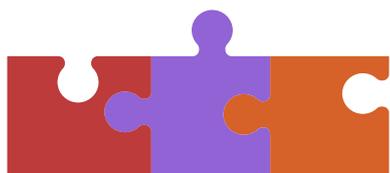
O colega A parece ter altas habilidades em matemática, ele descobriu há pouco tempo que é autista, a única característica que dá pra perceber com facilidade é o fato de ele ter muita dificuldade para se relacionar com os demais colegas, alguns até consideram ele anti-social. Mas depois do curso eu entendi que é uma condição, ele não pode mudar isso com facilidade, é possível até que seja um esforço sobrehumano mudar isso. O colega B tem muita dificuldade nos estudos, foi reprovado várias vezes, ele tem muita dificuldade para escrever, mas ao menos ele descobriu mais cedo, só que na época os pais não tinham condições de levá-lo para fazer o tratamento adequado. Assim ele foi levando a vida, com muito esforço conseguiu passar no curso do IFRN. O colega B, ao contrário do colega A, é bem falante, consegue se relacionar bem com os colegas.

Quando observo a situação dos meus colegas lembro que todas as pessoas têm direito à educação (Brasil, 1988), no entanto, a qualidade da educação não é a mesma para todos. Infelizmente, as realidades sociais distinguem desde sempre a educação de pessoas ricas e pobres, empresários e trabalhadores. Isso também acontece com relação às pessoas com deficiência e necessidades educacionais específicas, apesar das estratégias de inclusão por meio de políticas públicas, tais como a Lei de Proteção à pessoa com autismo (Brasil, 2012) e a Lei da Inclusão (Brasil, 2015) a condição social influencia no acesso ao tratamento e nas oportunidades da vida.

Sabe-se que as oportunidades dependem de quem oferece a vaga e apesar da política de cotas, por vezes a subjetividade neste processo seletivo permite que uns sejam privilegiados em detrimento de outros. Se uma pessoa tem autismo e em virtude disso apresenta comportamentos rígidos e dificuldade para compreender abstrações, é possível que outra pessoa seja preterida em uma seleção, simplesmente porque é mais fácil se adaptar a uma barreira física que a comportamental ou atitudinal. Eu penso muito sobre isso, não gostaria de estar na pele dos meus colegas, ser rejeitado por uma condição neurobiológica que não pode ser alterada, acho injusto.

Além de ser difícil para a pessoa com autismo se encaixar na escola, por ter dificuldade de se relacionar com os colegas existe o hiperfoco, que restringe os assuntos de conversa. Esse meu colega A é muito inteligente, sabe tudo sobre matemática e ama estar no laboratório de matemática, ele já ganhou várias olimpíadas de matemática, por outro lado, não aceita assistir outras aulas, detesta conversar com os colegas e parece que está sempre distante emocionalmente de todos.

O autismo é um transtorno no neurodesenvolvimento, ocorre durante o período gestacional, na formação das sinapses, existe uma prevalência de casos relacionados à hereditariedade e mutação genética, conforme Dos Santos e Melo (2018). A condição pode gerar comorbidades não necessariamente





consideradas como deficiências pela sociedade, pois é algo que está no cérebro, não é aparente. Talvez por esse motivo o preconceito seja ainda mais gigante, pois a pessoa autista não parece, mas tem uma deficiência, ela sempre precisará de suporte, independente do nível.

Os encontros formativos mostraram-nos casos de autismo associados a superdotação, outros com deficiência intelectual e ainda outros com inteligência considerada mediana. O cenário de aprendizagem e a organização dos módulos foram essenciais para elucidar quais são as possíveis causas e como é possível oferecer o suporte necessário para que indivíduos do espectro consigam dar continuidade ao desenvolvimento.

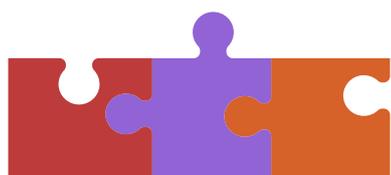
Embora haja muita discussão a respeito das políticas públicas de inclusão ainda existem muitas lacunas. O colega B tem Autismo e deficiência intelectual e sinto que apesar do esforço dele e dos professores, o fato de ele não conseguir acompanhar a turma fez com que ele fosse jubilado por questões de prazo do sistema escolar e por não ter acesso às adaptações curriculares. Nesse sentido, pode ser observada a exclusão dentro da inclusão, pois as políticas públicas garantem a vaga por meio da política de cotas, mas não garantem a permanência e êxito levando em consideração que um aluno com deficiência intelectual possui limitações e precisa de mais suporte para ter chances iguais de ter êxito. Isso também acontece quando eles procuram por trabalho para sua subsistência.

Souza (2019) explica que em função do TEA ter essa natureza biológica, ele traz diversas limitações e dificuldades para jovens que desejam começar sua vida profissional, além das dificuldades sociais como acesso à educação, saúde e trabalho. Por se tratar de um transtorno mental que exige ser visto por múltiplos aspectos torna-se por vezes mal compreendido. Existe todo um contexto social, cultural e histórico que explica isso, no curso vimos muitos materiais de apoio que explicavam, por exemplo, que no início dos estudos do autismo, apenas os meninos eram pesquisados, e que as mães eram inicialmente consideradas as culpadas, por serem frias (mães geladeiras) como cita Gaiato e Teixeira (2018). Por mais que a ciência e a literatura tenham avançado nesses aspectos, a sociedade ainda é muito preconceituosa. Ainda há muito para avançar.

Em relação à formatação do curso, foi tudo muito bem organizado, com materiais didáticos, questionário, palestras, vídeos explicativos com as informações descritas de maneira clara para ajudar na compreensão, e principalmente a disponibilidade de sanar possíveis dúvidas tanto nas reuniões pelo YouTube quanto pelo WhatsApp.

3.2. REFLEXÃO E RELATO DA MÃE E PROFESSORA

O curso Fic Autismo e inclusão escolar chegou em boa hora, pois através dele foi possível melhorar minha prática pedagógica. Atuo como docente em uma instituição de ensino privado onde lido diariamente com alunos com o Transtorno de Espectro Autista (TEA). Os saberes fomentados nas discussões e nas aulas ajudaram-me a dar um suporte aos meus alunos na sala de aula, colaborando para a consolidação da autonomia e do desenvolvimento deles. O curso promoveu palestras com familiares e profissionais





especializados tais como neuropediatra, psicopedagoga, psicólogas e outros. Apresentou o Transtorno de Espectro Autista (TEA) de forma didática e aprofundada com o intuito de aprendermos como de fato ocorre o tratamento, o suporte e a inclusão.

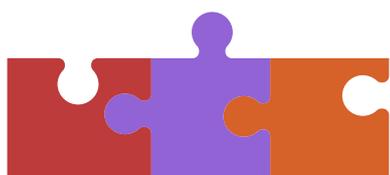
Considero um momento de grande aprendizado, o curso de capacitação *Autismo e Inclusão Escolar* não tem encontros presenciais e é gratuito; se não fosse assim, eu não teria condições de participar. Através dele tenho procurado cada vez mais melhorar meu desempenho em sala de aula com atividades inclusivas, tais quais brincadeiras em círculos, cantigas de rodas, parlendas, adivinhas e atividades com massinha de modelar com o intuito de chamar a atenção do aluno atípico e buscando ocasião para que todos os meus alunos compreendam os conteúdos de forma lúdica e prazerosa.

Sei que os primeiros anos escolares constituem uma fase muito marcante na vida dos meus alunos, então procuro um apoio pedagógico que gere engajamento e participação através de uma avaliação contínua. Além disso, procuro estar sempre em contato com o psicólogo que realiza o acompanhamento dos alunos com TEA, uma comunicação essencial para receber orientações de como devemos agir em relação aos comportamentos inadequados e como intervir em determinadas situações para ajudá-los. Os materiais do curso e palestras ajudam, pois são acessíveis e de fácil compreensão.

Além dos materiais de apoio, os colegas cursistas compartilharam material extra para que pudéssemos nos aprofundar no assunto, foi um curso de muita partilha e relatos comoventes no chat durante as aulas. Um dos materiais compartilhados, foi o livro de Assunção Júnior e Kuczynski (2015), é um livro da área de psiquiatria, ele apresenta de forma mais técnica as características do autismo e explica o motivo de alguns existirem, relacionando com a genética e os hormônios ou a falta deles. Por exemplo, sobre os movimentos repetitivos, é comum pensar que a pessoa com autismo não tem controle sobre ele, mas tem, apesar da teoria do comportamento repetitivo como um sintoma de disfunção executiva propor que os indivíduos autistas não têm habilidade de gerenciar, planejar e controlar seus comportamentos usuais, aprendemos que a depender do estímulo e tratamento pode haver sim esse controle, mas exige tratamento com apoio multiprofissional e em alguns casos esse autogerenciamento pode levar anos.

Os atos compulsivos e os rituais obsessivos são importantes causas de problemas na dinâmica familiar e na vida social do indivíduo autista. A impossibilidade de realizar esses comportamentos, independentemente do fator restritivo, pode levar a altos níveis de ansiedade, agitação psicomotora e auto e heteroagressividade (Assunção Júnior e Kuczynski, 2015).

Ao entender isso, fica mais fácil ajudar uma criança em crise, pois ela precisa se autoregular, conhecer seu hiperfoco pode ajudar, às vezes é um brinquedo, uma imagem, assim como ajuda a criar atividades lúdicas que ajudem no desenvolvimento do aprendizado e na criação de novas rotinas. Não é fácil, mas é possível, sem o conhecimento é praticamente impossível e requer muita paciência.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que nos despedimos do curso FIC Autismo e Inclusão Escolar restou a saudade e o anseio por uma continuação, pois tivemos a oportunidade de adquirir novos conhecimentos acerca do Transtorno de Espectro Autista. Através de palestras com familiares, psicólogos, neuropediatras, psicopedagogas e outros foi possível esclarecer diversas dúvidas sobre como oferecer o suporte adequado às necessidades especiais dos alunos atípicos, pois cada um deles precisa de um acompanhamento individualizado de acordo com nível de suporte.

Aprendemos que não se pode criar apenas uma maneira de inclusão para ajudar todas as pessoas com o TEA porque devemos adequar as ações a necessidade de cada um. É preciso também observar, acolher e depois intervir ou adaptar algo às carências do indivíduo de forma a ajudá-lo de maneira efetiva para resultar no desempenho necessário.

O fato das aulas ficarem gravadas para serem acessadas posteriormente ajudou muito, pois a indicação do tema facilitava o reconhecimento dos materiais. Neles descortinamos ideias falaciosas como a existência de um remédio para pessoas com TEA, algo irreal pela inexistência de uma cura ou solução definitiva, porém algumas pessoas do espectro podem ter a necessidade de tomar medicamentos como Ritalina e Risperidona porque provavelmente há uma outra comorbidade além do autismo como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade e o indivíduo passa a precisar da Ritalina, ou ter a irritabilidade/agressividade exagerada e precisar tomar a Risperidona. Portanto, no caso do TEA não é necessário consumir algum medicamento porque não existem remédios para tratar o Autismo, e sim há meios de gerenciar as comorbidades que podem vir junto ao Transtorno de Espectro Autista (TEA).

Vale destacar também que com apoio multidisciplinar pode ser feito um plano de apoio à família, pois os cuidadores muitas vezes se desgastam em terapias dos filhos autistas, e quando há estratégias para acolher a família isso reflete no acolhimento da pessoa com autismo contribuindo em vários fatores como qualidade de vida e a promoção da inclusão. Para tanto, o intuito de oferecer suporte aos desafios enfrentados pelas pessoas com TEA no ambiente de trabalho e em situações do cotidiano, como atravessar uma rua ou pagar por um sorvete, demonstra e fortalece a empatia para garantir ambientes acolhedores e acessíveis, o que auxilia na identificação de metas e desafios, bem como na avaliação de recursos e capacidades. O fato de sermos mãe e filha, professora e aluna fazendo juntas o curso FIC nos motivou a estudarmos juntas, algo que fazia tempo que não fazíamos.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO JÚNIOR, Francisco Baptista; KUCZYNSKI, Evelyn. **Autismo Infantil: novas tendências e perspectivas**. 2 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.





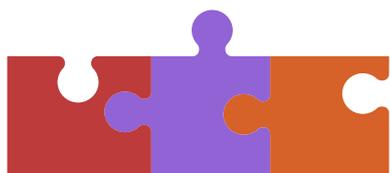
BRASIL, **Lei nº 12.764** de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil.

DOS SANTOS, Camila Alves; MELO, Hugo Christiano Soares. **A genética associada aos transtornos do espectro autista**. Conexão Ciência (online), v. 13, n. 3, p. 68-78, 2018.

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **O rezinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**. Nversos, 2018.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

SOUZA, Marcelo Franco. **As experiências de trabalho para pessoas com autismo em Fortaleza: diálogo interdisciplinar entre o biológico e o social**. Dissertação. Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Rendeção, 2019.





Capítulo 9

Aprendi a aprender onde ensinavam a ensinar

Julia Oliveira Delfino Dias de Souza¹
Júlio Cesar Padua de Oliveira Delfino²
Vanessa Desidério³

1. INTRODUÇÃO

O presente relato trata sobre a importância da disseminação de conhecimento sobre os Transtornos do Espectro Autista (TEA), seja em nível acadêmico (formativo) ou informativo. Cursos como o FIC *Autismo e Inclusão Escolar* orientam e dão crédito ao trabalho de profissionais cuja labuta auxilia no diagnóstico e permite o acompanhamento especializado, garantindo qualidade de vida aos autistas e suas famílias.

Professores da instituição de ensino que trabalho indicaram-me o curso e falaram a respeito de cursos gratuitos de qualidade na área da Pedagogia. Como Psicopedagoga, trabalho na área de orientação, educação e atendimento de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e Transtornos do Espectro Autista (TEA). A expectativa com a realização do curso foi encontrar e desenvolver novas abordagens para auxiliar os alunos em seu desenvolvimento, seja acadêmico ou pessoal. O Projeto *Conhecer para Acolher* em sua primeira turma trouxe uma oportunidade enriquecedora para o crescimento profissional de inúmeros educadores.

A iniciativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) garante acesso a um conhecimento de alto nível, gratuito e continuado para profissionais e entusiastas desta área. Torço para que esta ação sirva de inspiração para outras Instituições e alunos.

2. AUTOBIOGRAFIA DOS AUTORES

2.1 QUEM É JULIA?

Meu nome é Julia, tenho 41 anos e sou natural da cidade do Rio de Janeiro (RJ), onde sempre vivi. Sou auxiliar de saúde bucal, confeiteira, microempresária, mãe de dois filhos em idade escolar, psicopedagoga e estudante de psicologia e Neuropsicopedagogia.

¹ Tecnóloga em Processos Escolares, Pedagoga e cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – IFRN, Turma 2023

² Bacharel em Ciências Navais, licenciado em Química e Biologia, cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – IFRN, Turma 2023.

³ Doutoranda em Educação Profissional. Professora no IFRN. Coordenadora do Curso e Orientadora



Minha vida acadêmica iniciou-se na rede privada de Ensino, durante o primeiro segmento do Ensino Fundamental. Depois migrei para a rede pública, na qual cursei o segundo segmento e o Ensino Médio. Incentivada pela minha família, matriculei-me no Curso Normal no Instituto de Educação Carmela Dutra. Não concluí o curso. Retomei os estudos em 2008 e concluí o Ensino Médio através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

Realizei alguns cursos profissionalizantes e busquei oportunidades no mercado de trabalho.

O retorno à vida acadêmica aconteceu em 2019. Motivada por uma dificuldade na aprendizagem do meu filho mais velho, as sessões com a Psicopedagogia levaram-me a buscar novos horizontes e resgatar algumas capacidades, então matriculei-me no curso de Processos Escolares (Tecnólogo). Aprendi a aprender onde ensinavam a ensinar.

A educação sempre foi uma área de interesse e apesar da interrupção nos estudos, sempre pensei nas possibilidades que a educação me traria. A necessidade de um atendimento escolar especializado para o meu filho ocorreu no exato momento em que eu buscava uma mudança profissional, acontecimento que favoreceu a retomada da minha trajetória na Educação.

Por entender que o processo de formação é contínuo e que há variados eixos de atuação e individualidade nos casos, tento adquirir constantemente novos saberes a fim de melhorar minha contribuição a todos que necessitam, um processo tocante tanto para o meu lado mãe quanto para a face educadora das minhas vivências. Para Cunha (2017, p.20), “o nosso trabalho, longe de apoiar na rigidez do método, sustentar-se-á na docilidade da coerência e na fluidez do amor.”

Meu filho, apesar de não apresentar nenhuma especificidade, precisou de muito amor em forma de apoio, amparo, segurança e ludicidade no início de sua trajetória escolar. Costumo falar que através desse conjunto de ações a chave da aprendizagem virou.

2.2 QUEM É JÚLIO?

Meu nome é Júlio, tenho 37 anos e sou natural de Rio das Flores, no estado do Rio de Janeiro. Profissionalmente, sou militar e sirvo na Marinha do Brasil. Sou ainda estudante de Gastronomia e professor de Química. A proximidade com a Educação vem de longa data uma vez que sou filho de uma professora de História e irmão de uma Professora de Biologia, além de ter diversos parentes que também são profissionais da educação.

Minha jornada acadêmica começou em uma escola estadual, o Instituto de Educação Deputado Luiz Pinto, onde cursei o primeiro segmento do Ensino Fundamental. Em 1997, fui aprovado em um concurso e ingressei no Colégio Militar de Juiz de Fora, na 5ª série (atual 6º ano) do Ensino Fundamental. Em 2001, passei no Concurso Público para o Colégio Naval, localizado em Angra dos Reis- RJ, quando me tornei militar da Marinha e cursei o Ensino Médio. Na Escola Naval, no Rio de Janeiro, entre os anos de 2005 e 2009, graduei-me Bacharel em Ciências Navais.



Iniciei a Licenciatura em Biologia em 2007 na Universidade Federal do Rio de Janeiro através do Consórcio CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), embora não tenha concluído naquele período. Somente em 2023 conclui a Licenciatura em Química e em Biologia. Além disso, fiz especializações em Docência para o Ensino Superior tanto em Biologia (em 2022) quanto em Química (em 2023). O objetivo dessa formação distinta é repartir com outras pessoas todas as oportunidades que a educação me proporcionar.

3. REFLEXÕES DE JULIA E JÚLIO SOBRE A FORMAÇÃO NO CURSO FIC

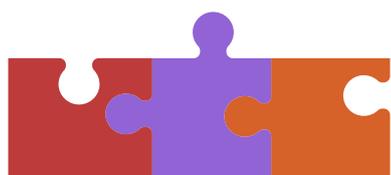
A nossa vivência teve respaldo na formação. Conforme foi apresentado pelo curso, o acolhimento consiste em uma fase crucial: a primeira e talvez a mais importante. Nesse sentido, Cunha (2017) também orienta que o professor precisa buscar a atenção do aluno com autismo, e ao criar vínculo permite que o aluno aprenda também por imitação. O tratamento dispensado a um aluno com dificuldades no processo de aprendizagem é, por vezes, cruel. Todas as limitações são evidenciadas e colocam o aluno como o criador de um problema.

Em determinada escola acompanhamos um aluno com diagnóstico de autismo, que era constantemente incentivado a interagir com as professoras e colegas. Apesar de apresentar comportamentos diferentes da maioria da turma, ele teve uma evolução na atividade acadêmica considerável. O diferencial foi o atendimento escolar especializado, individualizado e flexível.

Logicamente, nenhuma intervenção deve ser feita de imediato, sem que haja observação e avaliação. É necessário fazer um planejamento prévio, criar uma estratégia que permita ao aluno utilizar suas potencialidades, além das dificuldades. Esse é o papel da mediação, que consiste em auxiliar o aluno na obtenção do conhecimento com uma orientação efetiva. Como os casos são sempre diversos, o melhor canal de atualização é o contato com outros profissionais, seja informal, seja em ambientes de trabalho.

Aprendemos no módulo 4 (que trata sobre o Plano de Ensino Individualizado), que esse planejamento deve ser realizado juntamente com a família e se possível com outros profissionais que tenham tido contato com o aluno em questão. No caso do autismo, esses profissionais podem ser um psicopedagogo, um psicólogo, um neuropediatra ou outros que tenham percebido na criança atrasos na linguagem, na parte sensorial ou outras que possam de alguma forma afetar a aprendizagem. Com base nessas informações é que é feito o planejamento, não antes, e é preciso acompanhar o planejamento, fazendo adaptações necessárias e reavaliando a estratégia educacional de modo que consiga encontrar uma maneira melhor de promover o ensino e aprendizagem para a criança.

Quando somos incentivados a olhar pelo olhar de uma criança autista é uma experiência notável, pois é algo desconhecido e assombroso, por causa disso, Grandin (2016) nos incentiva a não olhar para uma criança como se ela fosse um rótulo de um diagnóstico, ela é um ser humano único e que tem seu jeito peculiar de aprender, como não entendemos esse jeito de aprender muitas vezes nos afastamos e





preferimos dizer que não tem como ela aprender, mas é mais provável que o erro esteja em nós, que não sabemos como ensiná-la. Além de cada ser pessoa típica ter a sua própria forma de aprender, cada autista (pessoa atípica) é diferente também na sua forma de aprender, essa situação é ainda mais complexa quando além do autismo existem outras deficiências, como cegueira, surdez ou síndrome de down. Por esse motivo Cunha (2017, p. 24) explica:

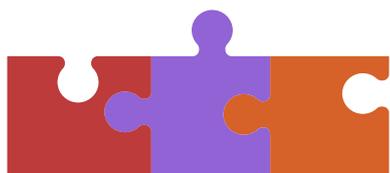
É normal a criança autista sentir-se desconfortável e intimidada em um ambiente novo, como o da escola. É normal buscar apoio nas coisas ou nos movimentos que a atraem, mantendo-se permanentemente concentrada neles, esquecendo de todo o resto. É normal a birra quando alguém a contraria. É normal o medo e a raiva ganharem proporções a contraria. É normal o medo e a raiva ganharem proporções traumáticas. O professor precisa aprender a se relacionar com a realidade do mundo autístico. Nessa relação, quem aprende primeiro é o professor e quem vai ensinar-lhe é o seu aluno.

Além das questões sensoriais, que limitam ou até incapacitam o aprendizado a depender de cada caso, existem pessoas que aprendem mais por imagens, outros pela audição, Grandin (2016) é uma pessoa atípica muito conhecida por buscar respostas que possam ajudar a compreender o cérebro autista, ela diz que compreender o tipo de pensador que você é ajuda a respeitar suas limitações e, igualmente importante, a aproveitar seus pontos fortes. Quando criança ela tinha muitas características autistas como estereotípias e problemas de fala, mas que na época do seu nascimento (1947) as pessoas não sabiam muito a respeito, por isso trataram ela como uma pessoa que tinha um dano cerebral, a mãe dela procurou ajuda de pessoas que ajudaram a estimular a fala e o comportamento adequado praticamente todas as horas do dia, durante muitos anos.

Semelhante ao que a mãe de Grandin (2016) fez, muitas mães dedicam-se exaustivamente a buscar ajuda para que seus filhos tenham uma qualidade de vida melhor e possam se tornar mais autônomos, pois sabem que não irão poder ajudá-los para sempre. Como o curso era voltado para pais e professores, os conteúdos também. Além dos materiais dos módulos, tivemos acesso a materiais de apoio e outros extra que possibilitaram uma biblioteca comunitária em um drive onde os cursistas podiam colocar material para aprofundar o estudo do tema.

No livro Manual do Autista de Teixeira (2016) encontramos o relato de um profissional que há mais de 20 anos trabalha com o autismo, mas ainda se angustia quando tem que dar esse diagnóstico para pais, pois sabe o impacto que tem sobre a vida da família. Segundo Teixeira (2016) é um momento de muita ansiedade e expectativa sobre o que está por vir e sobre o que fazer de melhor para os filhos ficarem bem. É o momento para oferecer informações de qualidade baseadas em evidências científicas sobre o motivo do diagnóstico, as causas do transtorno e, principalmente, o que fazer para ter sucesso no tratamento são o começo de tudo.

Apesar de não sermos, nos colocamos na situação de quem vive a paternidade atípica, ouvimos muitos relatos de pais e mães que precisam de ajuda para conseguir fazer seu filho dormir, ir à escola ou até para conseguir se alimentar de forma saudável. O curso trouxe esse sentimento de empatia e cuidado com o outro.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o Autismo, percebe-se a importância de acolher e auxiliar adequadamente todos os alunos, de modo a permitir um desenvolvimento efetivo, considerando todas as possibilidades. Isso só é possível com conhecimento sólido e um desenvolvimento contínuo dos educadores junto a famílias conscientes, informadas e colaborativas.

A promoção de cursos de qualidade, atualizados e gratuitos, conduzidos pelos centros de excelência, permite que os profissionais mantenham uma formação continuada e de alto nível.

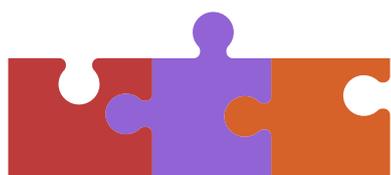
Desejamos que outras oportunidades como essa sejam oferecidas para que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento sobre o TEA e o tratamento adequado, é possível que com mais conhecimento as pessoas sejam mais conscientes da limitação e também do potencial de quem está no espectro, diminuindo pensamentos capacitistas.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: Psicopedagogia e práticas na escola e na família**. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

GRANDIN, Temple. **O cérebro autista: pensando através do espectro**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual do Autismo**. Best Seller: Rio de Janeiro, 2016.





Capítulo 10

Aprimorando as habilidades na educação especial

Lidayane Souza da Silva ¹

Zonaide Barbosa da Silva ²

Vanessa Desidério ³

1. INTRODUÇÃO

Este relato tem como objetivo mostrar as nossas vivências no âmbito escolar com crianças do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a nossa experiência durante a formação ofertada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) através de um Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), visando nosso desenvolvimento profissional.

Soubemos do curso FIC *Autismo e Inclusão Escolar* por meio das redes sociais. Apesar de já trabalharmos com crianças que estão no espectro autista, o curso ajudou-nos a ampliar nossos conhecimentos prévios, enriquecendo nossa prática pedagógica. Acreditamos que por meio dessa exposição de aprendizado os inscritos podem conscientizar a população e desmistificar a noção errônea de que o Autismo é uma sentença quando, na verdade, é uma condição por muitas vezes negligenciada por falta de orientações.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA DAS CURSISTAS

Meu nome é Lidayane Souza da Silva, sou formada em pedagogia e estou cursando a pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva. Nasci na cidade de Macau/RN e hoje resido em Parazinho/RN. A minha trajetória na educação iniciou por incentivo das minhas filhas, de modo que em 2019 ingressei na graduação na Unopar (Universidade Pitágoras Unopar Ananguera). No término do curso, já em 2023, recebi a proposta para atuar na educação infantil na cidade que moro.

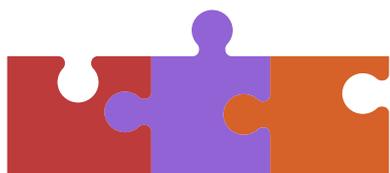
Eu sou Zonaide Barbosa da Silva, formada em pedagogia, pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva, atuante como AT – Assistente Terapêutica ABA, natural da cidade de João Câmara/RN residindo em Parazinho/RN.

Minha trajetória com a educação começou ainda na adolescência, quando recebi o convite para ensinar na (EBD) Escola Bíblica Dominical. Logo após surgiu a oportunidade de fazer uma graduação em pedagogia, onde tive o prazer de aprimorar o meu conhecimento na instituição UNOPAR (Universidade Pitágoras Unopar Ananguera), onde concluí minha formação.

¹ Pedagoga, Especialista em Educação Inclusiva, cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar, Turma 2023

² Pedagoga, Especialista em Educação Inclusiva, Assitente Terapeutica e cursista, Turma 2023

³ Professora, Coordenadora do Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar e orientadora





Fiz cursos de capacitações sobre Espectro e comprei livros para descobrir sobre os fatores causadores, sejam eles genéticos e/ou ambientais. Uns dos livros que adquiri chamando Mentres Únicas chamou a minha atenção. Escrito por Luciana Brites e Dr. Clay Brites, há uma descrição dos fatores desencadeadores do autismo, o que sanou dúvidas minhas e de familiares, que por diversas vezes me questionavam sobre o assunto.

Enquanto as certezas ainda estão em construção e muitas pesquisas em andamento, pode-se afirmar seguramente que fatores genéticos predominam como desencadeadores dos TEA; história pregressa de autismo na família – ter irmãos ou primos autistas – hereditariedade, mutações, cópias de genes e associação genética com transtorno de neurodesenvolvimento e neuropsiquiátricos. Em relação aos fatores do ambiente, os riscos comprovados são o nascimento pré-maturo (especialmente antes das 35 semanas) e o baixo peso ao nascer (abaixo de 2,5 quilos), e ambos são hoje reconhecidos pelos Departamentos de Saúde do Reino Unido (NICE) e dos Estados Unidos (NHM). A idade dos pais acima dos 40 anos contribui, mas dentro de uma interface que envolve tanto fatores genéticos como ambientais, visto que a maternidade ou a paternidade tardia é um fenômeno social bem característico dos dias atuais (Brites, 2019, p.48 e 49)

Esclareceu muitas dúvidas minhas e de familiares, que por diversas vezes me perguntavam sobre o assunto, então com auxílio desse livro pude aprender e esclarecer indagações de outras famílias.

3. REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO NO CURSO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Eu, Zonaide Barbosa, tive durante o Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar grandes aprendizados e através da formação pude esclarecer muitas dúvidas. Acredito que a formação ajudou todos os participantes, pois mesmo sabendo que o Autismo é muito falado na sociedade, há muitas questões que precisam ser discutidas e no curso foi possível ter contato com conteúdos riquíssimos que contribuíram significativamente para professores, pais e familiares.

Todos os profissionais que estavam como palestrantes mostraram caminhos que podemos seguir, proporcionando um aprendizado de qualidade. No entanto, enquanto pedagoga, fui atraída densamente pelo módulo 4 e a apresentação das questões do Plano Educacional Individualizado (PEI) que norteia o desenvolvimento cognitivo das crianças, que é assegurado por lei para garantir a permanência e não apenas o acesso à escola. Ponderei bastante sobre isso por reconhecer que muitas famílias têm dificuldade para conseguir uma escola que acolha as crianças realmente, então como garantir que o aluno autista, que em breve será adolescente e adulto, permaneça na instituição se não sabemos como lidar com ela?

Meu primeiro contato com um aluno autista foi no ano de 2022. Ele ingressou na escola durante a metade do ano e em um primeiro momento fiquei preocupada, pois ele era muito desregulado sensorialmente e eu não sabia se seria capaz de dar o suporte necessário. Foi quando iniciei os estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista e encontrei alguns cursos de capacitação.





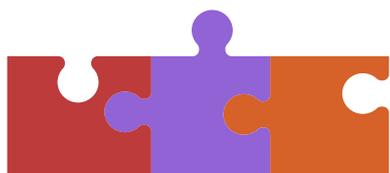
Coloquei em prática tudo que aprendi e percebi resultados. Segundo a família de José (codinome do aluno) ele tem nível 1 de suporte e quando o conheci ele não tinha coordenação motora fina; era uma criança de 8 anos com muitas lacunas a serem preenchidas. Após quatro meses de interação e aprendizado ele começou a escrever seu primeiro nome e iniciou atividades de recortes, porém precisei insistir muito, pois ele não ficava na sala de aula por mais de 20 minutos. Recebi o convite da sua mãe para ser AT (Assistência Terapêutica) dele, uma expressão que apesar de denotar um profissional da saúde está associada à contribuição na área educacional e nas atividades de vida diária. Aceitei e no ano seguinte (2023) continuei como professora de apoio na escola e atuava no apoio pedagógico domiciliar como AT, momento em que percebemos grande evolução de José, que melhorou a coordenação motora fina e também a compreensão da leitura, além de passar a compreender e identificar letras e sílabas. Com o que aprendi no módulo 4 (Dantas, 2023b) sobre o Plano de Ensino Individualizado me sinto mais segura para contribuir com o desenvolvimento do aluno.

No módulo 1 (Desidério, 2023) eu pude observar que as características citadas no material eram compatíveis com as do aluno que estava sob meus cuidados, os sinais de alerta também, nesse caso, o curso possibilitou fortalecer conhecimentos prévios. Caso eu tenha oportunidade de atender outras crianças que estão no espectro e que ainda não tenham o laudo, poderei cooperar com a avaliação diagnóstica, pois como a causa é multifatorial, uma das formas de identificar é a análise do comportamento.

Eu, Lidayane Souza, sou professora de uma criança de 4 (quatro) anos matriculada em uma escola na rede particular de ensino. Nos primeiros dias na escola, senti muita dificuldade em lidar com o mesmo no sentido de suas adaptações, pois existia uma grande resistência dele em socializar-se, além da falta de atenção: ele não conseguia concentrar-se, não parava quieto um só minuto, não respondia nenhum tipo de comando, não conseguia interagir em sala de aula e não demonstrava interesse em desenvolver as atividades. Nesse sentido, foi estabelecida uma rotina diária na qual se percebeu que a criança tinha interesses específicos e podia interagir com o que era proposto. As instruções para ele eram sempre passadas de maneira clara, direta, de modo que favorecesse sua compreensão, pois aprendemos que algumas crianças autistas têm dificuldades com a abstração e precisam de comandos diretos.

Para a realização das atividades passei a realizar as instruções com figuras ilustrativas para reforçar o senso de rotina, processo diário desde a chegada dele à escola. No momento do lanche, o aluno não mostrava nenhuma dificuldade, apenas era necessário abrir o pacote de pipoca ou do tipo de lanche do dia. Ele não se comunicava verbalmente, no entanto compreendia o que era solicitado e apresentava uma boa socialização com alguns coleguinhas da turma mesmo que chorasse às vezes quando tentava sair da sala para ir brincar no parque fora do horário combinado.

Por ser um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e possivelmente outras comorbidades não identificadas, tinha sua atenção comprometida, mas conseguia desenvolver com certa frequência as atividades que careciam de atenção e concentração. O educando demonstra hiperatividade e apresentava irritabilidade quando era pressionado a desenvolver algo. Para melhorar a autonomia do aluno, distribuíamos





peças como as letrinhas do alfabeto e ele conseguia colocá-las em ordens sem nenhuma dificuldade. Durante os momentos de desenvolvimento das atividades coletivas, se ele conseguisse realizá-las era acompanhado pela professora de apoio e recebia a ajuda necessária para a progressão do exercício.

Inicialmente meu aluno precisava de ajuda para lavar as mãos, abrir a torneira da pia, arrumar o lanche na mesa, mas posteriormente com a repetição das ações, ele ganhava mais autonomia porque sentia-se seguro com a rotina implementada. Com o passar do tempo consegui identificar o que ele gostava e passei a desenvolver atividades que despertavam o hiperfoco dele, alegrando-o e fazendo com que se comprometesse prontamente. Descobrir isso facilitou muito meu trabalho, uma vez que encontrei uma metodologia que facilitou o interesse pelas atividades que utilizavam de pintura com tintas, massinhas de modelar, contar os números e outros afazeres adaptados conforme o projeto trabalhado em sala de aula.

Vejo que o professor tem sim um papel muito especial na formação do aluno, não só na parte acadêmica, mas social e emocional, pois o vínculo afetivo com a turma e com a equipe escolar ajuda na regulação emocional, como vimos no módulo 2 (Dantas, 2023a).

Através do curso fomos incentivamos a olhar com mais atenção para nossos alunos, procurando por características que até então não tinham sido percebidas, dediquei-me a observar se havia algum transtorno provocado por questões sensoriais, baseado em Gaiato (2019).

Quanto ao barulho da sala de aula, não percebi nenhum tipo de desconforto sensorial. A criança tinha uma boa socialização com os outros alunos, que não têm nenhum tipo de receio de estar em contato com ele. Busco sempre integrar as brincadeiras coletivas, estimulando o convívio entre eles. Na escola todos os dias tem o momento de recreação com todos no pátio da escola, onde ele sempre está presente nas atividades e as crianças gostam de brincar e trocar objetos entre si, ajudando-o e colaborando com o seu desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que o curso *FIC Autismo Inclusão Escolar* nos acrescentou ideias de inclusão necessárias para a nossa vida acadêmica, além da compreensão do motivo pelo qual algumas coisas davam certo e outras não durante a tentativa de inclusão. Aperfeiçoando nossos saberes para a aplicação do conhecimento em sala de aula, o curso foi muito importante não só para a formação pedagógica, mas também alcançou os espaços pessoal, familiar e social, pois nos lugares onde encontrarmos crianças com TEA teremos o prazer de saber como lidar com elas, mostrando para outras pessoas que é possível ser inserido e atuar no mundo de trabalho e na vida em sociedade.

Este relato e memorial de formação nos levou a refletir não só a respeito da nossa prática em sala de aula, como também na leitura e na escrita. Isso despertou-nos para analisar novos materiais incluindo os que foram abordados durante a capacitação.





REFERÊNCIAS

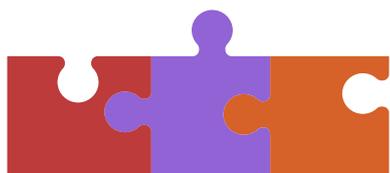
BRITES, Luciana, Clay Brites. **Mentes Únicas**. São Paulo: Editora Gente, 2019.

DANTAS, Maria. **Módulo 2** - O papel do professor na inclusão do Autista. Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar. IFRN, 2023.a

DANTAS, Maria. **Módulo 4** - Plano Educacional Individualizado para o aluno com Transtorno do Espectro Autista. Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar. IFRN, 2023.b

DESIDÉRIO, Vanessa. **Módulo 1** - Conceito, características e causas do Autismo. Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar, IFRN, 2023.

GAIATO, Mayra. **S.O.S. Autismo**: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista. São Paulo: nVersos, 2019.





Capítulo 11

Acolhimento na inclusão de crianças autistas no ensino infantil

Fabiana Correia de Souza ¹

Flávia Correia de Souza Guedes ²

Vanessa Desidério ³

1. INTRODUÇÃO

O objetivo primordial deste relato é narrar aspectos da vivência cotidiana de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que foram incluídos no contexto educacional e os aprendizados adquiridos durante o curso FIC *Autismo e Inclusão Escolar* percebidos no ano de 2023. A experiência profissional é proveniente do projeto intitulado *Acolhimento na inclusão* do Centro de Aplicação (CAp) do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), com foco na educação infantil. Ele oferece reflexões oriundas das observações e intervenções realizadas durante o primeiro semestre de 2023 como parte da Residência Pedagógica no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ FAETEC).

Observamos que, para os alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é de fundamental importância a manutenção de uma rotina diária. Com o intuito de promover autonomia em determinadas situações foi implementado um quadro de rotinas com imagens representadas por desenhos ou fotografias reais, antecipando com antecedência as atividades planejadas para o dia. Os alunos demonstraram uma resposta positiva em relação a essa estruturação da rotina.

Frequentemente observamos uma lacuna na compreensão por parte dos colegas e professores em relação à comunicação da criança com autismo. Alves (2010) fez uma pesquisa com professores da educação infantil que lidam com alunos que compõem a educação especial, ela sugere que a educação inclusiva seja vista como dever de todos, onde cada um deve assumir a responsabilidade em relação à efetivação da educação inclusiva. Ao poder público cabe garantir condições adequadas à sua implementação, entre as quais estão as adaptações na estrutura física, material didático adequado e condições reais de formação docente para atuar na diversidade. Ao professor cabe investir em sua própria formação, procurando atualizar-se não só por meio de cursos, mas pela leitura de materiais atualizados sobre o tema e troca de experiência com colegas.

Focando em nosso fazer docente, miramos nos alunos que enfrentavam dificuldades para compreender seus pares e as instruções referentes às tarefas propostas.

¹ Estudante de Pedagogia, cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar, Turma 2023

² Estudante de Pedagogia, cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar, Turma 2023

³ Professora no IFRN, Coordenadora do Curso FIC e Orientadora dos relatos



O projeto *Conhecer para Acolher* permitiu, através do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional em autismo e inclusão escolar (modalidade remota), perceber grande relevância para nossa formação acadêmica, além de contribuir significativamente para nosso desenvolvimento profissional e pessoal. O propósito primordial desse curso foi favorecer o desenvolvimento de dinâmicas educacionais que reconheçam e incluam a diversidade das múltiplas necessidades humanas.

As palestras, conduzidas por profissionais qualificados, mostraram-se altamente proveitosas, proporcionando um ambiente propício para a troca de conhecimentos e experiências. Ademais, os materiais didáticos utilizados no curso são cuidadosamente elaborados e favorecem uma compreensão aprofundada dos temas abordados. Essa abordagem tem fortalecido nossa capacidade de compreender e aplicar conceitos relacionados ao autismo e à inclusão escolar, reforçando nossas competências para atuar de maneira eficaz no contexto educacional inclusivo.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

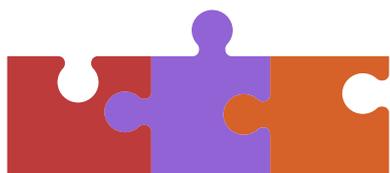
Meu nome é Fabiana Correia de Souza, tenho 27 anos e resido no Complexo da Maré. Atualmente encontro-me matriculada no 8º período do curso de Pedagogia no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). Participo ativamente da Residência Pedagógica e acumulei experiência anterior como estagiária em mediação na Prefeitura do Rio de Janeiro, especificamente na Escola Municipal Pedro Lessa em Bonsucesso, Rio de Janeiro.

Minha convicção na capacidade transformadora da educação é fundamentada na crença de que uma abordagem educacional permeada por acolhimento, amor e respeito é essencial para o desenvolvimento integral das pessoas. Nesse contexto, percebo a prática educacional como um processo contínuo de aprendizado, em que a interação entre aluno e professor dá-se de forma colaborativa e permite a troca de experiências.

A sala de aula, para mim, representa um microcosmo no qual todos os participantes têm a oportunidade de contribuir com suas vivências e aprendizados. Tal concepção estende-se à inclusão, pois reconheço que mesmo diante das diversidades todos os indivíduos são dotados de infinitas possibilidades de crescimento e aprendizagem.

Meu nome é Flávia Correia de Souza Guedes, 27 anos, residente no Complexo da Maré. Sou estudante do curso de Pedagogia no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). Atualmente estou cursando o 8º período e participo da Residência Pedagógica no ISERJ FAETEC. Realizei estágio não obrigatório na Escola Municipal Pedro Lessa em Bonsucesso, Rio de Janeiro, onde desempenhei o papel de mediadora escolar na educação infantil, fornecendo suporte pedagógico, auxiliando na locomoção e na alimentação de uma aluna. Tal experiência revelou-se altamente enriquecedora.

Além disso, atuei como agente de apoio à inclusão de alunos incluídos pela FAETEC, participando do programa *Estagiando na Rede*, que representou uma vivência nova e desafiadora em minha trajetória acadêmica. Concebo a inclusão como um processo que busca a equidade a fim de assegurar que todos





os membros de uma sociedade participem ativamente em diversas dimensões de seu ambiente, sem discriminação, com a premissa de que todos sejam percebidos de maneira equitativa. Cabe ressaltar que a inclusão encontra-se respaldada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988 e que apesar de ser um direito, faltam ações concretas e recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato, defende Carvalho (2014).

Para Freire (2014), “aprendemos com o diferente, pois nos dá a possibilidade de um olhar novo.” Dessa maneira, o contato com o que é diferente, seja em termos de ideias, culturas, perspectivas ou experiências, é uma fonte de aprendizado. A ideia é que a diversidade nos proporciona a oportunidade de enxergar o mundo de uma maneira que não teríamos considerado de outra forma, e ao abraçar o que é diferente, ampliamos nossa compreensão e adquirimos uma nova visão, o que contribui para nosso crescimento e desenvolvimento pessoal.

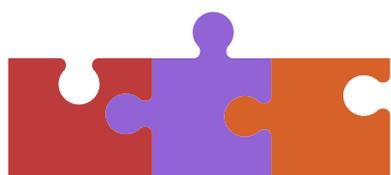
Além disso, a inclusão acontece quando “se aprende com as diferenças, e não com as igualdades” (Freire, 2014.p.108). A ideia central do excerto freiriano é de que o verdadeiro processo de inclusão não se baseia em ignorar as diferenças ou tentar fazer com que todos sejam iguais, mas sim em reconhecer, respeitar e aprender com as distintas características e experiências das pessoas. A abertura para compreender e apreciar as diferenças enriquece o ambiente, promove a igualdade de oportunidades e contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

3. REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E RELATO DE EXPERIÊNCIA

É de extrema importância estabelecer um ambiente de equidade que proporcione possibilidades e oportunidades, garantindo a todos o acesso a uma educação de qualidade e considerando as singularidades de cada indivíduo. No entanto, se todas as pessoas são diferentes na sua forma de aprender, é preciso definir o que é educação. Para Freire (2014) a educação é um processo universal, mas são muitas as concepções e as práticas, diferentes e até antônicas, que a materializam. Por isso é preciso qualificá-la, isto é, dizer de que educação estamos falando.

Nos deparamos com um curso inicialmente pensado para a educação profissional, mas poderia ser associado facilmente à educação popular ou básica, pois em todas essas modalidades cabem a necessidade de incluir. Aqui iremos relatar o caso de três alunos que estão no espectro, para manter o sigilo, utilizaremos codinomes (alunos A, B e C).

Durante o processo de aprendizado, observamos que os alunos com autismo evidenciavam habilidades intelectuais notáveis: o aluno A, por exemplo, demonstra um interesse significativo em quebra-cabeças e jogos da memória, além de apresentar reconhecimento das letras do seu nome, enquanto a aluna B exibe habilidades avançadas na coordenação motora fina, revelando afinidade com atividades artísticas como desenhar, caracterizadas por uma pegada firme no lápis, além de expressar contentamento durante atividades musicais. A aluna C é tímida e se não fosse o laudo não saberíamos que ela tem autismo, exceto nos momentos de crise sensorial, pois ela é muito sensível a barulhos.





É digno de nota que uma abordagem de inclusão é incorporada na rotina, com a presença semanal de uma professora especializada que acompanha os alunos em sala de aula. Esta profissional, dedicada à inclusão, monitora o progresso e os desafios enfrentados pelos alunos com autismo, além de fornecer materiais adaptados com o propósito de promover uma participação mais efetiva e significativa deles nas atividades escolares.

No decorrer do curso, foram ministrados módulos substancialmente embasados. No Módulo 1, houve uma abordagem conceitual acerca das características e causas do autismo. Como aspirantes a pedagogos, reconhecemos a necessidade de adquirir conhecimento sobre o conceito do autismo, suas nuances e estratégias para interação com alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em ambiente escolar.

No Módulo 2 foi apresentado o papel crucial do professor na promoção da inclusão do aluno autista. Aprendemos que é imperativo que o educador familiarize-se com o aluno, compreenda suas especificidades, estabeleça vínculos com a família e adote uma postura acolhedora. A efetiva compreensão do papel do professor na inclusão do aluno autista contribui significativamente para a criação de um ambiente educacional inclusivo e enriquecedor.

É notável que a seletividade alimentar é uma característica frequente entre os alunos com TEA, como evidenciado pelos casos específicos do aluno A, que demonstrava preferência por biscoito de maizena e banana, e da aluna B, que manifestava interesse exclusivo por carne picadinha. Esta seletividade pode abranger a recusa a determinados tipos de alimentos, um repertório alimentar restrito ou a preferência singular por um único tipo de alimento. No período de recreio, observamos que o aluno A e a aluna B preferiam brincar isoladamente.

Durante a escrita do relato, percebemos que o intervalo entre as aulas era um momento subutilizado e que poderia ser facilitar a integração de crianças com autismo em atividades lúdicas visto que a interação com seus pares não ocorria de forma significativa. Além disso, vale ressaltar que os alunos em questão não utilizavam a fala (eram não verbais) e comunicavam-se por meio de emissões sonoras, expressando suas necessidades e emoções principalmente através do choro.

No módulo 3 procedeu-se a conceituação do Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e da Sala de Recursos Multifuncional, adaptada às necessidades do aluno autista. Esse bloco abordou a compreensão acerca da estruturação de uma Sala de Recursos Multifuncional e sua aplicabilidade no atendimento às demandas educacionais específicas de alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No material do módulo 3, além dos conteúdos, recebemos dicas de sites com materiais para usar na Sala de Recursos Multifuncional, como exemplo, apresentamos a figura 1 e 2.

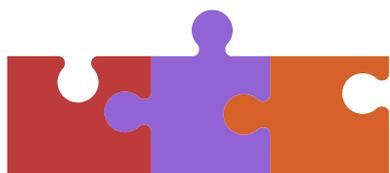


Figura 1 – Exemplo de Fichas para imprimir com pistas visuais do que pode fazer



Fonte: Teatividades, 2023

Figura 2 – Exemplo de Fichas para imprimir com pistas visuais do que não pode fazer



Fonte: Teatividades, 2023

As atividades disponíveis nos sites sugeridos pelo curso nos chamaram atenção pelo fato de serem voltadas não apenas para a escola, mas também para situações da vida diária da família. Elas são úteis para docentes e para familiares das crianças, servem para crianças típicas e atípicas. As cores em volta das pistas visuais ajudam a perceber o que pode e o que não pode ser feito e além da imagem ilustrativa, trazem pequenos textos para incentivar a leitura. Alguns sites como o do Projeto Integrar separam os conteúdos por assunto, facilitando a escolha, por exemplo, comportamento, saúde, escola, entre outros. A figura 3 apresenta um exemplo.

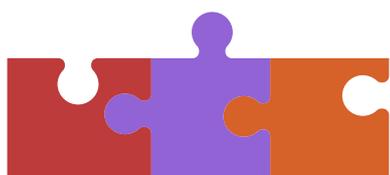
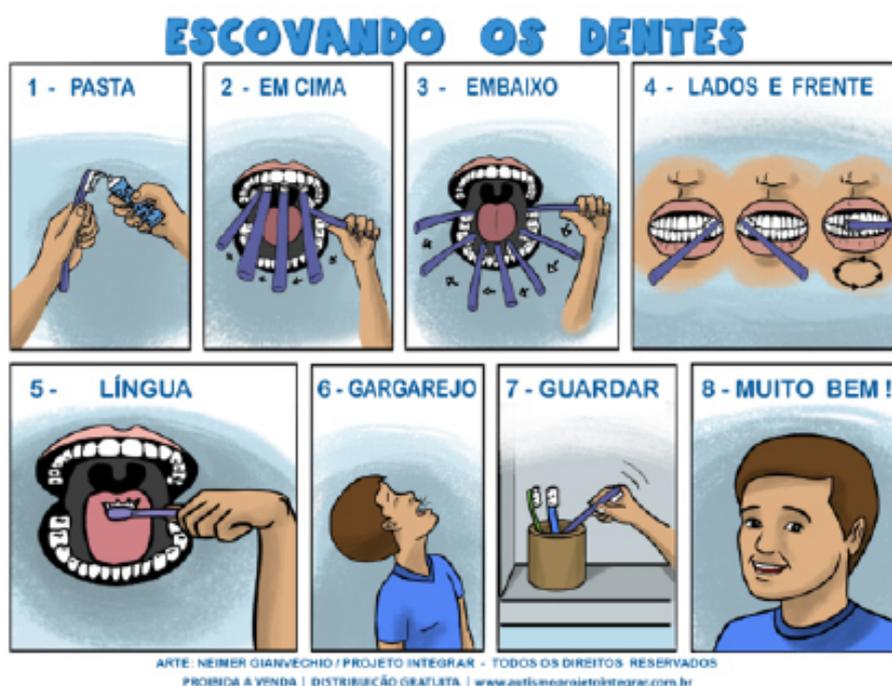


Figura 3 – Exemplo de Fichas para imprimir com pistas visuais do que não pode fazer

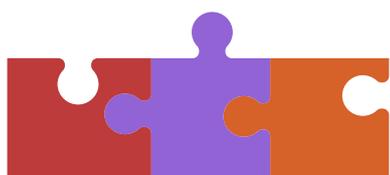


Fonte: Projeto Integrar, 2023

A figura 3 descreve a ação de escovar os dentes, é um exemplo de prancha visual para colocar nos espaços onde deseja-se que a criança desenvolva a ação e ajude ela a lembrar como deve fazer a ação, elas ajudam a entender cada passo da ação, ao orientar a pessoa com autismo e ajudar na rotina, essas imagens ajudam a gerar autonomia. No primeiro momento a criança vai precisar de apoio em cada passo, mas com a repetição e paciência ela começa a fazer sozinha. A aluna C, não conseguia escovar os dentes sozinha, apesar de ter nove anos de idade, colocava a pasta dental na boca e cuspiam, com o tempo aprendeu a seguir o passo a passo e hoje consegue escovar sozinha, ainda precisa de supervisão para fechar a pasta e guardar, pois não tem muita coordenação, mas já melhorou muito.

Já no módulo 4 foi apresentado o conceito de Plano Educacional Individualizado (PEI) destinado ao aluno com TEA. Trata-se de um documento elaborado pelo professor, resultante de uma avaliação cuidadosa do aluno com necessidade educacional específica. Ele objetiva proporcionar um direcionamento personalizado para a prática pedagógica, contemplando as características e demandas particulares do aluno, a fim de promover um ambiente educacional mais inclusivo e efetivo. Recebemos alguns materiais como guias orientadores do PEI como material extra, um dos que me chamou atenção foi a cartilha de Barbosa (2019). O guia permite ter orientações sobre cada parte que compõem o documento (identificação do estudante, relatório circunstanciado, necessidades educacionais específicas, habilidades, dificuldades, interesses e afinidades) e o desenvolvimento de metas para o período planejado.

Durante o curso aprendemos que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) desenvolve suas ações de inclusão por meio de uma equipe técnica e profissional que colabora com o fazer docente; trata-se do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas





(NAPNE). No projeto em que participamos presencialmente no Rio de Janeiro, contávamos com Coordenação de Saúde e Prevenção (CSP) para esse serviço, visando realizar um levantamento abrangente das necessidades, conhecimentos prévios, potencialidades e habilidades de alunos que apresentam deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, assim como aqueles com dificuldades de aprendizagem.

Reconhecendo a singularidade de cada aluno e sua capacidade única de aprendizado, destaca-se a importância de empregar estratégias pedagógicas adequadas para possibilitar que cada indivíduo aprenda de maneira eficaz, alinhando os saberes as suas características e necessidades específicas, de modo a equipará-los aos demais colegas.

É pertinente ressaltar as experiências vivenciadas durante a residência pedagógica, particularmente em relação à aluna A. Em momentos de crises e desafios, observou-se que a aluna apresentava reações como agitação, choro, mordidas, batidas e puxões de cabelo nos colegas de sala de aula. Ela acalmava-se quando era retirada do ambiente que a deixava agitada e era inserida em um espaço silencioso e tranquilo que lhe conferia segurança. Nesse contexto, foram adotadas práticas fundamentadas em valores como respeito, amor, escuta ativa e calma, permeando interações que visavam oferecer acolhimento à aluna.

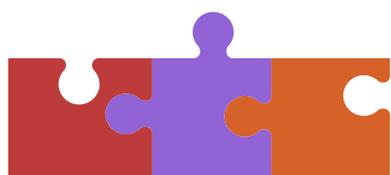
Relatar o que aprendemos ao observar a aluna A faz-nos lembrar do que Alves (2010) defende quando diz que estamos em um tempo em que falar de Educação já deveria ser sinônimo de inclusão, afinal, uma educação que não é inclusiva não deveria ser chamada de Educação.

Expressamos nossa gratidão pela significativa oportunidade de aprendizado proporcionada pelo curso intitulado *Autismo e Inclusão Escolar*, oferecido na modalidade remota. Agradecemos sinceramente aos profissionais envolvidos no desenvolvimento e condução deste curso, cuja expertise tem contribuído de maneira relevante para nossa formação acadêmica e profissional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar o acolhimento na inclusão na Educação Infantil, destaca-se que este componente imprime uma abordagem educacional mais humanizada. A ação da acolhida está intrinsecamente relacionada ao suporte, à escuta ativa e ao amparo e constitui-se como uma ferramenta de considerável eficácia para estabelecer proximidade, cultivar vínculos e fomentar a confiança nas relações e interações.

Por intermédio do acolhimento, evidenciou-se que a disposição receptiva, representada por “braços abertos”, possibilita a criação de um ambiente que oferece oportunidades para que o aluno atendido na Educação Especial também se abra e se sinta incluído. Esta prática emerge como uma ferramenta essencial que contribui diretamente para este propósito. Faculta às instituições de ensino adotarem uma base atenciosa e segura para constituir um ambiente propício para o desenvolvimento, confiança e amparo do aluno na Educação Especial. A experiência possibilitou colocar em prática o que foi visto no curso do qual participamos ativamente.



REFERÊNCIAS

ALVES, Maria José de Moura. **A educação inclusiva nas escolas públicas municipais de Anápolis nos anos iniciais do ensino fundamental e a formação docente**. Dissertação. Mestrado em Educação. PUC: Goiás, 2010

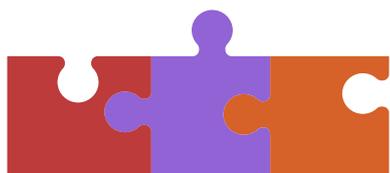
BARBOSA, Vânia Benvenuti. Conhecimentos Necessários para Elaborar o PEI. **Cartilha**, Rio Pomba, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570204/2/Produto%20Educaional.pdf>

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta**. Editora Paz e Terra, 2016.

TEATIVIDADES. Site de atividades para pessoas que estão no espectro. Disponível em: <https://teatividades.blogspot.com/>. Acesso em 09.11. 2023.

Projeto Integrar. Site com pranchas visuais para pessoas que estão no espectro. Disponível em: <https://autismoprojetointegrar.com.br/todos-os-desenhos/> Acesso em 23.10.2023.





Capítulo 12

De aprendente à educadora

Paloma de Paula Gomes ¹

Vanessa Desidério ²

1. INTRODUÇÃO

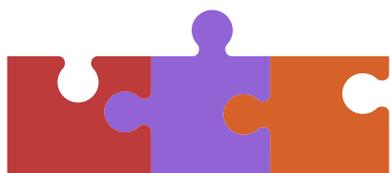
Este relato trata de um memorial de formação que expõe a minha trajetória enquanto aprendiz na área da inclusão. Está costurado com vivências pessoais e profissionais no âmbito familiar e acadêmico. Motivada pela experiência vivenciada no Curso de Qualificação Profissional e Continuada em Inclusão de Alunos com TEA, *Autismo e Inclusão Escolar*, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus João Câmara, com o apoio do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e do Centro Clínico Maria Dantas, disponho-me a rever minha trajetória acadêmica e profissional e perceber a importância dessas formações na construção de um profissional mais seguro e competente, coerente com a prática pedagógica e que almeja cumprir com o juramento proferido na colação de grau: “Juro, [...] exercer as minhas atividades profissionais com honestidade, em defesa da vida, estimulando o desenvolvimento científico, tecnológico e humanístico com justiça e paz”.

É importante ressaltar que diante do avanço científico e tecnológico bem como de todos os esforços desenvolvidos por uma gama de profissionais de múltiplas áreas, a teoria e a prática na atuação de Pessoas com Deficiência (PcD), Altas Habilidades (AH) e Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) tem se tornado cada vez mais complexa, assertiva e se ressignificado, ganhando novos contornos e ampliando o campo de atuação.

É nesse sentido, que se torna imperativa a necessidade de estar sempre em formação e em diálogo com os profissionais que atuam tanto na área médica quanto escolar, bem como com os colegas de profissão e com as associações e grupos de apoio familiar. O dia a dia, o cotidiano, pode ser um mestre do saber se entrelaçado com outros saberes, e não soterrado pelas obrigações e prazos a cumprir. Como diz Mantoan (2003, p.17). “o tecido da compreensão não se trama apenas com os fios do conhecimento científico”, dele se fia grandes tapeçarias, mas com o forro do olhar atento, da contextualização do saber e da prática afetiva.

¹ Licenciada em Ciências Biológicas, Graduada em Pedagogia, Especialista em Educação Especial e Mestranda em Educação pela UFRN e Cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – turma 2023

² Doutoranda em Educação Profissional pelo IFRN, Coordenadora do Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar e Orientadora.





São justamente nesses espaços de formação em que profissionais recém-formados e de carreira consolidada sentem-se seguros e acolhidos no diálogo, na troca de experiências, para sanar dúvidas e buscar formas de enfrentar os desafios que se impõem dentro do espaço escolar. É na escuta ativa e interessada que se consolidam novos conhecimentos, partindo para uma reflexão-ação em que estratégias relatadas pelos colegas, aplicadas em outros contextos, podem ser úteis para a realidade que se coloca frente aos meus olhos, e vice e versa.

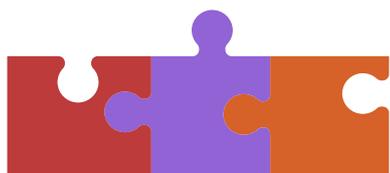
Como professora de biologia e pedagoga em formação, venho atuando na área da inclusão há cerca de oito anos em várias funções, e nesse percurso deparei-me diversas vezes com estudantes com características e especificidades que precisam ser olhadas dentro e fora do ambiente escolar. Educandos com paralisia cerebral, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), jovens com Dislexia, Síndrome do pânico, Transtorno generalizado de ansiedade, adultos e idosos com cegueira e baixa visão. Mesmo diante desses “rótulos” cada um dos sujeitos que estão nessas condições necessitam de um olhar personalizado, sensível e capacitado do educador ou do apoio escolar. Com o aumento no número de diagnósticos e de matrículas de crianças com TEA na escola comum, parece aumentar também o conhecimento prático dos professores em relação à educação de crianças incluídas (Weizenmann, Pezzi e Zanon, 2020).

Trago como objetivo tecer um relato onde exploro um pouco da minha trajetória nas áreas pessoal, acadêmica e profissional (fios de vida entrelaçados), considerando como crucial o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) *Autismo e Inclusão Escolar*.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

A minha saída do ninho foi contínua e paulatina, plena de incertezas quanto ao caminho a trilhar, entretanto certa de que devia fazê-lo trilhando: pé, antepé, pé, antepé. Como um pássaro que voa no céu, uma tartaruga que mergulha no mar, a minha liberdade é a busca pelo saber. Lançar-me além das trivialidades, das falsas verdades, na procura pela transformação pessoal e social, ecológica e pedagógica. Sair do ninho e retornar ao ninho. Contudo o ninho para o qual retorno não é mais o mesmo, porque eu mesma fui metamorfoseada desde a decisão da despedida. Como as águas de um rio onde não se banha uma segunda vez, como as páginas de um livro jamais relidas pelos mesmos olhos, como os olhares que se lançam e se ressignificam a cada *flert*, segui em busca de um abrigo que não sabia ao certo qual era ou se era. Segui mesmo na certeza do desconforto e da insegurança. E nesse buscar, que se faz ainda hoje e sempre se fará, encontrei flores, odores, amores, espinhos, brisas, ventos fortes.

É inevitável não surgir na memória cada desafio, cada vitória; os obstáculos superados, os medos e o alívio. Foi assim no meu primeiro vestibular: a tristeza da derrota, a felicidade pelo prêmio de consolação. E que prêmio! Não fui aprovada na Universidade Federal para cursar biologia, no entanto me formei técnica em Controle Ambiental no IFRN, antigo e eterno CEFET das minhas memórias. Essa primeira saída do ninho descortinou-me o olhar para as causas ambientais, para a necessidade de ações de recuperação dos impactos gerados pelas grandes e pequenas corporações, para o descaso dos órgãos ambientais, para





as ações e projetos de preservação dos ecossistemas terrestres e aquáticos, para a necessidade de uma Educação Ambiental transversal, popular e cotidiana e para como o meio e a biota sofrem com as ações humanas.

Em meu segundo vestibular, no ano seguinte, ingressei no curso de graduação em Ciências Biológicas, quando me formei como bacharel e licenciada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Durante a minha estadia tive a oportunidade de passar pela instituição e de também ser transpassada por ela. Vivenciei inúmeras experiências nos pilares do ensino, pesquisa e extensão. No Diretório Central dos Estudantes (DCE) participei ativamente como representante estudantil e procurei modificar o que estava posto, além fortalecer-me politicamente a fim de elucidar para mim que a minha crença está em uma sociedade plural, humanitária, cidadã e inclusiva.

Segui pelos municípios do interior do Estado do Rio Grande do Norte amparada pelos cursos e atividades de extensão VER-SUS, Trilhas Potiguares e pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), momentos em que deixava e levava saberes diversos às e das comunidades, escolas e professores que careciam de um olhar construtivo e libertador. Surpreendentemente, foi como estagiária da Secretaria Municipal de Educação (SME) e como tutora inclusiva da Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), atual Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) da UFRN, acompanhando alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), que me reconheci de fato dentro dos ramos da educação inclusiva.

Esse último vínculo ingressei no papel de ledora, transcritora e audiodescritora, o que me capacitou para atuar como aplicadora de provas de concursos para o público com NEE. Para além do saber técnico instrucional, procedimental, atitudinal, a atuação como ledora sensibilizou-me e mobilizou-me para uma auto formação. Foi nesse caminho que se desenhou espontaneamente à minha frente que escolhi atuar com o público-alvo da educação especial.

Assim, em 2021, atuei na função de Técnica Educacional Especializada no quadro de servidores temporários da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Por um período, atendi como apoio educacional alunos de todos os polos da instituição. Essa experiência redefiniu completamente o meu fazer professoral, aproximando-me de uma prática mais humana e real na atuação direta com os alunos, na adaptação de materiais, na formação de professores, na compreensão do fazer político e burocrático da instituição, mas sobretudo consciente das falhas e vazios presentes no sistema educacional.

A inclusão ainda se faz de forma precária e incipiente, pois as políticas afirmativas ainda são muito escassas e insuficientes para uma equiparação social. Há também uma enorme insuficiência quantitativa e qualitativa de profissionais para atuar na área, além da presença de docentes e técnicos fechados nas torres dos seus castelos, incapazes de ressignificar a sua prática porque não percebem o quão excludente ela é.

Essas reflexões foram também endossadas pelo curso de pós-graduação em *Educação Especial na Perspectiva Inclusiva* que conclui em 2023 pelo Centro Universitário Senac. Ao perceber que muitas





das queixas e incompreensões vividas pelos profissionais da educação do estado do RN são também compartilhadas por agentes de diversas áreas de atuação com o público da educação inclusiva, verifiquei que existem características regionais nos dilemas institucionais, mas há muitas outras, talvez até em maioria, questões generalizadas que precisam ser encaradas em amplitude e seriedade.

Se pensarmos que a trajetória da inclusão no Brasil é recente, podemos entender esse estado de precariedade e notar que nos últimos dez anos muito foi conquistado, principalmente após a publicação das diretrizes legais para a educação inclusiva (BRASIL, 1988; 2001; 2008; 2009; 2012; 2012; 2015). O reconhecimento das novas formas de atuação social promovem o direito básico à educação.

A sociedade que nos foi legada, e que continua em construção, é o produto da relação dialógica permanente entre o bom sonho e o pesadelo, entre a boa e má utopia. Entretanto, se podemos diagnosticar a dinâmica e o formato do perverso, injusto e desigual da sociedade atual; se é possível dizer que a fragmentação do conhecimento é enormemente responsável pelos graves problemas de ordem ecológica e social do nosso tempo, podemos também afirmar que vivemos um momento crucial de avaliação e de tomada de consciência dos limites a que chegamos. E isso é bom (Galeano *et al*, 2003, p.26).

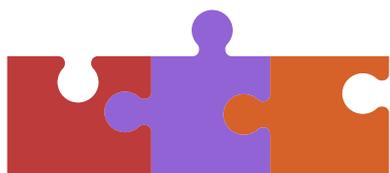
Enfim, essas e muitas outras experiências que o IFRN, a SME, a UFRN e a UERN proporcionaram-me contribuíram para a minha formação crítica e consciente como aprendiz e prepararam-me para a atuação como educadora.

Filha de uma mãe parálitica e idosa, usuária de cadeira de rodas, sempre tive um apreço real pela perspectiva inclusiva. Cada um desses ninhos nutriu-me para ser uma professora capaz de atuar, criar, lutar e formular novos conceitos para uma educação que seja capaz não de fracionar, mas de somar em busca de uma perspectiva transformadora e significativa. Esses pontos aguçaram o meu olhar para a perspectiva inclusiva, que foi fortalecida pela participação em eventos e cursos na área da inclusão e acessibilidade.

3. CONTRIBUIÇÕES DO CURSO FIC “AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR” PARA A MINHA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Curso FIC *Autismo e Inclusão Escolar* foi realizado em formato remoto pelo IFRN, campus João Câmara, com carga horária total de 30 horas/aula. Aprovado e com funcionamento autorizado pela Portaria nº 131/2023 DG/JC/RE/IFRN, a formação está incluída no Projeto *Conhecer para Acolher*: formação docente e autismo nas escolas.

As aulas ocorreram no segundo semestre de 2023, com encontros síncronos quinzenais pela plataforma Google Meet, nas terças-feiras, das 19:30 às 21:30h. A turma também foi acompanhada por um grupo no WhatsApp onde tínhamos a liberdade para tirar dúvidas e expor experiências e relatos. Além disso, o curso foi dividido em quatro módulos (quadro 1), cada um com uma aula (palestra) ministrada por um professor formador e apoiada pelos monitores que também elaboraram materiais formativos disponibilizados no



Google Drive. Dentre eles, havia uma apostila com o tema do módulo correspondente, trazendo sugestões de vídeos e leituras e a atividade avaliativa ao fim do documento.

Quadro 1 - Organização dos módulos do curso

Título do Módulo	O que aprendemos
1 - Conceito, características e causas do Autismo	Com o neuropediatra aprendemos o que é autismo e como tratá-lo com o apoio de uma equipe multidisciplinar
2 - O papel do Professor na Inclusão do Autista	Com o professor de educação física, aprendemos que todos os professores precisam aprender a reconhecer as limitações e potencialidades dos seus alunos, independente do laudo
3 - Serviço de Atendimento Educacional Específico e Sala de Recursos Multifuncional adaptada à necessidade do Autista	Com a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado, aprendemos que é importante ter uma sala com recursos humanos e materiais, mas é ainda mais importante, saber lidar com o tempo de aprendizado de cada estudante com Transtorno do Espectro Autista - TEA
4 - Plano Educacional Individualizado (PEI) para o aluno com Transtorno do Espectro Autista	Com a psicopedagoga aprendemos que além de fazer o PEI é preciso acompanhar e avaliar o que foi planejado de modo que seja executável

Fonte: Elaboração própria com base no plano de curso, 2023

Com essa gama de conteúdos e conhecimentos, o Curso FIC *Autismo e Inclusão Escolar* trouxe inúmeras contribuições para a minha prática profissional e cotidiana. Recentemente o meu sobrinho de cinco anos foi diagnosticado com TEA nível 1 de suporte, e diante dessa investigação meu irmão também recebeu o diagnóstico de TEA e TDAH. Para além do ambiente acadêmico, precisamos afinar nossos gestos e olhares, sobretudo nossas crenças, para os ambientes e pessoas que nos circulam, e nossos parentes e familiares fazem parte dessa atmosfera mais próxima e intimista.

Compreender o conceito de autismo no Módulo 1 com o Dr. Jefferson Borges, bem como a sua relação atenta às formas de tratamento terapêutico e medicamentoso, ampliou minha visão acerca da diversidade e fez-me ver caminhos para amparar os que me cercam. Sinto que agora estou ciente de um trato que atende às potencialidades, habilidades e competências dos discentes, além de reconhecer o argumento legal que diz respeito aos direitos da pessoa com TEA.

Com o Prof. Agamenon no Módulo 2, foi possível saber mais dos profissionais que compõem a rede de apoio, uma vez que um espaço inclusivo não se faz apenas com a formação específica dos professores, mas sim quando todo o corpo acadêmico e a comunidade escolar (gestão administrativa e pedagógica, secretaria, porteiro, funcionários da cantina e da limpeza, professores e pais) se voltam para a necessidade de acolher, apoiar e mobilizar todos para a adequação do espaço escolar. As práticas e ações inclusivas desenvolvidas por intermédio de um trabalho acolhedor e com metodologias pedagógicas adequadas, onde o professor da educação especial está em contato íntimo com o professor de sala de aula e elaboram juntos possibilidades do fazer, mostram-se essenciais na inclusão da pessoa com TEA.





Foi também nesse sentido que no Módulo 3 a Profa. Edneide indicou-nos sobre a importância da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) no Atendimento Educacional Especializado (AEE). É a partir de equipamentos e recursos pedagógicos coerentes com a especificidade dos alunos atendidos na escola que o professor da Educação Especial poderá desenvolver um trabalho eficaz e que viabilizará o desenvolvimento das habilidades dos discentes dentro e fora do ambiente escolar, somado ainda com a rede de apoio que ampara a criança ou jovem. Esse espaço também pode ser um refúgio para o aluno com TEA na busca pela autorregulação, então é preciso ter atenção plena quanto a sobrecarga de estímulos sensoriais. Essa aula, especificamente, foi uma das mais enriquecedoras do curso em termos de conteúdos, com muitas sugestões de leituras de como atuar com crianças em crise, de como lidar com os desafios cotidianos seja com a família ou o corpo docente e a gestão, bem como com as inúmeras recomendações de recursos e esclarecimentos acerca de terapias complementares.

No último módulo, atentos ao planejamento e à instrumentalização, ficamos sabendo um pouco mais sobre a importância da elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) com a prof. Maria Dantas. Conhecemos a estrutura e a aplicação do plano, uma ferramenta de trabalho em sala de aula que age como recurso de planejamento para as ações pedagógicas dentro da flexibilização curricular assim como recurso avaliativo para reconhecer os objetivos alcançados e reestruturá-los dentro das necessidades, propondo novas estratégias.

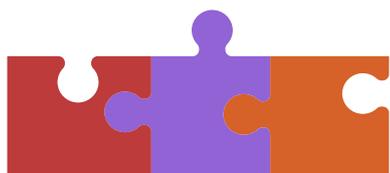
Acima de todo o calor no peito e de todo o olhar sensível para cumprir com a função do lecionar, o professor deve estar atento ao seu fazer pedagógico, a sua *práxis* (FREIE, 2013), de modo a reinventar-se a cada ciclo através de uma formação continuada formal e informal, a partir da sua auto formação pessoal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso FIC *Autismo e Inclusão Escolar* demonstrou-se um recurso formativo estrategicamente útil, não apenas para a formação de professores, mas também para o estreitamento de laços de pais e familiares dentro da temática e da compreensão da atuação do professor e da responsabilidade do ambiente escolar na construção de um espaço e de uma atmosfera inclusiva na instituição.

Ouso ainda dizer que a elaboração deste memorial atuou na consolidação e na percepção de muitos saberes apreendidos ao longo do curso, de modo a revisitar fontes e reflexões registradas em anotações durante as aulas. Vários *insights* foram possíveis na reelaboração do meu fazer pedagógico, do meu ser tia e irmã e, acima de tudo, no meu ser cidadã. É preciso que para além dos nossos interesses pessoais, possamos ter consciência na nossa atuação coletiva enquanto sujeitos críticos e pensantes na sociedade. Posicionar-se é preciso, conscientizar-se também. Só assim poderemos cobrar direitos e exigir mudanças quando a realidade não mais suprir as necessidades de grupos que vêm sendo excluídos e marginalizados ao longo da história.

Assim, o trabalho em construção é apenas um grão de areia em um oceano de possibilidades assertivas. Esperamos que de muitos ninhos surjam novas vidas a desvendar os mares, enfrentar desafios e fazer surgir um saber para além de rótulos e categorias; um saber compartilhado, um saber para todos.



Em meu caminho formativo, fui observada como aprendente por outros professores e hoje observo como educadora outros aprendentes no intuito de ser útil em sua formação de algum modo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº2/2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Resolução CNE; Nº, C. E. B. 4/2009**: Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRASIL. **Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012.

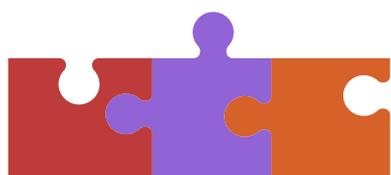
BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GALENO, A.; CASTRO, G.; SILVA, J. C. E. **Complexidade à flor da pele**: Ensaio sobre ciência, cultura e comunicação. – São Paulo: Cortez, 2003. 174p.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? com o fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003.

WEIZENMANN, Luana Stela. PEZZI, Fernanda Aparecida Szarecki. ZANON, Regina Basso. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**. v.4, 2020.





Capítulo 13

Estágio obrigatório em psicologia: a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no curso FIC autismo e inclusão escolar

Ildete Pereira de Souza Magno ¹
Vanessa Desidério ²

1. INTRODUÇÃO

O trabalho aqui escrito trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo e qualitativo, relacionado a minha primeira atuação no estágio obrigatório em Psicologia realizado na Faculdade Católica do RN, localizada na cidade de Mossoró (RN), realizado de 07 de agosto de 2023 a 01 de dezembro de 2023.

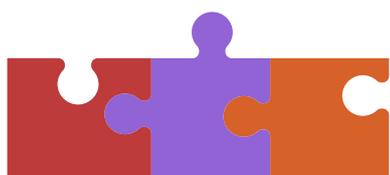
Esse relato segue inspirado e mediado pelo curso de Formação Inicial Continuada - FIC *Autismo e Inclusão*, que faz parte do Projeto *Conhecer para Acolher*. O curso foi realizado na modalidade Ensino à Distância (EAD) pelo IFRN Campus João Câmara em parceria com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e a Clínica Maria Dantas, com carga horária de 30h e com realização em modo síncrono de encontros via YouTube (havia a possibilidade de acesso após a gravação), e de modo assíncrono por meio das leituras disponibilizadas para embasamento e complementação da carga horária.

A descoberta do curso deu-se mediante leituras e estudos que venho desenvolvendo ao longo de minha trajetória acadêmica, bem como de alguns trabalhos voluntários. Em uma dessas labutas tive acesso ao grupo *Famílias que Lutam*, na cidade de Mossoró (RN), que disponibilizou as informações relacionadas ao curso. Fiz minha inscrição impulsionada pelo seu conteúdo formativo e sua riqueza para minha futura atuação no estágio, bem como em minha vida profissional futuramente.

O curso teve início alguns meses antes do estágio o que permitiu que os conteúdos aprendidos pudessem já serem postos em prática o que foi de grande importância e validade para minha atuação em campo visto que o curso trabalha desde os conceitos básicos do Transtorno do Espectro Autista (TEA), finalizando com o Plano de Ensino Individualizado (PEI), versando por muitos pontos dessa temática e desse transtorno que, como veremos posteriormente, atravessou o meu fazer no estágio.

¹Psicóloga, Especialista em comunicação, Voluntária no coletivo Famílias que lutam, pela inclusão, acessibilidade e direitos das crianças e pessoas com deficiência e cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – Turma 2023.

²Doutoranda em Educação Profissional, Professora no IFRN, orientadora e colaboradora no relato.



2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Sou uma potiguar de 40 anos, caicoense mas naturalizada mossoroense desde quando fui para lá estudar aos 19 anos, cotista de escola pública na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) na cidade de Mossoró (RN). Pai açougueiro no mercado público da cidade e mãe camelô, ambos na cidade de Caicó (RN), tenho ainda um irmão mais velho que iniciou uma graduação em Administração após meu exemplo e uma irmã mais nova que já concluiu a graduação em Pedagogia. Inicialmente cursei Comunicação com habilitação em Publicidade e Propaganda na UERN e atuei na área de 2008 a 2023, mas com o objetivo de cursar Psicologia desde sempre, iniciei esta nova graduação durante a pandemia de Covid-19, no ano de 2020, na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FACS).

A educação sempre foi um prazer e uma prioridade em minha vida. Sempre fui incentivada por meus pais a estudar e ter uma formação, pois apesar de ambos não terem passado do Ensino Fundamental, eles sempre destacaram a importância da educação e da escolha de uma profissão, por isso o incentivo à mudança de cidade e à continuação de meus estudos, sempre calcados nos sacrifícios financeiros e sentimentais que uma filha estudar em outra cidade podem trazer.

A atuação em Psicologia exige uma formação continuada e que se embase em diversos saberes, isso porque costuma-se relatar que o curso de Psicologia é generalista e que cabe ao aluno, posteriormente profissional, buscar embasar-se nos demais pontos que a ciência psicológica aponta, quer seja Psicologia Social, Escolar, Hospitalar, Clínica, Ecológica, Organizacional e do Trabalho, entre outras. São diversas as vertentes que esse campo de estudos aponta e que podemos enveredar, pois como destaca Fernandes, Seixas e Yanamoto (2020) essa generalização faz parte da pauta das discussões da formação em Psicologia no Brasil.

O curso FIC *Autismo e Inclusão* tornou-se uma importante fonte de conhecimento na temática da Psicologia Educacional e Escolar, bem como na atuação no estágio obrigatório. Apesar de não ser docente, sei que meu relato será útil para o fazer docente, pois a psicologia é uma área da saúde que pode contribuir com a formação docente e discente na inclusão escolar.

3. REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NO CURSO

O estágio obrigatório em Psicologia é uma etapa fundamental e obrigatória na formação acadêmica, conforme a Lei Nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (Brasil, 1962), que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo e a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Brasil, 2008), que dispõe sobre o estágio de estudantes. Com ele nós temos a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso porque, como destaca Abdala (2008), um dos focos da formação do psicólogo é que as atividades acadêmicas devem aproximar o formando do exercício profissional e das competências previstas para a sua formação, então o estágio representa a transição entre o conhecimento teórico adquirido nas salas de aula e a aplicação prática dos conceitos no contexto profissional.

3.1 CARACTERIZANDO O CAMPO DE ESTÁGIO E O PACIENTE

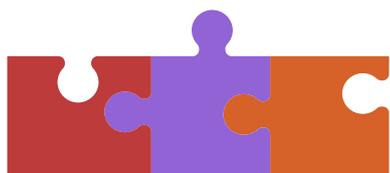
O estágio objeto deste artigo foi realizado no oitavo semestre, na disciplina Estágio Específico I com ênfase em Psicologia e Processo Clínico da Saúde, junto ao serviço de Psicologia no Centro de Práticas Múltiplas da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte, onde tive a oportunidade de receber meus primeiros pacientes sob a supervisão da professora Ana Cláudia B. Ferreira, bacharel em Psicologia. Na ocasião, os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação e no referido curso FIC puderam ser aplicados junto ao paciente R. M., de 11 anos, cuja mãe procurou atendimento psicológico e relatou que havia sido orientada a levar a criança para acompanhamento psicológico relacionado a TEA para fornecimento de laudo.

Inicialmente foi realizada a *anamnese* com os pais a fim de colher dados importantes para o atendimento, pois durante o trato com crianças devemos fazer o primeiro momento com os responsáveis tendo em vista a caracterização da queixa e motivo da consulta e por se tratarem de menores de idade. Com isso pude fazer, além do acolhimento, a primeira escuta psicológica para as demandas emergidas no processo psicoterápico, e diante do caso fez-se necessário o acompanhamento psicológico semanal com sessões com 40 minutos de duração.

3.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, ESCOLA E ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) está caracterizado pelo DSM-V TR (CRIPPA, 2022) como um transtorno do neurodesenvolvimento, grupo de transtornos que se iniciam no início do desenvolvimento da criança, em alguns casos até mesmo antes de ingressar na vida escolar. São caracterizados pelos impactos com relação às habilidades de socialização do indivíduo no tripé comunicação, socialização e comportamento, e causam déficits/prejuízos no funcionamento pessoal, profissional e acadêmico, mais citados como déficits de reciprocidade socioemocional.

Em suma, o DSM-V TR também apresenta como alguns de seus critérios diagnósticos a dificuldade em comunicar-se verbalmente, interagir com outras pessoas e manter relacionamentos, de modo que a gravidade está baseada nos prejuízos e no padrão de comportamentos repetitivos apresentados, também denominados de estereotípias. Algumas questões sensoriais como hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais sejam eles *visuais*, auditivos ou táteis, como texturas, sons e estímulos luminosos também estão correlacionadas. Alguns comportamentos de interesses fixos ou restritos (hiperfocos) e a adoção de rotinas inflexíveis também são comumente apresentados em pessoas atípicas podendo apresentar ou não comorbidades como Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Deficiência



intelectual, transtornos de fala, da linguagem pragmática e transtornos de aprendizagem.

De acordo com Sebrai (2021) é cabível ressaltar que na adolescência autistas podem apresentar um retrocesso em seu repertório comportamental e social devido a processos ansiosos e depressivos, dependendo do quão consciente estão de suas limitações sociais e dificuldades de linguagem. Dito isto, para além da dificuldade de interação e de fazer novas amizades, autistas adolescentes recorrentemente podem ser alvo de violência psicológica, ficando ainda mais introspectivos e atrasando seu processo de autonomia e desenvolvimento psicoafetivo.

Ciente desses marcadores e com os conhecimentos adquiridos ao longo do curso tivemos a oportunidade de fazer um acompanhamento do paciente verificando as categorias e situações que o mesmo se encaixava.

Para objeto do relato em questão gostaria de adentrar no foco do curso, a inclusão escolar, isso porque, mesmo com alguns documentos e laudos em mãos, o paciente não possuía Plano de Ensino Individual (PEI) ou mesmo acompanhante especializado em sala. De acordo com os relatos trazidos, suas dificuldades focaram-se no fato do mesmo ter alguns *déficits* em realização de atividades, sendo o último a entregá-las, bem como não conseguir ficar sentado durante toda a aula, situações já esperadas por crianças com diagnóstico de TEA conforme visto em nossas aulas e leituras do curso.

A falta do PEI prejudica o aluno e seu desenvolvimento, pois como destaca Mantoan (2003), é necessário entender que “as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada”.

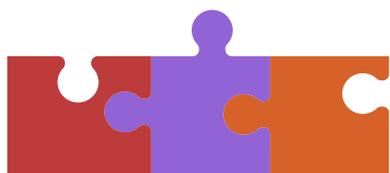
O PEI desenvolvido pela escola em colaboração com profissionais da área da saúde permite ampliar as chances de sucesso escolar e social do indivíduo. As informações do PEI também colaboram com a atualização do Plano Terapêutico.

Nesse sentido Angelo (2021) oferece uma reflexão em torno das práticas educacionais voltadas para o ensino inclusivo, em especial, para o autismo. Apesar de o tema já ser divulgado nas redes sociais, é preciso investigar que ações práticas de fato contribuem com o desenvolvimento do aluno em seu processo formativo de forma integral. No caso relatado, percebe-se que o acolhimento se torna ineficiente se não há formação para uso dos documentos e estratégias criadas e publicizadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conteúdos dos módulos, indicações de leitura, de filmes e vídeos mostram-nos que a medida que estamos no caminho certo em nosso processo formativo, é necessário que o Ministério da Educação (MEC) não só determine parâmetros a serem seguidos, mas também acompanhe a prática das orientações e, principalmente capacite as equipes escolares como um todo na busca da inclusão com equidade.

O acolhimento e criação de vínculo com o paciente e sua família deu-se de modo bastante satisfatório, entretanto, por limitações do próprio campo de estágio que tem suas atividades apenas em âmbito local



sem visitas à escola, bem como com o tempo reduzido dos atendimentos e do tempo de estágio, não conseguimos avançar em melhorias para o paciente junto a equipe pedagógica. Prestamos orientações para que os pais dele pudessem dar andamento a essas demandas para vislumbrarem de fato as melhorias não somente neste âmbito, mas em todo o tratamento necessário para o paciente.

Acreditamos que a experiência inicial na clínica se repetirá incontáveis vezes, com demandas semelhantes, pois infelizmente em muitos casos as equipes pedagógicas e os professores não são devidamente capacitadas para atuar com essas crianças e adolescentes e suas demandas. Faz-se necessário a oferta contínua de formação para a comunidade escolar e, se possível, parceria com equipe da área de saúde para melhor acompanhamento desses casos.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Jamisson Da Silva. **O papel do professor na inclusão do aluno autista**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 07, Vol. 03, pp. 137-150. Julho de 2021. Acesso em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/aluno-autista>. Acessado em 21 de dezembro de 2023.

ABDALLA, I. G.; BATISTA, S. H.; BATISTA, N. A. Desafios do ensino de psicologia clínica em cursos de psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 28, n. 4, p. 806–819, 2008.

BRASIL. **Lei N° 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sôbre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. *Diário Oficial da União*, 5 set. 1962.

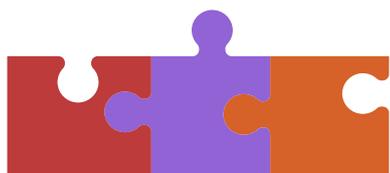
BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 set. 2008.

CRIPPA, José Alexandre de Souza (coord.). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM -5 -TR**. 5, texto revisado. Porto Alegre: Artmed Editora LTDA, 2022.

FERNANDES, Sarah Ruth Ferreira; SEIXAS, Pablo de Sousa; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **Psicologia e concepções de formação generalista**. *Psic. da Ed.*, São Paulo, n. 47, p. 57-66, jul. 2018. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-35202018000200007&lng=pt&nr m=iso>. acessos em 18 dez. 2023. Epub 06-Abr-2020. <https://doi.org/10.5935/2175-3520.20180018>.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SEBRAI, F.; PRIOTTO, E. M. T. P. Autismo na adolescência uma revisão integrativa da literatura. *EDUR - Educação em revista*. p 37, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469826472>





Capítulo 14



Relato de uma mãe/professora com a colaboração das colegas: os desafios da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental II

Roxana Silva ¹

Janaina Ráfia de Brito ²

Monique Macieli Costa de Andrade ³

Vanessa Desidério ⁴

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) deve estar além da matrícula escolar, pois ela visa a permanência e a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de habilidades necessárias para vida e o trabalho. A escola, ao receber alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), precisa atentar-se em adequar seus espaços e promover a inclusão efetiva. O presente relato descreve os desafios da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista – TEA no ensino fundamental II. Nevôa (2018) pesquisou como os docentes percebem a formação recebida nas instituições de ensino para atender essa demanda, eles a consideraram insuficiente. Por mais que a Mantenedora ofereça cursos de formação continuada na área do TEA, os docentes buscam complementá-los ou acrescentá-los por meio de cursos específicos de que sentem falta para adequar sua prática, principalmente na área das tecnologias da informação, por oferecer ludicidade e chamar atenção dos alunos de forma geral. Essa percepção é recorrente, desde Mittler (2000, p.25):

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios, [...], dos alunos.

A escola é um ambiente com grande potencial para ajudar a criança a melhorar suas habilidades sociais, auxiliá-la a seguir instruções e rotinas a fim de permiti-la alcançar habilidades escolares básicas. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) ressalta que é papel da escola inserir nas instituições escolares alunos com necessidades especiais e garantir uma educação de qualidade. É indispensável promover a autonomia da pessoa com deficiência para decidir sobre sua própria vida e para isso se centrar na eliminação de qualquer tipo de barreira, para que haja uma adequada equiparação de oportunidades (Barboza e Júnior, 2017).

¹Pedagoga, cursista Formação Inicial e Continuada (FIC) Autismo e Inclusão Escolar – Turma 2023

²Especialista em Educação Especial e Educação Inclusiva pela Faculdade Única de Ipatinga, colaboradora.

³ Graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, colaboradora.

⁴Doutoranda em Educação Profissional, Professora no IFRN, orientadora do relato.



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN/ Lei nº 9394/1996 (Brasil, 1996) discorre que cada escola tem suas peculiaridades e, ao abraçar a tarefa da inclusão, tem que encontrar soluções próprias para seus problemas. No entanto, os problemas relacionados à infraestrutura são colossais. Além de problemas ligados à formação para toda a comunidade acadêmica, existem barreiras físicas e sensoriais que prejudicam as adaptações necessárias para promover a inclusão na sociedade.

Barboza e Júnior (2017) explicam que a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, expressão legal da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência acolhida como emenda constitucional em nosso ordenamento, desafia uma cultura ainda vigente no país que é a invisibilidade, na medida em que essas pessoas têm seus direitos sistematicamente desrespeitados, inclusive pelo próprio Poder Público, que num círculo vicioso de omissão, mantém esse grupo vulnerado à margem da proteção legalmente estabelecida.

A prática da inclusão dá-se através de princípios como a aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, diversidade humana e aprendizagem por intermédio da cooperação e do senso de coletividade que deve haver no ambiente escolar. No contexto atual é uma premissa utópica, visto que a sociedade do conhecimento se distancia cada vez mais de relacionamentos sólidos e duradouros. Entretanto, ainda é necessário buscá-la para garantir direitos de inclusão que promovam a aceitação da diversidade.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRAFICA

Sou Roxana Silva, mãe de três filhos sendo um deles com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), Dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Opositor Desafiador (TOD). Sou professora há 23 anos na rede pública de ensino, dos quais 12 deles estão voltados à inclusão uma vez que exerço a função de professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na sala de recurso multifuncional. Minha trajetória acadêmica inicia em 1998 quando substituía uma professora de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Cursei Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Durante o curso participei de inúmeros eventos e coordenei projetos de EJA pelo estado do Rio Grande do Norte com parceria da UFRN. Quando concluí meu curso em 2004 passei em um concurso público e iniciei a docência como professora na Educação Infantil. Após o estágio probatório vi a possibilidade de fazer um mestrado, que concluí em 2010 e que teve a defesa adiada, pois eu precisava estar em Lisboa, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), e no momento estava passando por uma gravidez de risco. Assim, a defesa teve que ser adiada para o ano de 2012. Após a conclusão do Mestrado retornei ao trabalho e já fui direcionada para a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Durante o período que me afastei deu-se então a abertura de 04 (quatro) salas SRM no município, e fui designada a desempenhar minha função como professora de AEE. Nesse período minha filha já demonstrava sinais da Dislexia e fui à procura de profissionais em Campina Grande (PB) por orientação de minha irmã, pois a minha sobrinha



já tinha diagnóstico de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) fazia tratamento na referida cidade. Lá, em consulta com a Neuropediatra, foi sinalizada a possibilidade da Hiperatividade, mas antes foi necessário realizar diversas avaliações com Fonoaudiólogos, Psicólogo e Neuropsicóloga. As avaliações chegaram ao diagnóstico da Dislexia e do TDAH.

Diante do diagnóstico vários desafios surgiram. Por ser a mãe e profissional de pessoas com necessidade do AEE, sempre tentei proporcionar à minha filha apoio e intervenções para que não sentisse tanto os efeitos dos transtornos, principalmente no ambiente escolar. Existem casos de professores que, quando adaptam as atividades, não sabem como fazê-lo ou não sabem bem o que o aluno sabe ou aprende. Toda essa falta de formação e de empatia por parte da escola causou na minha filha uma ansiedade generalizada atrelada a sentimentos de incapacidade, fazendo com que ela se sinta acuada por ter de responder da maneira que o sistema exige.

Como mãe e profissional percebo que as barreiras atitudinais estão longe de serem rompidas, pois no ambiente de trabalho esses alunos tornam-se invisíveis, muitas vezes em função do adoecimento profissional pelo qual todos os professores passam diante da carga horária e salas de aulas com quantitativo muitas vezes acima dos trinta e cinco alunos, isso atrapalha o atendimento eficaz das pessoas que sofrem com alguma necessidade específica de aprendizagem. Em função disso, procurei por formação e inscrevi-me no curso de formação inicial e continuada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

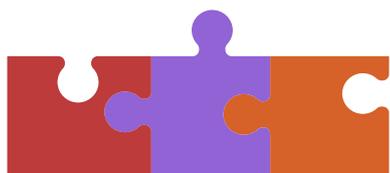
O Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) *Autismo e Inclusão Escolar* (30 horas) ocorreu no período de julho a setembro de 2023. O curso mobilizou um quantitativo expressivo de pessoas, de forma que sugiro que ele seja replicado continuamente para que não seja uma ação pontual. Os debates sobre os direitos e políticas públicas garantem uma formação continuada que oferta visibilidade aos transtornos e revela a importância que a escola tem para a vida dos nossos filhos. Todos devem ser acolhidos e ter o senso de pertencimento ao meio escolar.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA E APRENDIZADOS NO CURSO FIC AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR

Como profissional que atende crianças que estão no espectro autista, apresento algumas contribuições teóricas e percepções de práticas de sala de aula. A educação é um processo de formação para a vida em sociedade e a escola é uma instituição que exerce um papel imprescindível no desenvolvimento do ser humano. Ações como o Desenho Universal e projetos integradores ajudam nessa perspectiva, mas precisam ser melhor compreendidas pela comunidade escolar.

A escola exerce papel fundamental na percepção das necessidades desses alunos com NEE uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança distante de seus familiares. É onde a criança terá maior dificuldade em adaptar-se às regras sociais e manter a socialização entre seus pares.

No curso FIC Autismo e Inclusão, oferecido em quatro módulos, tivemos acesso à conteúdos





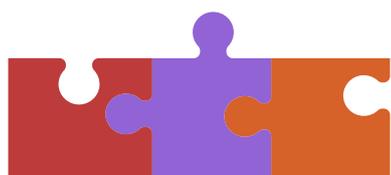
relacionados ao diagnóstico de autismo, legislação, sala de recursos e plano educacional individualizado. No primeiro módulo o conteúdo foi voltado para a percepção de sinais de autismo e à legislação no tocante à proteção da pessoa que está no espectro. Através da exposição de conteúdos verificamos que há amparo legal para a promoção da inclusão no Brasil, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), e nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica - RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 (Brasil, 2001), a lei nº 13.146/15, que instituem a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), tem-se de forma mais específica, a lei de amparo à pessoa com autismo, nº 12.764/12, considerada uma das mais importantes para o Brasil no enfoque da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista - TEA (Brasil, 2012).

A própria legislação explica do que se trata o autismo, é um transtorno no neurodesenvolvimento (Brasil, 2012), ou seja, uma condição que afeta permanentemente o desenvolvimento por isso a criança apresenta prejuízos ou alterações básicas de comportamento e interação social e dificuldades na comunicação como a aquisição de linguagem verbal, alterações na cognição e presença de comportamento repetitivos ou estereotipados. Cunha (2012, p. 20) enfatiza que o autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados de uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito-repetitivas. Em face ao exposto, o autismo é uma condição neurológica e neuro diferenciada que faz com que o autista sinta e vivencie o mundo de uma forma diferente e única (com níveis diferentes de necessidade de suporte, antes considerados graus).

É fundamental entender que, em alguns casos, existe um atraso significativo nos marcos de desenvolvimentos, e essas características aparecem nos primeiros anos de vida. Esses sinais passam a ser visíveis mediante o convívio escolar e não escolar.

Muitas pessoas não consideram o autismo uma deficiência. Quando Ritvo (1976) associou o autismo a um *déficit* cognitivo, considerando-o não uma psicose e sim um distúrbio do desenvolvimento. Torna mais clara a relação autismo-deficiência mental, por esse motivo, o autismo é sim considerado uma deficiência no Brasil.

Nessa perspectiva as pessoas com TEA têm *déficits* sócio comunicacionais e comportamentais inerentes ao transtorno que podem interferir na compreensão e no engajamento social. Por esse motivo elas apresentam dificuldades em conviver com sons altos e com mudanças de hábitos e algumas têm hiperfocos para determinados assuntos, além de fazerem rituais tais como: andar em volta da mesa durante alguns minutos, ficar na ponta dos pés, repetir palavras várias vezes, seguir rotinas e não compreender frases abstratas. Alguns autistas costumam brincar com brinquedos de forma diferente, virando um carrinho de cabeça para baixo para girar as rodas do brinquedo, por exemplo, tornando o brincar uma função diferente do comum. Além disso, devido a seletividades, podem apresentar rejeição por alguns alimentos e gostar muito de outros.





Alunos com TEA podem demonstrar dificuldades significativas na comunicação e na interação social, além de alterações de comportamento, expressas principalmente pela repetição de movimentos, como balançar o corpo, rodar uma caneta, apegar-se a objetos ou enfileira-los de maneira estereotipada. Para minimizar essa dificuldade de convívio social, o educador deve criar situações de interação, respeitando o limite da criança autista e sendo claro em suas explicações sobre determinado assunto, além de ampliar o tempo para que ele realize as atividades propostas e sempre comunicar mudanças na rotina antecipadamente.

Sempre que se fala de crianças com TEA um detalhe deve ser levado em conta: a particularidade de cada um. Isso significa que o processamento sensorial apresenta especificidades quando o assunto é a reação diante de alguma situação que configure a sensibilidade. Algumas apresentam falta de reação a sons e dor, incapacidade de reconhecer situação de perigo, têm dificuldade de se relacionar, mostram problemas de linguagem e alterações de comportamento que causam problemas para a turma, o docente precisa ficar atento ao que ocorre, pois a depender da singularidade do caso, deve-se ter sempre um auxiliar ao lado da criança para evitar que ela se machuque ou machuque um colega, na maioria dos casos de crise, esta ocorre por algo que aconteceu antes que não foi identificado como gatilho, por exemplo, barulhos excessivos.

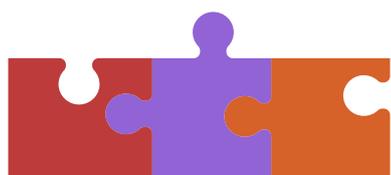
Diante do exposto, não se deve nunca generalizar, pois cada criança pode apresentar uma característica diferente. Cunha (2012, p.27) ressalta que:

Os autistas têm um acentuado comprometimento do uso de múltiplos comportamentos não verbais (contato visual, direto, expressão facial, posturas e linguagens corporal) que regulam a interação social e a comunicação, pode ocorrer também atraso ou ausência total do desenvolvimento da linguagem falada.

É imprescindível expor que alguns indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm muita dificuldade para compreender a linguagem corporal das outras pessoas, bem como suas expressões faciais e entonação de voz. Além disso, eles podem não estar cientes de que estão se comportando de forma inadequada ou fazendo algo que incomoda o outro. De modo geral, eles são motivados mais facilmente por recompensas concretas e, em menor grau, através de incentivos sociais.

Em relação à capacidade sensorial, se houver comprometimento nessa área, faz com se assustem com facilidade, e outras vezes, se atraem por algum ruído, têm o hábito de cheirar e lambem objetos, apresentam insistência visual em objetos que têm luzes que piscam e/ou emitem barulhos, bem como nas partes que giram (ventiladores, máquinas etc.).

Na capacidade espacial, alguns autistas apresentam fragmentação da percepção visual, sua habilidade espacial torna-se limitada, fixando detalhes menores em detrimento da consciência global. Nesse sentido, é essencial que o professor desenvolva atividades que explorem todos os espaços do ambiente escolar, como: correr, rodar pneu, jogar bola e que trabalhe a interação do mesmo com os demais alunos. Cunha (2012, p.38), relata que:





O autista não vê função em muitos objetos. Cria formas próprias de relacionamento com o mundo exterior. Não interage normalmente com as pessoas, inclusive com os pais, nem manuseia objetos adequadamente [...], a criança com autismo possui dificuldades para reconhecer a utilidade das coisas, simbolizar, nomear e, por isso, passa a ter prejuízos na linguagem.

Nessa perspectiva, o educador deve promover atividades que estimulem a imaginação e a criatividade, como: copiar e recopiar desenhos, inserindo sempre modificações, utilizando materiais pedagógicos com diferentes comunicações de execução.

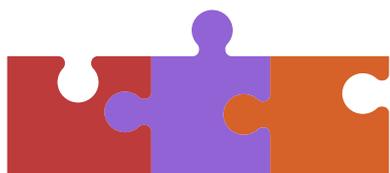
É válido ressaltar que as estereotípias são características bem visíveis e ativas no autismo, elas servem como mecanismo de expressão, representando alegrias, emoções, ansiedades, frustrações e momentos de excitação de origens diversas.

A criança autista tende a fixar rotinas, isso pode ser utilizado a favor delas. As mesmas podem ser organizadas com horários pré-fixados para várias tarefas do dia, porém isso deve acontecer de forma natural. Ao mesmo tempo em que a rotina é importante, é necessário também levar em consideração que o autista deve aprender a aceitar mudanças. Por isso é preciso que os pais e os professores façam pequenas mudanças na vida diária da criança, inicialmente uma de cada vez, como por exemplo, mudar o caminho de ir à escola ou tentar mudar a cadeira onde a criança senta na sala de aula.

De acordo com Alves, Santos e Castro (2022), a psicomotricidade (...), no autismo pode ser bem comprometida. Assim, haverá prejuízos na coordenação motora fina, na coordenação visório-motora, na fala, na manutenção do equilíbrio do corpo, na lateralidade. Com base no exposto é imprescindível que o docente desenvolva atividades lúdicas que explorem o equilíbrio, manejo de objetos e exercícios com o corpo, onde os membros superiores e inferiores se alternem coordenadamente em movimentos orientados, contribuindo para adquirir uma boa coordenação motora global. Cunha (2012, p. 48) expõe que:

O aluno com autismo jamais poderá estar privado da interação com os outros e de aprender em grupo. Sempre que possível, o tempo com os demais deverá ser acrescido e nunca diminuído, porque a sua autonomia e a interação social são importantes ganhos que ajudam o desenvolvimento pessoal, interpessoal e cognitivo [...]

Com essas percepções é de fundamental relevância que o professor proporcione momentos interativos com o autista e os demais atores do ambiente escolar. Ao possibilitar essa interação, o docente está contribuindo para o desenvolvimento social do autista. Esse pressuposto é salientado por Assenencio-Ferreira (2005) quando ele afirma que a relação afetiva do aluno autista com o professor é um processo de construção da sua autonomia na escola, então o educador pode trabalhar a interpretação das emoções sem esperar por resultados imediatos, mas sim por conquistas, sendo a primeira delas o vínculo afetivo. Esse assunto foi muito debatido no módulo 2 do curso FIC Autismo e Inclusão Escolar, além do material de aula, um professor de educação física (palestrante) falou da importância desse vínculo para conseguir ajudar seu aluno a desenvolver os comandos necessários para as atividades de educação física. Apesar





da pessoa com autismo ter muita dificuldade com o toque, houve uma superação dessa limitação quando o professor conseguiu envolver o aluno na atividade de forma que os colegas o apoiaram e ele se sentiu seguro.

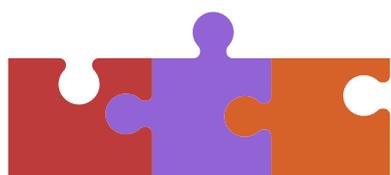
O segundo módulo do curso falava da representação social do docente como promotor da inclusão, tinha como título: o papel do docente na inclusão de pessoas com TEA. Esse módulo serve para reconhecer a importância do professor e também para alertar sobre a necessidade de formação para que ele possa cumprir esse importante papel. Cunha (2012) enfatiza que o docente por vezes acaba por desenvolver atividades de cunho:

- Terapêutico, que engloba o trabalho com os comportamentos inadequados provenientes do comprometimento autístico a fim de proporcionar melhor qualidade de vida e independência.
- Afetivo: relaciona-se com a pretensão de desenvolver um vínculo com o processo de aprendizagem, com o professor e com espaço escolar a partir da mediação do interesse e do desejo em atividades lúdicas e educativas.
- Social, que visa propiciar aos autistas experiências em grupo por meio de momentos de aprendizagem em sala de aula no convívio diário com os demais alunos, trabalhando a interação e a comunicação.
- Pedagógico, que aponta para o estabelecimento de atividades que observem a história pessoal do sujeito para contemplar sua individualidade. Um dos objetivos desse caráter é o desenvolvimento de habilidades como aprendiz no espaço escolar.

É preciso destacar que os autistas apresentam prejuízo na interação e comunicação social, exibindo padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades. A evolução no tratamento foi perceptível na maioria dos casos pesquisados por Alves, Santos e Castro (2020), apenas 14% dos pesquisados não apresentam melhoras após intervenção psicomotora breve, para elas, muitas pessoas com TEA apresentam esses comportamentos em função de um distúrbio de integração sensorial. Essas manifestações são consequências estimuladas pelo transtorno, podendo ser mais leves ou graves a depender do grau em que se encontra.

No terceiro módulo que tratava da importância da Sala de Recursos Multifuncionais e do profissional que trabalha com o serviço de atendimento educacional específico me senti contemplada na fala da palestrante, quando dizia que na falta de recursos, buscamos com amor e dedicação fazer o melhor pelos nossos alunos. Neste contexto, é plausível enfatizar que uma criança autista precisa passar por tratamentos que ofereçam a ela condições de socializar não só com as pessoas, mas com o ambiente em que está inserida e respeitando suas limitações e potencialidades.

Os primeiros passos a serem tomados é conhecer, acompanhar e buscar cada vez mais por melhores condições para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do autista. O tratamento do TEA não se concentra nas dificuldades, mas na ampliação de novos olhares, novas possibilidades de conhecimento e





na compreensão do sujeito enquanto ser social, buscando perspectivas de evolução.

Ao discorrer sobre o assunto, percebe-se que a aprendizagem de crianças com TEA não é linear e pode ocorrer de ela “pular” etapas na aprendizagem, sendo capaz de realizar atividades mais complexas ainda que apresente dificuldade na realização das atividades mais básicas. Alguns profissionais que contribuem para o desenvolvimento dos autistas são psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, terapeutas ocupacionais e psicopedagogos.

O último módulo tinha como tema o Plano Educacional Individualizado (PEI), cada vez mais os familiares estão cientes dos direitos da pessoa que está no espectro, isso é bom porque ajuda a cobrar, mas é importante que a comunidade acadêmica inclua a família nesse processo e ela sinta-se co-responsável pelos avanços buscados, de nada adianta o professor, o terapeuta ou qualquer outro profissional tentar desenvolver uma habilidade que precisa ser estimulada, se não houver o compromisso da família em se empenhar para que essa habilidade se torne uma competência. Atualmente são perceptíveis os avanços na legislação na conjuntura social sobre a visibilidade da inclusão da pessoa com Necessidade Educacional Especial (NEE), em especial a pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo. É válido salientar que as leis são embasamentos para reflexões sobre o que é ser inclusivo e qual a importância do ato inclusivo na sociedade.

Quanto ao sujeito com TEA, é primordial o diálogo entre os envolvidos em seu processo de adaptação na sociedade tendo em vista que a relação dos profissionais com a família é fundamental para o desenvolvimento do autista.

3.1 RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

O presente relato utilizou a observação participante e a amostra não probabilística por acessibilidade. A pesquisa-ação denota a presente investigação com abordagem qualitativa a partir dos estudos de Thiollent e Colette (2014, p. 208), que expressam que essa pesquisa se destina “mais ainda, nas modalidades de formação destinadas a grupos específicos, levando em conta aspectos como: classe social, etnia, gênero, profissões, campo/cidade, exclusão, inclusão, meio ambiente etc”.

A amostra deu-se mediante dois alunos estudantes do 6º ano, um matriculado em horário matutino e o outro em turno vespertino. O critério de escolha utilizou os seguintes critérios: o aluno observado deveria cursar o 6º ano do ensino fundamental, ter TEA e os participantes da pesquisa (colaboradores desse relato) precisavam ter contato com a pessoa observada.

A princípio foi realizada a análise da matrícula do aluno na Sala de Recurso Multifuncional (SRM), como também do estudo de caso já realizado pela professora de AEE com o responsável pelos alunos. Diante desses documentos, foram inseridos os relatórios das professoras de sala de ensino regular para compor o cenário das dificuldades e habilidades dos alunos. Com a incorporação das observações realizadas em conjunto foi materializado o PEI (Plano Educacional Individualizado) para propor a efetiva inclusão

desses alunos através do direcionamento sobre a chegada deles à escola, suas dificuldades, habilidades já desenvolvidas e quais eram as adaptações necessárias para o seu pleno desenvolvimento.

3.2 RELATO DA ANÁLISE DE OBSERVAÇÃO E INTERVENÇÃO

Os alunos observados serão denominados de aluno *A- Matutino* e aluno *A- Vespertino* para que mantenhamos o sigilo dos sujeitos envolvidos. O aluno *A - Matutino* é não verbal e o aluno *A – Vespertino* é verbal.

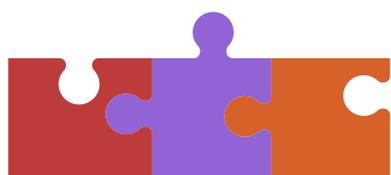
3.2.1 DADOS DO CASO A – MATUTINO

As informações que estavam na matrícula do aluno A Matutino foram resgatadas da SRM, contam informações como o diagnóstico, que veio aos quatro anos de idade. O estudo de caso deu-se através do relato da mãe do aluno, que percebia o filho bem distante das crianças quando saíam para brincadeiras ou aniversários, além do atraso na fala que dificultava a comunicação e a compreensão do que ele estava solicitando. A rejeição das atividades escolares para realizar em casa, a falta de contato visual e a seletividade alimentar foram vistas no início da vida estudantil do filho, que também demonstrou muitas dificuldades para permanecer em sala de aula, pois queria sempre estar no pátio e por isso pedia para beber água, mas chorava quando não era atendido. As terapias psicológicas e fonoaudiológicas as quais o filho participava promoveram uma melhora no quadro.

Atualmente ele não frequenta mais terapia, pois já recebeu alta. A mãe disse que o filho não gosta de barulhos, escreve no quadro e sabe ler apesar de não ter desenvolvido a linguagem verbal, deixando evidente a correspondência dele nas atividades sem precisar de ajuda. Ela contou também que ele só toma medicação para acalmar-se (ainda no período matinal) e não sente sono, apenas fica tranquilo. Na outra escola ele conseguia ficar na sala de aula o horário todo, porém as atividades não eram adaptadas, então ele as realizava de forma individual e utilizava o livro igual a um aluno que não tem TEA.

3.2.2 DADOS DO CASO A - VESPERTINO

O estudo de caso deu-se também por intermédio do relato da mãe do aluno. Ela contou que o diagnóstico do filho veio aos 6 anos de idade, quando ele já estava na escola e era tão agitado quanto hoje. O menino é bastante comunicativo e gosta de cumprimentar a todos, além de ter uma alimentação variada. Na escola não gosta de ir ao banheiro, pois o considera feio. Segundo a mãe, ele aprendeu a ler no 4º ano, ele lê de forma mais lenta que o esperado e não raramente confunde algumas vogais, não consegue acompanhar os colegas da turma, contudo não quer atividade adaptada: “se for diferente ele nem pega, olha e ignora; se for igual a dos colegas ele faz”, afirma a mãe. Ademais, ela explica que o filho quer fazer tudo rápido e que atualmente está na terapia com a psicóloga, um momento muito aguardado por ele que adora ir às sessões, mas só pode fazê-lo de 15 em 15 dias em razão da ausência de vagas.



3.2.3 OBSERVAÇÃO DAS PROFESSORAS DE ENSINO REGULAR

Após um mês de observação dos alunos A (matutino) e A (vespertino), as professoras participantes da pesquisa e colaboradoras desse relato elaboraram em conjunto comigo, que estava no AEE dos dois alunos observados, o Plano de Ensino Individualizado (PEI).

Para realização do plano foram realizados alguns encontros presenciais e observado o estudo de cada caso. As considerações das professoras em relação aos dois alunos indicaram que eles tinham em comum alguns pontos como não aceitar atividades diferenciadas dos demais colegas, escreverem igual ao que é posto no quadro e são alfabetizados. Diante das constatações, buscou-se meios para desenvolver aulas que contemplassem todos os alunos sem que A – Matutino e A – Vespertino sentissem que recebiam tratamento diferenciado dos demais colegas de sala de aula.

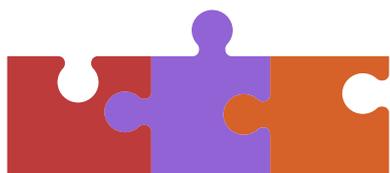
As ações indicadas no PEI dos alunos foram criadas de forma a contemplar todos os alunos, assim tanto a professora de ensino de ciências quanto a de português viabilizaram atividades com imagens e exercícios de interpretação de textos apresentando o conteúdo com recursos visuais e que possam ser entregues ou oralizados para contemplar os dois casos. No caso do A – Vespertino que é verbal, em alguns textos foram apenas utilizados a oralidade, ou seja, a professora fazia a leitura oral para todos os alunos e as atividades sempre foram realizadas com imagens. Além disso, as atividades dos livros tanto de português quanto de ciências foram realizadas no próprio livro e os dois alunos tiveram o acompanhamento do professor auxiliar. Em outros momentos foram levados materiais concretos de observação para que os alunos de um modo geral pudessem interagir e levantar dúvidas: na aula de ciências, por exemplo, a professora levou bichos de pelúcia para mostrar aos alunos algumas características de determinados animais.

Já a professora de português realizou com os alunos a construção de uma casa que reutilizava água. Ao fazer uso de uma maquete e uma bomba pequena de imersão, ela desenvolveu todo o sistema da casa que além da reutilização da água, utilizava a energia solar. Esse trabalho foi exposto na feira de ciências da escola e contou com a apresentação dos alunos A- Matutino e A – Vespertino.

É válido ressaltar que os PEI's tanto do aluno A – Matutino quanto de A – Vespertino foram considerados como demonstrativos pilotos para que no ano de 2024 mais professores de ensino regular pudessem aderir a realização do PEI, abrangendo as demais disciplinas e alunos que necessitam deles para o seu melhor desenvolvimento. No curso FIC Autismo e Inclusão Escolar, o PEI foi assunto do quarto módulo, apesar de já ter familiaridade com o assunto, foi importante revisar alguns pontos e colaborar com a discussão na aula síncrona.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de apresentar um relato de experiência após a conclusão do curso FIC *Autismo e Inclusão Escolar* incentivou a realização da pesquisa aqui descrita. Apesar do relato não ser obrigatório, a inquietação gerada e o desejo de aprender mais possibilitaram a compreensão de que o autismo nas pessoas observadas



apresenta as seguintes características: inabilidade de desenvolver relacionamentos com pessoas, atraso na aquisição da linguagem, uso não comunicativo a linguagem após o desenvolvimento, tendência à repetição da fala do outro, uso reverso de pronomes, brincadeiras repetitivas e estereotipadas, insistência obsessiva na manutenção da mesmice (rotinas rígidas e um padrão restrito de interesses peculiares), falta de imaginação, boa memória mecânica, e aparência física normal.

Em face ao exposto, as atividades diárias necessitam ser gerenciadas para alcançar este objetivo, de forma que os afazeres e a rotina podem ser ferramentas eficazes para gerar a autonomia. A pesquisa pode desvelar que os alunos autistas apresentam diversas dificuldades na interação, compreensão da linguagem oral, expressão e socialização, no entanto a sua singularidade faz com que vejamos que cada um é único e não se pode pensar em uma inclusão unificada. O PEI neste estudo pode mitigar dificuldades e mostrar avanços reais que os alunos podem obter no decorrer do ano letivo.

Este escrito culminou em orientações que perpassaram a escola e o ensino formal e contou com a participação de profissionais de diversas funções escolares bem como a presença da família. O presente que deixamos na escola é a realização do PEI para alunos com Necessidades Educativas Especiais, sejam eles com TEA ou outra síndrome, para que outros profissionais sintam-se motivados a realizar o PEI dos seus alunos e encorajados pela possibilidade de uma efetiva inclusão e desenvolvimento de todos de maneira equânime. Os materiais utilizados para apresentação dos trabalhos são explorados também na sala de recursos e servem de estímulo para outros docentes.

REFERÊNCIAS

ASSENCIO-FERREIRA, Vicente José. **O que todo professor precisa saber sobre neurologia**. São José dos Campos: Pulso, 2005.

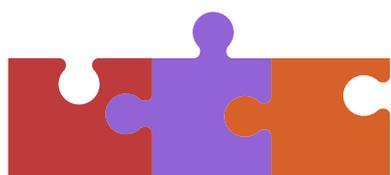
ALVES, Larissa Mirela da Silveira; SANTOS, Nilce Maria de Freitas; CASTRO, Gisélia Gonçalves de. **Evolução do perfil motor de autistas após intervenção psicomotora breve**. *Fisioterapia Brasil*, v. 23, n. 3, p. 390-401, 2022.

BARBOZA, Heloisa Helena; JUNIOR, Vitor de Azevedo Almeida. **Reconhecimento e inclusão das pessoas com deficiência**. *Revista Brasileira de Direito Civil*, v. 13, n. 03, p. 17-38, 2017.

BRASIL. **Constituição Federal**, Senado Federal, Brasília, 1988.

BRASIL.LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.





BRASIL. Lei nº13146/2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 2012.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva-contexto sócias**, São Paulo, 2000.

NOVÔA, Jésica. **Ambiente virtual de aprendizagem na educação especial**: um estudo sobre formação continuada docente na área do transtorno do espectro autista. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018

NUNES, Débora Regina de Paula; ARAÚJO, Eliana Rodrigues. Educando alunos com Síndrome de Asperger: dicas de sala de aula. In: NUNES, Leila Regina D. Educação Inclusiva. Oliveira de Paula. **Comunicar é preciso**: em busca das melhores práticas na educação de alunos com deficiência. Marília: Abpee, 2011.

RITVO ER, Ornitz EM. **Autism**: diagnosis, current research and management. New York: Spectrum; 1976.

THIOLLENT, M. J. M.; COLETTE, M. M. Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade. Acta Scientiarum. **Human and Social Sciences**. Maringá, v. 36, n. 2, p. 207-216, July-Dec., 2014. Disponível em <http://www.uem.br/acta>.





Capítulo 15



Memórias de uma professora aprendendo a conhecer para melhor acolher

Ana Claudia Encarnação Reis ¹

Vanessa Desidério ²

1. INTRODUÇÃO

Este relato de experiência em forma de memorial descritivo elaborado após o curso FIC *Autismo e Inclusão Escolar*, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), apresenta minha autobiografia, meu relato de experiências acadêmicas e profissionais e minhas reflexões durante a jornada do curso que realizei. Eu soube do curso através do grupo de professores (WhatsApp). O que motivou a minha participação no curso foi o desejo de aprender sobre a inclusão do aluno no Espectro Autista na escola, objetivo alcançado na medida em que compreendi o papel do professor na inclusão do autista na escola, um espaço importante para o desenvolvimento social e cognitivo.

O curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) *Autismo e Inclusão Escolar* foi uma oportunidade de aprimoramento para aqueles que querem aprofundar sobre o tema. Estou sempre refletindo sobre as minhas práticas pedagógicas para encontrar meios de como melhorar, trazer novidades, efetivar a inclusão e motivar os alunos para uma aprendizagem significativa, tal como propôs Zabala (1998). Na formação aprendemos sobre as terminologias e os conceitos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, as características, classificações e comorbidades.

(...) pais e educadores precisam conhecer conceitos científicos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) para compreender as características que geram sinal de alerta, bem como os fatores de risco e as classificações nosológicas atuais, pois em alguns casos, existem comorbidades associadas, tais como bipolaridade, epilepsia, esquizofrenia, entre outros (Desidério, 2023, p.02)

Esse memorial descritivo tem como propósito descrever minha trajetória na Educação Especial e a importância da formação docente continuada dos professores. Neste sentido, busco refletir sobre minhas práticas pedagógicas para oferecer um ambiente educacional inclusivo. Compartilho aqui as motivações que me induziram a conhecer e acreditar na proposta da inclusão. Iniciarei meu relato a partir do meu suporte fundamental, minha mãe, mulher preta, sem profissão definida, que estudou até o quinto ano e educou seis filhos sozinha. Ensinou-me a enfrentar meus obstáculos com obstinação e positividade.

Discorrerei sobre a minha trajetória escolar e profissional porque sempre acreditei que a educação é a base mais forte para a transformação social dos menos privilegiados. Aprendi com Freire (2013) que

¹ Pedagoga, licenciada em História, cursista FIC Autismo e Inclusão Escolar – turma 2023

² Professora do IFRN, coordenadora do curso FIC Autismo e Inclusão Escolar - orientadora



educar exige comprometimento, exige saber escutar, reconhecer que a educação é ideológica e que ela exige disponibilidade para o diálogo. Sou professora, formada em Licenciatura em História, psicopedagoga institucional e clínica. Trabalho em um colégio no município de Simões Filho, na Bahia, e iniciei minha jornada como professora de história; depois trabalhei na disciplina de ética e Projeto de Vida. Hoje estou como Professora de Educação Especial e há 8 anos atuo nesse colégio. Lá, tive alunos com diferentes transtornos e deficiência, por isso fui em busca do conhecimento para trabalhar com segurança e empatia.

2. RELATO DA MINHA FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIAS COM O TEA

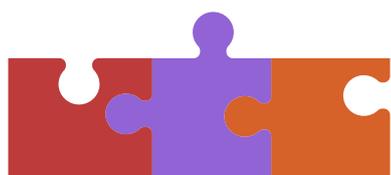
Quando eu era adolescente acreditava que minha mãe era uma supermulher; não a via reclamar da vida, só lutava por sua sobrevivência e a de seus filhos. Pensava também que mãe não chorava, pois nunca a vi chorar apesar ter uma vida difícil. Ela era a única provedora da família; éramos pequenos e tínhamos a sua força como alicerce. Ela abandonou meu pai devido ao alcoolismo e à violência doméstica que sofria. Cresci ouvindo dela que a minha alavanca propulsora seria a educação para uma transformação social e financeira.

Anteriormente a educação não era vista como um direito e as escolas eram de difícil acesso, tinham poucas vagas, fazendo com que muitas crianças ficassem sem estudar até completar 7 anos, idade para ingressar na escola pública. Minha mãe não teve condições de matricular-me em uma escola particular e não conseguia vaga nas poucas creches municipais que existiam para mim e meus irmãos.

Fui para a escola municipal aos 9 anos sem saber ler ou escrever. Sempre fui muito tímida, tinha medo de falar com as pessoas, não fazia amizades, tinha vergonha da minha condição de vida e me isolava das pessoas. No primeiro ano do fundamental uma professora, com a sua sensibilidade, acolheu-me, estimulou-me e incentivou-me na aprendizagem. Lembro-me que não permitiu que eu sofresse bullying: eu tinha a minha própria carteira escolar na frente dela, que dava aula como se conversasse comigo. Tenho ótimas recordações desse tempo. Nos anos seguintes, consegui derrubar barreiras, tive ótimos professores que me incentivam a seguir em frente. Pelo meu olhar, eles sabiam que eu advinha de uma família pobre, mas era esforçada e trabalhadora.

A escola foi o espaço de esperança que me libertou das mazelas de quem nasce pobre nesse país tão desigual como é o nosso Brasil. Acredito na mudança advinda da educação, hoje, eu e meus irmãos somos formados, temos profissão e uma vida relativamente tranquila. O papel da escola não é somente socializar o conhecimento e promover o desenvolvimento do cidadão, é amplo, é conscientizar os sujeitos que eles podem sonhar, acreditar em suas potencialidades e acreditar que é possível ter uma vida digna. Quando se acredita no sujeito como um ser potente, incentivamos a sonhar e quando sonhamos, conseguimos derrubar barreiras mesmos estas sendo dolorosas.

Estudar é um ato de resistência para aqueles que vivem à margem da pobreza. Pensar nas tarefas escolares de barriga vazia é quase inimaginável. Lembrar das quatro operações, confabulando que íamos comer naquele dia é desesperador. Muitas vezes, o lápis e o caderno ficavam em segundo plano porque o alimento era fundamental para a sobrevivência.





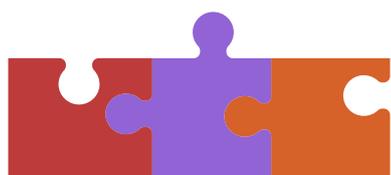
Meu percurso profissional como professora iniciou em 2011, quando concluí a formação no curso de Licenciatura Plena em História. No mesmo ano comecei a lecionar no colégio Bem-vindo ao Paraíso, escola onde obtive muito aprendizado uma vez que trabalhei do 6º ao 9º ano com diferentes faixas etárias. Nesse período tinha um aluno no 8º ano que não escrevia corretamente, e eu não entendia o que estava acontecendo e comecei a observá-lo. A escrita era fora da linha e trocava as letras, que eram bem miúdas. E foi assim que me interessei pela Educação Especial. Pesquisando, fazendo cursos e tentando entender as diferentes formas de aprendizagens, a primeira ação que tive foi acolher esse aluno, conversei com a família e tentei ajudá-lo da forma que podia, pois ainda não tinha o conhecimento necessário. Dentro de mim existia uma vontade de aprender sobre os distúrbios, transtornos e deficiências.

Trabalhei em outras escolas, especialmente o colégio Maria José – Cemaj, que está localizado no município de Simões Filho. Em função de receber muitos alunos com necessidades específicas de aprendizagem em diversas áreas e que sofriam diversos transtornos, fui cursar psicopedagogia, área que me forneceu a capacitação para trabalhar com todos os alunos. Também fiz o curso de Atendimento Educacional Especializado na área da Deficiência Visual (AEE) no Centro de Apoio Pedagógico à Pessoa com Deficiência Visual Professora Cátia Maria Paim da Cruz – CAP, espaço onde tive toda base para trabalhar em sala de recurso. Atualmente estou fazendo um curso de pós graduação em Educação Especial.

Todos esses cursos foram feitos com o objetivo de entender por que meu aluno não aprendia, mesmo usando recursos diversos, e de que forma poderia ajudá-lo a aprender. Compreendi que cada aluno tem o seu tempo de aprendizagem e eu tinha de ser paciente e empática, além de ética e cuidadosa, pois acredito que o cuidado com o aprendente está relacionado com as questões emocionais e sociais destes, objetos relevantes para a convivência escolar. Tal cuidado é cotidiano e começa com o entendimento do transtorno ou da deficiência para alcançar métodos que promovam a inserção do sujeito no ambiente de aprendizagem de forma lenta e gradual, ou seja: inserindo o aluno na sala de aula, compartilhando momentos ou atividades com os colegas, respeitando seu limite intelectual e físico.

Sanchez (2005) fala que a educação deve ser inclusiva e é um direito de todos com ou sem deficiência estar na escola regular e ser aceitos. O curso FIC foi importante para aprimorar os conhecimentos sobre o autismo, as legislações e como desenvolver o plano de ensino individualizado. Todo esse estudo foi aproveitado na sala de aula.

A educação inclusiva possibilita o processo de ensino-aprendizagem de qualidade na educação regular, um direito de todos independente de suas dificuldades, transtornos ou deficiência. A educação inclusiva proporciona a equidade de aprendizagem e favorece um olhar sensível para aqueles que apresentam dificuldades pessoais, financeiras, sociais e emocionais, além da busca pela inserção dos sujeitos que fazem parte deste arcabouço de déficit.



Quando o docente percebe a necessidade de um apoio diferenciado, ele reflete sobre a fala de Zabala (1998, p.36):

É difícil conhecer os diferentes níveis de compreensão de cada menino e menina, identificar os desafios que eles precisam para saber de que ajuda precisam e estabelecer avaliações adequadas para cada um para que se sintam encorajados. Estimular o investimento em seu trabalho. Mas a realidade é que o custo não nos impedirá de buscar meios ou formas de intervenção que cada vez mais nos permitam atender plenamente às necessidades individuais de cada um de nossos alunos.

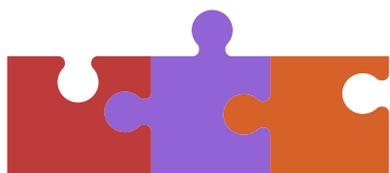
Eu me pegava fazendo essa reflexão, após cada palestra. O curso FIC proporcionou-me o aprofundamento dos meus conhecimentos sobre o autismo e inclusão e ressaltou pontos importantes para pesquisar sobre o assunto. O Projeto *Conhecer para Acolher* apresentado no curso *Autismo e Inclusão Escolar* é um importante instrumento de formação para aqueles que pretendem estudar sobre o autismo. Além disso, é importante salientar as abordagens dos direitos da pessoa com deficiência, as legislações, as salas de recursos multifuncionais e a construção do plano de ensino individualizado mencionadas no projeto para a formação docente na perspectiva inclusiva. Tendo em vista que a formação continuada melhora o desempenho profissional docente, qualifica a educação em sala de aula a partir da necessidade do dia a dia escolar, durante o curso tive a experiência de atender três alunos autistas, em especial um aluno autista de nível de suporte 2 na escola em que trabalho.

O conhecimento que recebi ajudou a laborar com esse aluno de forma mais segura. Ele é um menino de 11 anos, 6º ano, alfabetizado, não falava com os colegas e professores. Meu trabalho iniciou com a rotina de sala de aula por ele não permanecer lá. Passei a conversar com ele, mesmo quando não me respondia, e busquei construir um vínculo para demonstrar afeto e respeito. Com o tempo, ele passou a assistir as aulas das disciplinas de Matemática, português e História e começou a escrever no diário; a mãe ficou encantada. Fazia conta simples das quatro operações, lia com desenvoltura e ao final do ano letivo ele respondia a perguntas simples e direta. Foi um trabalho lento, mas gratificante.

Neste mesmo período, estava montando uma sala de recursos multifuncional - AEE (Atendimento Educacional Especializado) no Colégio Maria José –Cemaj, uma instituição da rede particular de ensino que usou recursos próprios para montar a sala do AEE devido a demanda de alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem. Trabalhei com três alunos autistas, um aluno com deficiência motora e uma aluna com deficiência auditiva e orientava os professores a adaptarem atividades para estes alunos.

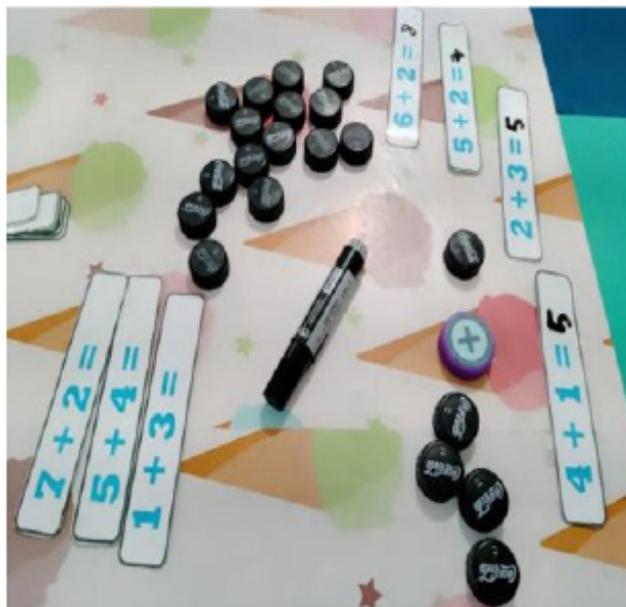
Foram momentos desafiadores, mas gratificantes em tantos sentidos. Pude adquirir experiência em trabalhar com a pessoa deficiente seja física, visual ou autista, identificando ações capacitistas, colaborando para as reflexões inclusivas entre meus pares, e principalmente, contribuindo para o crescimento do outro na perspectiva da aprendizagem, autoestima e modos de ver e respeitar o diferente em sala de aula.

Outra proposta importante do curso FIC foi a construção do PDI (Plano desenvolvimento Individualizado), uma das formas de chamar o tão falado PEI (Plano de Ensino Individualizado) que serve para desenvolver as competências e habilidades dos alunos com deficiência a fim de proporcionar um bom desempenho no ensino-aprendizagem. Utilizei o plano para avaliar o aluno e registrar as



intervenções pedagógicas especializadas que desenvolvi na sala de recurso multifuncionais. Todas as atividades pedagógicas foram registradas no plano, inclusive a organização dos atendimentos e os recursos utilizados, tais como o da figura 1 exposta abaixo.

Figura 1 – Material da sala de recursos multifuncionais



Fonte: Acervo próprio, 2023.

A maior dificuldade foi a conscientização dos docentes na construção das atividades e avaliações adaptadas. Foram muitas horas de diálogos e em alguns momentos de conflitos superados para chegar ao objetivo principal: garantir que os alunos com deficiência ou transtornos tivessem acesso a aprendizagem significativa e alcançassem os conteúdos curriculares de modo equitativa. Em todas as conversas com os docentes predominavam falas do tipo “não saber fazer”, “mas como fazer?”, mas ressalto que a relação professor e aluno era de respeito, interação e afeto. Assim, conseguimos cumprir as atividades e avaliações adaptadas durante as unidades letivas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a minha trajetória na sala de aula, a educação especial foi um momento importante para minha formação profissional. O curso FIC trouxe contribuições significativas para meu amadurecimento relacionado à inclusão, pois pude colocar em prática todo o aprendizado no desenvolvimento do trabalho em sala de recurso. A formação continuada possibilita a compreensão acerca da prática docente, de forma que pela reflexão possamos desenvolver a qualidade no ensino e promover a inclusão nos diferentes espaços educativos.

A educação é a mola propulsora para a transformação social, pessoal e financeira. Sempre acreditei nisso, e por isso nunca deixei meus estudos em segundo plano. Com ajuda da minha família e do meu trabalho consegui realizar meus sonhos e tento realizar outros, porque os sonhos renovam-se e nos motivam a viver todos os dias.



A experiência tida na sala de recurso multifuncional fez-me refletir sobre a minha formação enquanto educadora inclusiva. Coloquei em ação os conhecimentos adquiridos e obtive resultados satisfatórios, como alunos motivados e com vontade de aprender e serem autônomos em sua aprendizagem. Se perguntarem-me se foi fácil, digo que não! Nada é fácil, mas é possível quando se acredita na possibilidade de uma educação significativa para todos, respeitando os limites de cada aprendente.

Hoje estou convicta que ensinar e aprender é um processo subjetivo, e o curso FIC proporcionou-me o novo, uma reflexão teórica que me motivou a continuar mesmo em meio a novos desafios. Sigo em busca de novas práticas inclusivas, como se observa na narrativa deste memorial ao longo da minha trajetória profissional docente.

Em especial, quero dedicar esse Relato e Memorial a minha maior incentivadora, minha mãe que batalhou para que todos os filhos estudassem para não ter a vida que ela teve de muita dificuldade. Menciono a poetisa Cora Coralina: “Há muros que só a paciência derruba. E há pontes que só o carinho constrói”. Assim, construímos pontes todos os dias porque só o amor alavanca nossos sonhos para uma vida com dignidade.

Não poderia deixar de finalizar esse texto sem destacar a minha profunda admiração pela gestora do colégio Cemaj- Simões Filho que em muito contribuiu para minha trajetória profissional. Ela é minha referência de educadora inclusiva. Admiro-a demais. Meu muito obrigada!

Agradeço também ao curso FIC pelo excelente trabalho. Espero que muitos outros venham para somar na caminhada dos professores. Esse Memorial foi o reconhecimento da minha trajetória docente, da qual muito me orgulho.

REFERÊNCIAS

DESIDÉRIO, Vanessa. **Projeto Conhecer para Acolher** - Autismo e Inclusão Escolar. Módulo 1. Conceito, características e causas do Autismo. p. 03. IFRN, 2023.

FREIRE, Paulo. **Prática docente**: primeira reflexão. In: Pedagogia da Autonomia. 45º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

SÁNCHEZ, P.A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial**. Out. 2005

ZABALA, A. (1998). **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que no processo de inclusão, os docentes sofrem pressão por formação continuada para assegurar a qualidade do ensino enquanto lidam com diversos outros desafios tais como a sobrecarga de trabalho, precarização do trabalho docente e outros fatores que causam a falta de professores nos diversos espaços escolares brasileiros. Apesar das muitas dificuldades há ainda um reconhecimento do trabalho docente no quesito formação para o trabalho e para a vida, pois todas as profissões descendem de uma formação inicial básica que foi desempenhada por um professor. A formação docente é permeada de aprendizado constante de práticas de ensino dada a dimensão do trabalho docente.

Sabe-se que a formação inicial das licenciaturas diversas não contemplam a gama de necessidades de formação docente para lidar com as diversidades de especificidades de condições que se apresentam nas salas de aula regulares, uma vez que além dos alunos sem necessidades educacionais específicas, há ainda a possibilidade de ter alunos com múltiplas dificuldades de aprendizagem. Pensando especialmente na inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nesses espaços escolares, promovemos as inscrições para o curso Autismo e Inclusão Escolar em junho de 2023 para apoiar a formação docente.

As atividades foram planejadas para 40 vagas de professores da rede federal de educação profissional, mas em apenas 10 dias chegamos a marca de 2.440 pessoas inscritas, dentre as quais haviam docentes de outros *campi* e de outras redes. Logo surgiram os pedidos para aumentar o número de vagas, pois todos careciam da formação. A maioria dos inscritos (82%) eram professores que lidavam com alunos autistas e alegaram precisar de mais informações. Foi necessário fechar o formulário antes do prazo previsto e rever o planejamento, a metodologia e a dinâmica do curso para atendê-los. Até hoje pessoas ainda enviam mensagens pedindo a abertura de novas turmas. Isso aconteceu novamente em 2024, quando oferecemos 250 vagas e 12.075 pessoas inscreveram-se rapidamente.

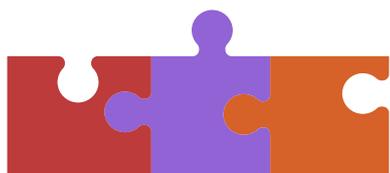
Além de professores, psicólogos, pais e outros que se inscreveram no curso, a maioria disse já atender pessoas com TEA e sentem-se despreparados para suprir a demanda, que é diária. Apesar disso, existem muitos materiais de qualidade e de livre acesso na internet e em bibliotecas digitais. Muitos dos inscritos são pós-graduados, o que desvela que a procura por formação continuada não é só uma exigência institucional: é uma carência na formação profissional com aplicação prática. Nesse sentido, seria interessante se outras instituições de ensino oferecessem formações semelhantes, por esse motivo, nos dedicamos a relatar a nossa experiência com o propósito de mostrar a importância dessas ações para os pais, profissionais e principalmente o público alvo, as pessoas que estão no espectro.



O curso oferecido é um curso de formação inicial e continuada (FIC), de curta duração, com módulos de linguagem simples. Se outra instituição tiver interesse, podemos integralmente para que seja replicado. Além das aulas assíncronas, por meio de vídeos no youtube, as aulas síncronas foram muito úteis para tirar dúvidas e ajudar os cursistas a se manterem engajados na execução das atividades obrigatórias (envio das respostas aos questionários). Ao final realizamos uma provocação, as pessoas já estavam cientes do término do curso, mas não tinham saído do grupo, por isso, enviamos uma atividade extra (não obrigatória) para saber quem tinha interesse em partilhar experiências ou a se aventurar em alguma pesquisa ou prática que o aproximaria dos conteúdos vistos no curso. Foram poucos os relatos, mas o suficiente para mostrar que o curso teve um bom aproveitamento.

Desejamos que esses relatos possam trazer algum norte àqueles que como nós, estão tecendo conhecimento, aprendendo e ensinando para melhor acolher nossos filhos, alunos e sociedade de forma geral.

Agradecemos à direção dos campis que nos apoiaram, às instituições parceiras e aos profissionais que ministraram as palestras nas duas turmas do curso FIC Autismo e Inclusão Escolar.





SOBRE A ORGANIZADORA

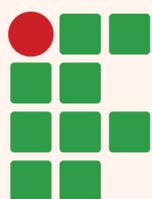


Vanessa Desidério

Nasceu em São Paulo/SP e reside em Natal/Rio Grande do Norte. É graduada em Administração pela Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN), especialista em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), mestre em Engenharia de Produção pela UFRN e doutoranda em Educação Profissional pelo IFRN. Desde criança percebe-se afetiva e distraída, é professora, neurodivergente, mãe de duas princesas lindas, esposa de autista e mãe atípica. Após o diagnóstico da filha mais nova, para Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) descobriu que ela e sua filha mais velha também tem TDAH, o diagnóstico do esposo chegou em seguida, TEA sem TDAH. Ocorre que é muito comum não buscarmos por diagnóstico de necessidades educacionais específicas se a dificuldade for tolerável. Quando começa a criar prejuízos sociais e acadêmicos tudo muda. A busca por estratégias para dar mais autonomia e qualidade de vida à pessoa com autismo, exige dos pais a busca por conhecimento. É nesse sentido que Vanessa Desidério pesquisa e partilha conhecimento sobre Transtorno do Espectro Autista. O tema apesar de emergente ainda é difuso, necessita de olhar crítico e maior publicização. Vanessa Desidério é autora de outros dois livros:

Inclusão de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista na Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2568>

Autismo e inclusão: socialização de experiência de quem acolhe pessoas que estão no espectro. Disponível em: <https://ampllaeditora.com.br/publicacoes/6772/>



INSTITUTO FEDERAL
Goiano



EDITORIA
IF GOIANO